



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 62

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de junho de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 18 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Saudação aos alunos André Gonçalves Gomes, Guilherme Alberto do Couto Gonçalves, Bernardo Sousa Alves e Miguel Marques Coluna Cymbron pelas medalhas alcançadas nas Olimpíadas de Física de 2018.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Sónia Nicolau (PS) e após ter usado da palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro (PSD), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pela atribuição do prémio AHRESP 2017 na categoria de sustentabilidade ambiental à “Aldeia da Cuada”.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) e de ter usado da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*);

- **Voto de Congratulação à Aldeia da Cuada – Turismo Rural por ter sido distinguida com o prémio da AHRESP na categoria de Sustentabilidade Ambiental.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação ao Clube Independente de Atletismo ilha Azul pela inclusão da Grande Rota dos Baleeiros do Azores Trail Run no calendário do Circuito Mundial de Ultra-Trail na categoria de “Discovery Race”.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pela celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades nos Açores.**

O referido voto foi aprovado por maioria, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado António Almeida (*PSD*) e de terem usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), André Bradford (*PS*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Usou da palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- **Voto de Congratulação às alunas Carlota Ávila e Inês Ponte, da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico, vencedoras da Sessão Nacional do Concurso Euroscola 2017/2018.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Mário Tomé (PS), o mesmo foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Marco Costa (PS);

- Voto de Congratulação ao Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira.

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Mónica Seidi (PSD) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação ao Sporting Club da Horta, pelo título de campeão da 2.ª Divisão Nacional de Andebol e consequente subida à 1.ª Divisão Nacional.

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Tiago Branco (PS);

- Voto de Congratulação ao Sporting Club da Horta pela conquista do título de Campeão da II Divisão de Andebol e consequente acesso à I Divisão Nacional de Andebol na próxima época desportiva.

Apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira (PSD), o voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação ao jovem atleta Tomás Amaral pela conquista do título de Campeão do Mundo de Ginástica Aeróbica na categoria Individual Masculino Juvenil.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Graça Silva (PS), o voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação ao Tomás Amaral pela conquista da medalha de ouro no Campeonato do Mundo de Ginástica Desportiva.

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (PSD);

- **Voto de Congratulação pela vitória de Pedro Araújo, Campeão Regional de Caça, na modalidade Prova de Santo Huberto, organizadas pela FENCAÇA/Fase Açores.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Manuel Ramos (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos da Associação de Jovens Agricultores do Faial.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), tendo de seguida o voto sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação à Casa do Povo do Raminho pelo 25.º aniversário da inauguração da sua sede atual.**

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação ao Império da Vila de São Sebastião.**

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelos 125 anos de atividade da Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado António Marinho, tendo de seguida o voto sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Protesto contra o estado de abandono e de degradação em que se encontram as estradas regionais do interior da ilha do Faial, nomeadamente as que ligam o Largo Jaime de Melo à Ribeira do Cabo e a que liga a Casa da Junta à Ribeira Funda.**

O voto supracitado foi rejeitado, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*) e de terem usado da palavra o Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*) e Graça Silveira (*CDS-PP*);

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Comendador Ermelindo dos Santos Machado Ávila.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Ermelindo dos Santos Machado Ávila.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PS*), o voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

Iniciou-se a Agenda da Reunião com o debate conjunto do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI – “Conselho Económico e Social dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI – “Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores”**.

Depois da apresentação pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*) e pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*), respetivamente, intervieram no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Francisco Coelho (*PS*) e a Sra. Deputada Graça Silva (*PS*).

Submetidos à votação, ambos os diplomas foram aprovados por unanimidade, tendo seguido para a votação na especialidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI. No debate da especialidade participaram os Deputados João Corvelo (*PCP*), Alonso Miguel (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*).

Em votação final global, a mesma foi aprovada por unanimidade.

De seguida, passou-se para a **Petição n.º 25/XI – “A favor da adaptação dos acessos à piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas com**

[mobilidade reduzida ou condicionada](#)”, apresentada por Marco José Coelho, na qualidade de primeiro subscritor.

Feita a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), participaram no debate os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Parece (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*) e a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

Posteriormente o Sr. Deputado António Pedroso justificou o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 105/XI – “Recomenda ao Governo Regional a contratação de aeronaves em regime ACMI para integrar a operação da SATA AIR Açores no Verão IATA 2018”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Prosseguiu-se os trabalhos com o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 105/XI – “Recomenda ao Governo Regional a contratação de aeronaves em regime ACMI para integrar a operação da SATA AIR Açores no Verão IATA 2018”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado António Pedroso, participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Miguel Costa (*PS*), Francisco César (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Pedroso (*PSD*) e Francisco César (*PS*).

Por fim, foi aprovado por unanimidade o [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 106/XI – “Recomenda ao Governo Regional que intervenha para impedir o despejo dos moradores do Bairro de Santa Rita, no](#)

[concelho da Praia da Vitória](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, após ter sido justificado pelo Sr. Deputado Paulo Mendes.

Os trabalhos terminaram às 19 horas.

Presidente: Muito bom dia.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 18 minutos)

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila
Manuel Alberto da Silva Pereira
Manuel José da Silva Ramos
Maria da **Graça Oliveira Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto
Mário José Diniz Tomé
Miguel António Moniz Costa
Mónica Gomes Oliveira Rocha
Pedro Miguel Medeiros de Moura
Renata Correia Botelho
Ricardo Bettencourt Ramalho
Sónia Cristina Franco Nicolau
Susana Goulart Costa
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho
António Manuel Silva Almeida
António Oldemiro das Neves Pedroso
António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Bruno Filipe de Freitas Belo
Carlos Manuel da Silveira Ferreira
Catarina Goulart Chamacame Furtado
Jaime Luís Melo Vieira
Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da **Costa**
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP.

Vamos iniciar com a apresentação dos votos como é habitual.

O primeiro é um voto de saudação pelas Olimpíadas de Física de 2018. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Olimpíadas de Física 2018

A Sociedade Portuguesa de Física organiza anualmente as Olimpíadas de Física. No ano de 2018 decorreram na cidade do Porto, constituindo um orgulho a obtenção das medalhas de ouro nas referidas Olimpíadas pelos alunos açorianos.

André Gonçalves Gomes, aluno do 11.º ano, da escola Antero de Quental, vencedor no escalão B, realizou a prova a título individual e conquistou a medalha de ouro. Como prémio, em 2019 irá frequentar a escola QUARK - escola de Física de excelência da Universidade de Coimbra.

Guilherme Alberto do Couto Gonçalves, Bernardo Sousa Alves e Miguel Marques Coluna Cymbron, são alunos que frequentam o 9.º ano na escola Domingos Rebelo e obtiveram a medalha de ouro no escalão A.

As Olimpíadas de Física são um evento científico e de conhecimento que se assume - no panorama educativo e cívico - pela participação de jovens como estimulador das aprendizagens colaborativas e que ocorreu pela primeira vez em Portugal, em junho de 1985. Segundo os registos publicados à data relativos a essa prova realizada em Lisboa, das 21 escolas secundárias participantes, estiveram presentes alunos da escola Antero Quental.

As diferentes provas no concurso focalizando a física, implicam-se nas áreas de conhecimento STEM - Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática -, as quais são um caminho para o despertar de competências do século XXI, desde logo em ambientes integrados com as comunidades escolares, onde se

destacam, nestas aprendizagens e participações em eventos, a colaboração dos professores.

A participação de alunos açorianos em concursos nacionais orgulha a sociedade açoriana. As vitórias alcançadas por estes jovens, à semelhança de outras conquistas, por tantos jovens açorianos, é um estímulo para a afirmação do sistema educativo regional.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um Voto de Saudação aos alunos André Gonçalves Gomes, Guilherme Alberto do Couto Gonçalves, Bernardo Sousa Alves e Miguel Marques Coluna Cymbron.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos alunos, aos conselhos de turmas onde estão integrados e às Assembleias das escolas Antero de Quental e Domingos Rebelo.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018.

Os Deputados, Sónia Nicolau, André Bradford, Dionísio Faria Maia, Maria da Graça Silva, José Contento, Renata Correia Botelho e José San-Bento

Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto. Para nós é fundamental incentivar a participação dos jovens em projetos deste âmbito, projetando os Açores além-fronteiras e certamente esses resultados devem constituir um incentivo para que se aposte na educação dos nossos jovens,

tornando-os cidadãos aptos e ativos e com as competências necessárias para ingressar no mercado de trabalho.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação: Aldeia da Cuada vencedora do prémio AHRESP na categoria de sustentabilidade ambiental. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

“Aldeia da Cuada” vencedora do prémio AHRESP na categoria de sustentabilidade ambiental

No passado dia 30 de maio de 2018, decorreu no pavilhão Carlos Lopes em Lisboa, a quarta edição dos Prémios AHRESP que visam distinguir o que de melhor se fez nos setores da Hotelaria, Restauração e Promoção Turística em Portugal no ano de 2017.

A Aldeia da Cuada localizada na ilha das Flores foi a grande vencedora da categoria Sustentabilidade Ambiental sendo a primeira vez que uma empresa Açoriana foi distinguida nos prémios AHRESP elevando assim o bom nome da região dos Açores como destino sustentável.

Este prémio tem especial relevância por ter sido conquistado alguns meses após os Açores terem apresentado a candidatura à certificação de destino de turismo sustentável do Global Sustainable Tourism Council (GSTC).

Foi a primeira unidade hoteleira do País a ser classificada como turismo de aldeia e referenciada diversas vezes, por várias revistas da especialidade, como por exemplo as revistas *Visão*, *Expresso*, *Sábado*, *Boa Cama Boa Mesa* e *Evasões*.

O projeto “Aldeia da Cuada” teve o seu início em 1989 com a aquisição da primeira ruína. A Aldeia da Cuada é um projeto do casal, Teotónia e Carlos Silva. As várias tradicionais casas de pedra que a compõem foram sendo gradualmente abandonadas à medida que os seus proprietários emigravam para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida, durante os anos 60. Teotónia e Carlos decidiram comprar as casas para as remodelar e poder mostrar a futuros visitantes da Ilha a sua verdadeira alma e tradição. Ao longo do tempo, o casal adquiriu todas as casas da aldeia, tendo uma oferta de 17 casas que correspondem a 33 quartos. Hoje em dia, a Aldeia da Cuada é gerida pela filha Carlota e o genro Sílvio, que o têm feito de forma exímia ao longo dos últimos anos.

O respeito ao passado está por todo o lado. Cada casa tem o nome dos seus antigos proprietários, que anteriormente abandonaram esta aldeia em busca de uma vida melhor. O palheiro do Fagundes, a casa da Esméria e a casa da Fátima são alguns exemplos desta aldeia, que fica situada sobre um planalto junto ao mar, com uma falésia recheada de cascatas por trás.

No ar, o cheiro a natureza intocável, sem poluição e veículos motorizados. Por vezes, o sol dá lugar à neblina que impõe ao lugar um ar ainda mais misterioso. Facilmente se percebe porque é que a Aldeia da Cuada foi eleita uma das 50 unidades hoteleiras mais românticas do mundo pela revista *Travel and Leisure*.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pela atribuição do prémio AHRESP 2017 na categoria de sustentabilidade ambiental, mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento à “Aldeia da Cuada”, Assembleia Municipal e Câmara Municipal das Lajes das Flores e Junta de Freguesia da Fajã Grande.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se naturalmente e com muito gosto a este voto de congratulação à Aldeia da Cuada, um verdadeiro projeto de vida da Teotónia e do Carlos Silva que foi pioneiro na Região nos inícios dos anos 90 e que desenvolveu ao longo destes anos uma recuperação exemplar tanto das moradias, mas também das vivências e da identidade daquele passado, ligando o passado ao presente, dando agora conforto a quem lá fica de forma a garantir um contacto entre o turista e a natureza em estado puro.

É, de facto, um excelente exemplo na Região Autónoma dos Açores e mais um contributo para a certificação dos Açores como destino de turismo sustentável.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação pelo facto da Aldeia da Cuada ter vencido na categoria de sustentabilidade ambiental a IV Edição dos Prémios AHRESP. É apresentado pelo PCP e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aldeia da Cuada vence a categoria de Sustentabilidade Ambiental na quarta edição dos Prémios AHRESP (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal)

No passado dia 30 de maio, decorreu em Lisboa a gala da quarta edição dos Prémios AHRESP que distinguiu o que de melhor se fez nos setores da hotelaria, promoção turística e restauração em Portugal no ano de 2017.

A Aldeia da Cuada – Turismo Rural, empreendimento turístico localizado na Ilha das Flores, foi a vencedora da categoria de Sustentabilidade Ambiental, sendo a primeira vez que uma empresa açoriana é distinguida nos Prémios AHRESP, elevando assim o nome da Região Autónoma dos Açores como destino de turismo sustentável.

Abandonadas desde os anos 60 pelos seus habitantes que emigraram principalmente para a América, as casas do lugar da Cuada, na freguesia da Fajã Grande, foram recuperadas e reconstruídas nos anos 90 por Teotónia e Carlos Silva que abraçaram o projeto Aldeia da Cuada – Turismo Rural e sabiamente estabeleceram a ligação entre o passado e o presente, recuperando com

determinação as casas de pedra mantendo a traça rústica e ao mesmo tempo adaptando-as às exigências necessárias para umas férias de sonho.

Este empreendimento de turismo rural situa-se no extremo mais ocidental da Europa, num planalto sobranceiro ao Oceano Atlântico e isolada de outras localidades, permitindo que desta forma o visitante possa sentir-se em contato com a natureza no seu estado puro, deixando-se envolver pelo som dos cagarros à noite e pelo aparatoso cenário de falésias e cascatas numa paisagem que embriaga e onde a tranquilidade é companheira fiel e em segredo a natureza guarda sossegada os seus mistérios.

O restaurante da Aldeia da Cuada orgulha-se de utilizar apenas produtos de origem local e produzidos de forma artesanal por pequenos produtores, preparando-se para ser um restaurante sem desperdício usando compostagem para os resíduos orgânicos, também estando prestes a não usar plástico na cozinha e já não fornecendo palhinhas plásticas junto com as bebidas, pretendendo também eliminar a utilização de embalagens de plástico para a água servida no restaurante através do uso de uma máquina purificadora de água.

Este galardão da AHRESP na categoria de Sustentabilidade Ambiental premeia o projeto que em 2017 se distinguiu pela melhor implementação organizacional de políticas de eficiência e poupança energética ou sistemas de reciclagem, tendo especial relevância por ter sido conquistado alguns meses após os Açores terem apresentado a candidatura do arquipélago à certificação de destino de turismo sustentável do Conselho Global de Turismo Sustentável, organismo que integra várias entidades das Nações Unidas e organizações não governamentais.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação à Aldeia da Cuada – Turismo Rural por ter sido distinguida com o prémio

da AHRESP (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) na categoria de Sustentabilidade Ambiental.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento aos proprietários e à gerência da Aldeia da Cuada – Turismo Rural, bem como às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores, ao Conselho de Ilha das Flores e à Direção da Casas Açorianas – Associação de Turismo em Espaço Rural.

O Deputado, João Paulo Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pela inclusão da grande rota dos baleeiros do Azores Trail Run no calendário do circuito mundial Ultra-Trail na categoria Discovery Race. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pela inclusão da grande rota dos baleeiros do Azores Trail Run no calendário do circuito mundial Ultra-Trail na categoria Discovery Race

Organizado pelo Clube Independente de Atletismo Ilha Azul, o Azores Trail Run conheceu a sua primeira edição no ano de 2014, tendo contado com a participação de 215 atletas de 14 nacionalidades e que significou o início de uma nova era para a prática desportiva na Região Autónoma dos Açores aliada à nossa mais-valia enquanto destino, a Natureza.

O evento que hoje atinge reconhecimento internacional é um exemplo e um reconhecimento do trabalho quem tem vindo a ser realizado ao nível da promoção do destino Açores no que diz respeito ao turismo de natureza associado ao desporto, promovendo, igualmente, a prática de hábitos de vida saudáveis.

A dinâmica revelada pelo Parque Natural da ilha do Faial na criação, manutenção e profissionalização de trilhos pedestres é, sem dúvida, um pilar fundamental do sucesso do evento, pois é a certificação e a qualificação da nossa natureza que permite ao Açores retirar os demais proveitos.

Desde o ano da sua primeira edição, o Azores Trail Run tem vindo a conhecer um assinalável crescimento tanto no número de participantes como na sua projeção internacional. Com a participação de 500 atletas em 2015, 770 em 2016, 700 em 2017 e mais de 800 em 2018, o Azores Trail Run afirma-se como um nicho de mercado que, em época baixa, contribui de forma muito expressiva para a dinamização da economia local da ilha do Faial e de toda a Região.

Apesar da nossa condição natural reunir grande parte dos ingredientes necessários para o sucesso desta competição, nada seria possível sem o trabalho sem precedentes desenvolvido pela sua organização, liderada pelo Clube Independente de Atletismo da ilha do Faial (CIAIA) e pelo Diretor de Prova, Mário Leal, com o apoio de centenas de voluntários que naquele fim-de-semana fazem tudo acontecer.

O envolvimento e o apoio do Governo Regional dos Açores, da Câmara Municipal e das forças vivas do Faial, é igualmente um pilar do sucesso

alcançado, que deve ter continuidade tendo em vista potenciar cada vez mais aquele que é já um dos grandes eventos desportivos anuais da Região.

O resultado da junção de todos estes fatores, permitiu que, em 2018, o Azores Trail batesse um record de participantes com 800 atletas de 30 nacionalidades diferentes e chegasse ainda mais longe no percurso de sucesso trilhado. A Grande Rota dos Baleeiros integrou a categoria de descoberta do circuito mundial de ‘ultra-trail’.

A prova de 125 quilómetros e cerca de 5.000 metros de desnível positivo, cuja segunda edição foi disputada em 25 e 26 de maio passado, consta no lote de cinco ‘discovery races’, juntamente com duas na China, uma na Finlândia e outra na Polónia, tendo sido oficialmente integrada no circuito mundial numa cerimónia que teve lugar em Hong Kong.

Este marco premeia a Região Autónoma dos Açores pelo trabalho de excelência que desenvolve na sua promoção e na profissionalização da sua oferta turística, na vertente desportiva, e promove a realização de eventos de âmbito internacional como forma de atenuar a sazonalidade turística e dinamizar o setor em época baixa.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo sucesso alcançado pelo Azores Trail Run, enquanto resultado do trabalho e empenho das instituições açorianas, das entidades governamentais e da sociedade civil.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de junho, que aprove um Voto de Congratulação ao Clube Independente de Atletismo ilha Azul pela inclusão da Grande Rota dos Baleeiros do Azores Trail Run no calendário do Circuito Mundial de Ultra-Trail na categoria de “Discovery Race”.

Esta congratulação é extensiva a todos os participantes, voluntários e forças vivas do Faial.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube Independente de Atletismo Ilha Azul, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, à Associação de Trail Running de Portugal, à ITRA – Associação Internacional de Trail Running e ao Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018.

Os Deputados, Tiago Branco, André Bradford e André Rodrigues

Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se naturalmente ao voto de congratulação apresentado em reconhecimento do excelente trabalho realizado pelo Clube Independente de Atletismo Ilha Azul, pela organização e pelas centenas de voluntários que fazem acontecer o Azores Trail Run.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pela celebração do Dia de Portugal nos Açores. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto era desnecessário! Foi menosprezar a Autonomia!

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Celebração do Dia de Portugal nos Açores

A celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, no passado dia 10 de junho, levada a cabo nos Açores foi um celebrar Portugal aqui nestas ilhas, em pleno Atlântico Norte.

Ao celebrar Portugal nos Açores estivemos a projetar o nosso País. A afirmá-lo em pleno Atlântico Norte. A criar pontes para o Novo Mundo. Pois, em feliz altura, decidiu o Presidente da República repartir as celebrações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades entre os Açores e a diáspora espalhada pelos Estados Unidos da América.

Somos Portugal no meio do Atlântico Norte. Com a nossa Autonomia político-administrativa garantida pela Constituição.

Os Açores, a açorianidade e a Autonomia açoriana foram as marcas marcantes deste Dia de Portugal, celebrado a 10 de junho de 2018.

No passado dia 10, os Açores foram a capital do País. Aqui celebramos, conjuntamente com as mais distintas individualidades representativas do Estado e com o Corpo Diplomático acreditado em Portugal, o passado e o presente dos portugueses, perspetivando o nosso futuro comum numa Europa alargada e numa comunidade internacional em permanente mutação.

Sem preconceitos nem complexos, os açorianos celebraram a sua Pátria nos Açores, como têm vindo a celebrá-la na vivência do Portugal Democrático, na sua diversidade e nas suas multifacetadas projeções políticas.

No passado dia 10 de junho demos largos passos na tentativa de melhor compreendermos, todos os portugueses, o Portugal das Autonomias Insulares.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe, assim, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, nos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente da República.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Almeida, Bruno Belo e Luís Rendeiro

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que não vou acompanhar este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aliás, devo dizer que vou votar contra e vou votar contra tendo em conta as circunstâncias em que decorreram as cerimónias do Dia de Portugal.

Eu acho absolutamente inadmissível que estas imagens façam parte do Dia de Portugal.

(Neste momento, o Orador mostra uma foto à câmara)

Aqui está o Sr. Presidente da República a ensinar como é que funciona uma metralhadora a uma criança açoriana.

Eu devo dizer que estas imagens são profundamente chocantes e que para mim não é assim que eu interpreto o sentimento do povo português, não é assim desta forma militarista que eu interpreto que seja o sentimento do povo açoriano em relação à sua identidade. Nós não somos assim, nós não temos estes instintos bélicos e nós não ensinamos as crianças a manusear metralhadoras.

Esta imagem é absolutamente inaceitável e ninguém (ninguém!) criticou este facto nesta cerimónia e no âmbito destas comemorações.

Eu gostava se tivesse sido o Sr. Trump a fazer isto, o Presidente dos Estados Unidos, se tivesse sido o Sr. Trump a ensinar a pegar numa metralhadora a uma criança eu queria ver o que é que teria acontecido nas agências noticiosas de todo o mundo.

Devo dizer-vos também que não gostei da forma como foram tratados os símbolos dos Açores. Aliás, nessa matéria devo dizer que gente com responsabilidade no Governo dos Açores também não gostou como por exemplo o Dr. Mota Amaral que escreve hoje no *Diário dos Açores* o seguinte:

...

Deputado Francisco César (PS): *Correio dos Açores, Diário dos Açores!*

O Orador: “Conforme dispõe a lei das precedências do protocolo do Estado Português os representantes máximos regionais só cedem a precedência perante o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro Ministro. Se o regulamento das honras e continências militares não foi alterado recentemente as mencionadas entidades regionais devem ser saudadas com execução do hino da Região.”

Estou inteiramente de acordo.

“Não valia a pena ter retirado da Praça de Gonçalo Velho [continua o Dr. Mota Amaral, antigo Presidente do Governo Regional a dizer o seguinte] as bandeiras

que nela costumam estar esteadas que se estendem até à plataforma fronteira já nas Portas do Mar. A bandeira nacional merece e recebe todas as honras de estilo, mas a Região Autónoma dos Açores tem bandeira, brasão de armas, selo e hino próprios e isso não deve ser ignorado, mesmo quando aqui se celebra o Dia de Portugal. Também me pareceu excessiva impedir a aproximação à praça de um pequeno grupo de independentistas, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque somos cidadãos livres, de uma região livre, de um país livre.”

Termino, Sra. Presidente.

Devo dizer que a forma como foram tratados os símbolos regionais é absolutamente vergonhoso.

Portanto, foi uma atitude colonialista destes senhores e destes militares.

Fica aqui o meu protesto da forma como as coisas decorreram e também devo dizer, embora a censura na comunicação social nacional seja ampla e praticamente genérica, que também considero absolutamente ilegal a forma como a liberdade de expressão foi atacada nos Açores em relação a quem defende, na minha perspetiva, legitimamente a independência dos Açores, é um pensamento ideológico diferente e tem todo o direito de poder exprimir-se livremente e a sua liberdade de circulação não pode ser impedida, aliás, é isso que está na Constituição da República Portuguesa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora a seguir faz um voto de protesto à RTP, porque não tem cassetes para gravar a tua intervenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda não ia intervir na apresentação deste voto de congratulação, porque o votará favoravelmente sem nenhum tipo de problema, com convicção até, mas o povo diz e tem razão que “quem cala consente” e o Deputado Paulo Estêvão acabou de fazer uma referência a uma situação que na realidade também não colhe nem a concordância, nem a simpatia do Bloco de Esquerda que foi o facto de no dia 10 de junho, por razões que me podem dizer que são de protocolo, mas eu não as aceito mesmo assim, a bandeira dos Açores ter sido retirada de alguns espaços públicos para que a bandeira nacional voasse e ficasse visível sem nenhum tipo de transtorno.

A bandeira nacional e a bandeira dos Açores convivem pacífica e civilizadamente e não vivem uma sem a outra. Não há Portugal sem Açores, não há Açores sem Portugal e, portanto, retirar uma para privilegiar outra também não me parece que afirme seja o que for e muito menos a unidade nacional que a nossa Constituição afirma e consigna.

Por isso, votando favoravelmente este voto de congratulação, porque sim, do Dia de Camões ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E das Comunidades!

A Oradora: ... não queremos deixar passar [e das Comunidades, obviamente!] em branco o facto de repudiarmos uma situação que nos pareceu pouco lisonjeira para a nossa autonomia, para a sua afirmação, para a sua defesa e para o orgulho que ela nos merece.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Também votaremos favoravelmente este voto, embora reconheçamos que não havia necessidade de ser apresentado, como diria Frei Remédios (ou lá como

ele se chamava), não havia necessidade e não havia necessidade, porque foi uma cerimónia absolutamente normal ou anormal que normal esteve uma excessiva amostra de militarismo despesista, altamente despesista e que ... Eu assisti a todos os 10 de junho até hoje e não me lembro de nenhum com esta característica e de até de alguma secundarização das figuras regionais. Não quero entrar em pormenores. Subscrevo na íntegra o que foi dito aqui pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

Mas no Dia de Portugal, no Dia das Comunidades Portuguesas, no dia de liberdade impedir um grupo de cidadãos de manifestarem a sua opinião, não estavam a ser arruaceiros, não estavam a ofender ninguém, estavam apenas com umas bandeiras na mão, retirá-las à força, parece-me manifestamente excessivo num dia onde deveria existir um Portugal que respeitasse as opiniões e as liberdades de cada um e sobretudo de um Portugal continental e de uma República que respeite as suas Regiões Autónomas e Portugal continental sem as suas Regiões Autónomas perde aquilo que é a sua dimensão atlântica e se os Açores precisam de Portugal continental, Portugal continental não pode dispensar os Açores.

Por isso mesmo a cerimónia que poderia ter sido uma cerimónia de mutuo respeito, de convívio, de alegria em liberdade, acabou por ficar manchada por pequenos atos desnecessários, nomeadamente de impedir a liberdade de manifestação de meia dúzia de pessoas que estavam a manifestar apenas a sua opinião.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente a este voto de congratulação apresentado pelo PSD e referente às celebrações do Dia de Portugal nos Açores, no passado dia 10 de junho, que aliás consideramos terem constituído uma ocasião soberana para sublinharmos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pois, soberana foi!

O Orador: ... a importância que a Região tem no contexto nacional, com a nossa forma específica de sermos Portugal e o contributo decisivo que damos para a projeção atlântica do país, quer do ponto de vista geoestratégico, quer também no que diz respeito à importância e relevância das nossas comunidades emigradas, no caso nos Estados Unidos da América.

Como é dito no texto do voto do PSD “sem preconceitos e sem complexos” celebramos o Dia de Portugal nos Açores e afirmamos o sucesso da nossa autonomia, da solução felizmente consagrada constitucionalmente e que nos tem permitido desenvolver a nossa terra, não sem desafios (é verdade!), não sem retrocessos por vezes, mas sempre com a capacidade de nos autogovernarmos e de procurarmos o melhor para a nossa terra e para as nossas gentes.

Celebrar o 10 de junho nos Açores não foi, porém, não é assim que o entendemos, uma dádiva concedida aos açorianos e isso deve ser também bem claro.

Foi, como disse o Sr. Presidente do Governo no marcante discurso no Palácio de Santana, uma forma de dizer bem alto que Portugal é o que é porque os Açores são o que são.

Eu gostava só de a propósito do debate que, entretanto, se gerou acrescentar duas notas, ou transmitir à câmara duas notas sobre a posição do Partido Socialista e certamente também estou convicto (tenho a certeza) da posição do Governo sobre algumas das questões aqui levantadas.

O Partido Socialista, e certamente o Governo, não se revê, nunca se reverá numa circunstância em que alguém seja impedido de manifestar ordeiramente aquelas que são as suas convicções, seja com que bandeira for.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, que fique muito bem explícito nesta câmara.

Por outro lado, gostava também de informar a câmara que ao que conseguimos apurar e sabemos a bandeira dos Açores foi hasteada na Praça Gonçalo Velho, pelo menos, (e é isso que gostava de transmitir) nos edifícios que estão sob tutela do Governo Regional no dia 10 de junho.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu quero reafirmar aqui porque é que votei contra.

Não está em causa a comemoração do Dia de Portugal. Está em causa a forma como ele foi comemorado e como ele decorreu nos Açores.

Eu, volto a referir, não posso aceitar este tipo de imagens.

(Neste momento, o Orador volta a mostrar a mesma foto à câmara)

Não posso aceitar que o Sr. Presidente da República seja completamente inimputável e que a comunicação social exerça a censura que está a exercer em relação aos atos e ao comportamento do Sr. Presidente da República.

Eu não posso aceitar que o Presidente da República, o chefe de estado do meu país, possa realizar este tipo de atos no dia da comemoração do Dia de Portugal ensinando a uma criança como é que se dispara uma metralhadora. Isto é inaceitável.

Devo dizer também que toda esta cerimónia com este excessivo peso militar não é para um país que se identifica com este tipo de cerimónias, com este peso da cerimónia militar, não me identifico com este espírito de comemorar o Dia de Portugal.

Não identifico que a nossa Região, o povo dos Açores tenha comemorado o Dia de Portugal num ambiente deste tipo e não posso permitir, aliás, apresentei aqui já um projeto de resolução a esse respeito, que os açorianos, tenham o pensamento ideológico que tiver, defenda a perspetiva ideológica que defender possa ser proibido de circular num local público, que lhes sejam retiradas as bandeiras que identificam o movimento que integram. Não posso aceitar que a liberdade de expressão seja coartada da forma como foi coartada e que as pessoas sejam impedidas de circular livremente e de reunião. Aliás, a liberdade de reunião está garantida na Constituição da República Portuguesa e foi aqui claramente e abusivamente impedida e, portanto, eu tenho em relação a esta matéria de deixar bem expressa a minha posição e não posso aceitar que não

tenham sido concedidas as honras que devem ser concedidas aos símbolos dos Açores e à bandeira dos Açores. Não posso aceitar que não tenham sido concedidas essas honras e, portanto, isto correu mal, correu muito mal e as entidades nacionais, as entidades centralistas não respeitaram os símbolos dos Açores e eu não posso aceitar que cerimónias deste tipo decorram assim, porque como bem dizia o Sr. ex-Presidente do Governo Regional “os símbolos da Região, na presença dos símbolos nacionais, continuam a merecer todas as honras que lhe são reconhecidas no protocolo que está em vigor.”

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos continuar então com a apresentação de votos.

O próximo é de congratulação às alunas Carlota Ávila e Inês Ponte da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico que venceram a sessão nacional do concurso Euroscola 2017/2018. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Às alunas Carlota Ávila e Inês Ponte, da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico, vencedoras da Sessão Nacional do Concurso Euroscola 2017/2018

O Programa EUROSCOLA é organizado pelo Parlamento Europeu e traduz-se na realização de diversas Sessões, de um dia, no Hemiciclo do Parlamento Europeu em Estrasburgo. Em cada Sessão participam cerca de 500 jovens, que representam Escolas dos vários Estados-membros da União Europeia. O Programa EUROSCOLA tem como objetivos familiarizar os jovens com o

funcionamento das instituições europeias, consciencializar os jovens sobre a sua condição de cidadãos europeus e a sua intervenção na organização futura da Europa e oferecer aos jovens uma tribuna onde possam exprimir as suas opiniões e valorizar o seu envolvimento no projeto europeu.

A Sessão Nacional do Concurso, que visa selecionar, a nível nacional, as escolas que representarão Portugal nas Sessões do Parlamento Europeu, decorreu nos dias 14 e 15 do passado mês de maio, na Assembleia da República, com a presença de 20 escolas, que representaram todos os distritos do continente português, bem como as regiões autónomas. A sua organização ficou a cargo do Instituto Português do Desporto e Juventude e do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal, com a participação da Assembleia da República. Nos Açores, foi organizado em parceria com o Parlamento Regional e com a Direção Regional da Juventude.

Para participarem, as escolas tiveram de apresentar um trabalho subordinado ao tema «Igualdade de Género».

Das 20 escolas participantes foram 6 as vencedoras, onde se inclui a Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico – única escola vencedora fora do território continental. As alunas açorianas Carlota Ávila e Inês Ponte, alunas daquela escola açoriana, foram vencedoras na Sessão Nacional do Concurso Nacional EUROSCOLA 2017/2018, estando assim apuradas para representarem Portugal na Sessão do Parlamento Europeu.

As alunas, Carlota e Inês, apresentaram o seu trabalho perante um júri nacional, constituído por representantes do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

Esta vitória reveste-se de particular importância também pela relevância do tema, sempre atual e sempre merecedor da nossa máxima atenção.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação às jovens açorianas que participaram na Sessão Nacional do Concurso Euroscola, bem como ao seu professor José Costa, que assim levam mais longe o nome dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento às jovens referenciadas, às suas famílias e à Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018.

Os Deputados, Graça Silva, André Bradford, Mário Tomé, Renata Correio Botelho, João Paulo Ávila e Miguel Costa

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao voto de congratulação apresentado. Revemo-nos nos argumentos, consideramos que hoje é cada vez mais importante toda a pedagogia que estes programas levam junto dos nossos alunos, na construção do projeto europeu. Revemo-nos na questão do trabalho apresentado sobre a importância da igualdade de género.

Portanto, estamos também muito satisfeitos por este prémio ganho e pelas alunas da Escola de São Roque.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação pelo 50.º aniversário do Grupo de Balhos e Cantares da Ilha terceira. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50.º aniversário

Do Grupo de Cantares da ilha Terceira

No dia 25 de maio de 1968, Laureano Correia dos Reis, Rodolfo Brum e Enrique Borba apoiados pelos professores Alice Borba e Mário Coelho, das senhoras D^a. Maria João Ávila e D^a. Vitorina, bem como do senhor Maduro Dias (pai) deram mote à primeira Charamba do grupo Balhos e Cantares da Ilha Terceira.

Com 35 elementos, foram o segundo grupo de folclore a emergir na Ilha Terceira com o objetivo de "estudar e praticar o folclore terceirense promover a divulgação da cultura popular, nas suas variadas vertentes e proporcionar aos seus associados meios de cultura e recreio".

Atualmente é liderado por Paulo Joaquim Lourenço que juntamente com cerca de 34 bailhadores, bailhadeiras, cantadores, cantadeiras e tocadores de “viola da terra” e tocadores de violão dá continuidade a este trabalho de transmitir a cultura popular que caracteriza o terceirense e todo o povo dos Açores.

Fruto da investigação e recolha exaustiva, o grupo apresenta um repertório onde constam modas pertencentes ao "balho direito" ou "balho à antiga", assim como rodas e modas cantadas e dançadas por ocasião dos terços em louvor do Divino Espírito Santo ou em ocasiões como as desfolhadas. Na sua indumentária apresentam diversos trajes de cerimónia e de trabalho, que se usavam entre finais do século XVIII e meados do século XX.

Com meio século de existência apresenta um currículo vasto e rico, participando em nas festas do Espírito Santo e de Verão na ilha; nos festivais internacionais de folclore, nas Sanjoaninas; em desfiles etnográficos, em eventos culturais e turísticos; em intercâmbios com grupos oriundos do continente português, entre outras atividades.

Dentro e fora da ilha, esta agremiação cultural tem sabido honrar a cultura popular dos Açores, mais precisamente, o Folclore da ilha Terceira, nos seus cantares, dança e no modo de trajar antigamente. Além-fronteiras destacam-se deslocações ao Canadá, Estados Unidos da América, União Soviética e Alemanha.

São embaixadores da cultura popular do povo terceirense, mantendo vivas as suas tradições e respeitando o legado cultural dos seus antepassados.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira.

Que do presente voto se dê conhecimento ao grupo, Assembleia e Junta de Freguesia da Conceição e Assembleia e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, sala das sessões, 14 de junho de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, César Toste e Luís Rendeiro

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

(* **Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente com muito gosto a este voto de congratulação não podendo esquecer que o Grupo de Balhos e de Cantares da ilha Terceira foi formado por um grupo de pessoas notáveis, gente da cultura da nossa Terceira que sempre esteve presente na divulgação da cultura terceirense no seu melhor, respeitando a tradição e deixando um legado que este grupo honra muito.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação ao Sporting Club da Horta pelo título de campeão da 2.ª Divisão Nacional de Andebol em Séniores Masculinos e conseqüente subida à 1.ª Divisão Nacional. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

ao Sporting Club da Horta pelo título de Campeão da 2.ª Divisão Nacional de Andebol em Séniores Masculinos e consequente subida à Primeira Divisão Nacional

O Sporting Club da Horta assegurou, no passado dia 26 de maio, a conquista do título de campeão da 2.ª Divisão Nacional, no escalão de séniores masculinos, na modalidade de Andebol.

Uma semana depois de ter garantido, frente à Associação Desportiva de Sanjoanense, o regresso ao escalão máximo do andebol nacional, o Sporting da Horta alcança mesmo o título de Campeão Nacional da 2.ª Divisão vencendo a Associação Desportiva e Cultural de Benavente com um resultado de 22-31.

A conquista alcançada assinala um rápido regresso do Sporting Club da Horta à 1.ª Divisão Nacional de Andebol, onde tem marcado presença assídua durante os últimos anos.

Fundado em 1923, começou como clube de futebol, modalidade central do clube ao longo de várias décadas, tendo inclusivamente vencido o primeiro campeonato distrital de futebol, disputado nos Açores, na época de 1930/31.

É, no entanto, na modalidade de andebol que, ao longo dos últimos anos, o Sporting Club da Horta tem se evidenciado e distinguido, dando também um importante contributo na promoção da ilha do Faial e dos Açores em Portugal e na Europa.

Em 2002/03 participa, pela primeira vez, na Divisão Nacional de Elite, tendo alcançado o 3.º lugar e nas duas épocas que se seguiram, o 3.º e 2.º lugar, respetivamente.

No ano seguinte, foi o vencedor da Taça Presidente da República.

É, contudo, na época 2005/06 que o clube da Rua Eduardo Bulcão, regista os momentos de maior sucesso. Em 2006, foi finalista da competição europeia “Taça Challenge” – a segunda mais importante competição europeia de andebol

– tendo mesmo vencido a primeira-mão da final por 26-21 os romenos do Steaua de Bucarest, perdendo a segunda-mão, na Roménia, por 34-27.

Desde então, o Sporting Club da Horta tem registado com nota positiva a participação que tem desenvolvido nas competições nacionais de andebol, elevando o nome da Região naquela modalidade.

Após um ano de ausência do escalão máximo nacional de andebol, o Sporting Club da Horta regressa agora a um lugar que é seu e que dignifica o clube, o Faial e os Açores.

Toda a sua história é sustentada por um trabalho sem precedentes desenvolvido por sócios, adeptos e jogadores que, tal como noutros clubes, dão corpo às conquistas e ao sucesso alcançado.

De realçar igualmente, o trabalho inquestionável desenvolvido pelo clube no que à formação diz respeito, o que tem permitido permanentemente, a utilização de jogadores locais em largo número na sua equipa sénior de andebol.

O histórico clube da cidade da Horta afirma-se assim como a maior potência do andebol açoriano e uma referência a nível nacional.

Com a dedicação e empenho de toda a equipa, que tem trabalhado para consolidar um percurso de sucesso, o Sporting Club da Horta tem sido um dos principais embaixadores do desporto açoriano no panorama nacional, prestigiando os Açores e o Desporto Regional.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto dos atletas do Sporting Club da Horta terem trazido para os Açores o título de campeão da 2.ª Divisão Nacional de Andebol. Esta congratulação é extensiva a todos os técnicos e dirigentes daquele clube, que veem assim reconhecido o mérito de um trabalho de excelência, levando mais longe o nome dos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

reunida em sessão plenária do mês de junho, que aprove um Voto de Congratulação ao Sporting Club da Horta, pelo título de campeão da 2.ª Divisão Nacional de Andebol e consequente subida à 1.ª Divisão Nacional.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Sporting Club da Horta, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta e à Associação de Andebol da ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018.

Os Deputados, Tiago Branco, André Rodrigues e André Bradford

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao facto do Sporting Club da Horta ter sido Campeão da II Divisão em Andebol, desta feita o voto de congratulação é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Sporting Club da Horta Campeão da II Divisão em Andebol

O Sporting Club da Horta construiu ao longo de 95 anos de vida, um percurso de inestimável valor nos domínios desportivo, cultural e social, reconhecido quer nos Açores, quer para além das fronteiras da região.

Na história mais recente da instituição, o andebol conquistou o estatuto de modalidade rainha, destacando-se a aposta na componente de alta competição, mas também e com especial pertinência, o forte investimento nos escalões mais jovens, contribuindo por esta via o Sporting Club da Horta para a formação desportiva, humana e social da juventude faialense e açoriana.

Na época desportiva 2017-2018, o Sporting Club da Horta sagrou-se campeão da II Divisão em Andebol, em seniores masculinos, e garantiu o acesso à I Divisão Nacional.

Este relevante êxito desportivo deve-se ao empenho e dedicação dos dirigentes, corpo técnico, atletas e colaboradores, traduzindo o resultado do percurso construído ao longo dos anos, a confiança no trabalho realizado e a motivação para superar todos os obstáculos e as dificuldades decorrentes das vicissitudes verificadas na época anterior.

A conquista do título da II Divisão e a subida ao escalão principal do andebol português, assumem ainda maior importância porque proporcionam uma maior projeção do Faial e dos Açores, trazem benefícios para os agentes económicos e constituem mais um instrumento para a promoção do andebol e do desporto em geral na Região Autónoma dos Açores.

Esta vitória constitui também mais um estímulo para a afirmação do desporto, para a prevenção de comportamentos desviantes da juventude e para a promoção de estilos de vida saudáveis na nossa comunidade.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Sporting Club da Horta pela conquista do título de Campeão da II Divisão de Andebol e consequente acesso

à I Divisão Nacional de Andebol na próxima época desportiva, felicitando os seus dirigentes, sócios, jogadores, técnicos e simpatizantes.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe ainda que deste voto seja dado conhecimento à Direção do Sporting Club da Horta, à Associação de Andebol da Ilha do Faial, à Federação de Andebol de Portugal, ao Governo Regional dos Açores e aos Órgãos de Comunicação Social.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, Carlos Ferreira e Luís Garcia

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 13 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 50 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

O próximo voto é de congratulação a Tomás Amaral pela conquista do título de Campeão do Mundo de Ginástica Aeróbica na categoria de Individual Masculino Juvenil. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários:

Voto de Congratulação

Tomás Amaral, pela conquista do título de Campeão do Mundo de Ginástica Aeróbica na categoria Individual Masculino Juvenil

No passado mês de maio viemos a esta tribuna felicitar o jovem Tomás Amaral por um feito já em si extraordinário: a conquista do 1.º lugar em individual masculino no Open Internacional de Cantanhede.

Se, já então, o seu sucesso nos encheu de orgulho, como fizemos questão de assinalar, esse orgulho torna-se agora ainda mais substancial com a conquista, em Guimarães, no passado dia 27 de maio, do título de Campeão do Mundo de Ginástica Aeróbica na categoria Individual Masculino Juvenil, com 19.650 pontos, um recorde naquele escalão.

Este jovem de 12 anos, atleta do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, cujo percurso, mestria e empenho (seus e, naturalmente, do seu clube e da sua treinadora, Alexandra Barroso) aqui reconhecemos há poucas semanas, arrecadou assim a mais alta distinção alguma vez alcançada por Portugal nesta modalidade.

Para Portugal, o Tomás Amaral trouxe ainda, em conjunto com a atleta Leonor Januário, um excecional terceiro lugar na prova Par Misto Juvenil.

Ser-se campeão do mundo é proeza rara. Está ao alcance de muito poucos. Mas esteve (e está, como se constata) ao alcance deste jovem atleta açoriano, que faz assim voar, pelos quatro cantos do mundo, numa pirueta de dedicação e talento, o nome dos Açores.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação ao jovem atleta Tomás Amaral pela conquista do título de Campeão do Mundo de Ginástica Aeróbica na categoria Individual Masculino Juvenil. Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento ao próprio, à sua família e ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018.

Os Deputados, Renata Correia Botelho, André Bradford, Graça Silva e João Paulo Ávila

Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Não há.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação a Tomás Viveiros Amaral pela conquista da Medalha de Ouro no Campeonato do Mundo de

Ginástica Aeróbica. Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro pelo PSD.

Deputada Maria João Carreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Tomás Viveiros Amaral conquista a Medalha de Ouro no Campeonato do Mundo de Ginástica Aeróbica

Tomás Amaral é motivo de orgulho para os Açores.

Tomás Amaral tornou-se no passado dia 27 de maio no **primeiro português a ganhar uma medalha de ouro nos mundiais de ginástica aeróbica**. Este jovem atleta açoriano de 12 anos, natural de São Miguel, venceu a Competição Mundial Por Grupos de Idade de Ginástica Aeróbica, na categoria Individual Masculino, no escalão Juvenil.

A competição que se disputou no Pavilhão Multiusos de Guimarães viu o jovem ginasta conquistar **19.650 pontos**, um recorde naquele escalão. Tomás Amaral, atleta no Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, ficou à frente do russo Damir Manafov (19.400 pontos) e do romeno Leonard Manta (19.200 pontos).

Mais tarde, na sua segunda final, Tomás Amaral e Leonor Januário deram a segunda medalha do dia a Portugal, classificando-se em terceiro lugar na prova Par Misto Juvenil. A dupla portuguesa obteve o terceiro lugar, com 18.850 pontos, ficando atrás de duas duplas russas.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata já enalteceu o percurso notável do Tomás Amaral em abril passado por ter vencido o Open Internacional em Cantanhede. A sua prestação neste Campeonato é o culminar de horas de treino e de dedicação que se traduziram em resultados históricos,

que se devem, também, ao elevado nível de formação proporcionado pelo Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, consumado nas dezenas de títulos nacionais e internacionais alcançados um pouco por todo o mundo.

O desempenho deste atleta é uma honra para os Açores. É um exemplo de que com esforço, dedicação e persistência é possível alcançar excelentes resultados e projetar os Açores numa dimensão internacional. Os resultados ora alcançados devem constituir um incentivo para que se aposte na prática desportiva, devendo para o efeito dotar os espaços de infraestruturas e equipamentos adequados.

Para a conquista deste lugar merecem um apreço especial a treinadora Dra. Alexandra Barroso e a família deste jovem atleta que sempre incentivaram a sua participação, bem como, as demais entidades envolvidas na organização destes eventos competitivos.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Tomás Amaral pela conquista da medalha de ouro no Campeonato do Mundo de Ginástica Desportiva.

Mais se propõe que deste voto deve ser dado conhecimento à família do atleta e ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, Maria João Carreiro, António Almeida, Catarina Chamacame Furtado e Jaime Vieira

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação a Pedro Araújo, Campeão Regional de Caça, é apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel José Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação Campeão Regional de Caça

Pedro Araújo, acompanhado pelo seu fiel companheiro de muitas caçadas, foi Campeão Regional, na modalidade de provas de Santo Huberto com cão de parar, feito que o levará a representar a Região Autónoma dos Açores na Prova Rainha dos Cinegeticófilos “prova de Santo Huberto”, organizada pela Federação Portuguesa de Caça, que se disputará ainda este ano em Arronches.

Esta dupla, Pedro Araújo e o parceiro de muitas caçadas, Pluto, já por três vezes representaram os Açores no Campeonato Nacional de Caça, organizado pela Federação Nacional de caça, em 2015, 2016, 2017, repetindo o feito também em 2018.

Pedro Miguel Pereira de Araújo Correia é um dos muitos casos de jovens que ao sair da ilha para fazer a sua formação académica, em medicina veterinária, na Universidade de Trás dos Montes e Alto Douro, e com o gosto e respeito pela natureza e pelos animais, tem desenvolvido um trabalho meritório na Ilha Graciosa quer em termos desportivos, quer em termos profissionais.

Um exemplo desse amor é o seu companheiro de equipa, o Pluto, um cão que estava abandonado e debilitado e foi recolhido pelo nosso veterinário, tratado e, com longas horas de preparação e dedicação, são hoje uma das melhores duplas Regionais, na modalidade Provas de Santo Huberto com cão de parar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho aprove o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela vitória de Pedro Araújo campeão Regional de caça, na modalidade, Prova de Santo Huberto, organizadas pela FENCAÇA/Fase Açores”.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, à Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, à Associação de Cinegeticófilos da Ilha Graciosa, e à Federação de Caçadores da Região Autónoma dos Açores.

Horta, Sala das Sessões 14 de junho de 2018.

Os Deputados, André Bradford, Manuel Ramos, José Ávila e Ricardo Ramalho Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo 25.º aniversário da JAGRIFA. Tem a palavra pelo PSD o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
25.º Aniversário da JAGRIFA

Fundada a 8 de junho de 1993, a Associação de Jovens Agricultores do Faial (JAGRIFA) está a comemorar as suas bodas de prata.

A JAGRIFA tem atualmente 124 associados e está sediada no Parque de Exposições da Ilha do Faial, na Quinta de São Lourenço.

Nestas duas décadas e meia, a JAGRIFA tem assumido a defesa e a reivindicação de melhores condições de trabalho para os seus associados, essencialmente produtores de leite e de carne.

A JAGRIFA tem tido um papel importante na organização e regulação da fileira da carne, uma vez que intervém na sua comercialização, sendo possuidora de um talho.

Esta Associação agrícola presta diversos serviços aos seus associados nomeadamente apoio técnico, administrativo, contabilidade agrícola e comercialização de alguns produtos.

Para assinalar as suas bodas de prata, a Direção da JAGRIFA promoveu uma sessão solene, onde juntou os seus dirigentes, sócios e famílias, na freguesia dos Cedros, de onde são originários muitos dos seus associados.

Nesta sessão foi reconhecido o papel do mentor desta Instituição, António da Rosa Gomes e também foram prestadas justas e merecidas homenagens aos seus fundadores e aos que foram os seus principais dirigentes ao longo destes vinte e cinco anos de vida.

Na mesma ocasião foram ainda distinguidos os maiores e os melhores produtores de leite e de carne.

Para além do apoio aos seus associados, a JAGRIFA também tem sido parceira na organização de diversos eventos na ilha do Faial, designadamente o Dia do Agricultor, o Encontro do Mundo Rural e a Feira Açores, quando esta se realiza nesta ilha.

Vinte e cinco anos de existência da JAGRIFA significam muita persistência e determinação por parte de todos aqueles que trabalharam e trabalham em prol desta Associação. Assim, nesta ocasião lembramos e homenageamos todos os seus fundadores, todos os que fazem ou já fizeram parte dos seus órgãos sociais e todos os sócios e colaboradores que contribuem e contribuíram para o seu funcionamento em prol da agricultura faialense.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 25 anos da Associação de Jovens Agricultores do Faial, do qual deve ser dado conhecimento formal à mesma.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, Luís Garcia e Carlos Ferreira

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente se associa a este voto de congratulação apresentado pelo PSD relativo aos 25 anos da Associação de Jovens de Agricultores do Faial.

A JAGRIFA é uma instituição, uma associação, que se tem distinguido como uma associação fundamental para o setor agrícola da ilha do Faial com um número significativo de associados.

Tem-se também afirmado como um importante pilar para o rejuvenescimento do setor agrícola, fator fundamental também para assegurar o futuro deste setor. Associamo-nos, por isso, a este voto de congratulação desejando naturalmente as mairas felicidades à Associação de Jovens de Agricultores do Faial e longa vida.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo 25.º aniversário da Casa do Povo do Raminho. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente:

Voto de Congratulação

25.º aniversário da Casa do Povo do Raminho

O atual edifício da Casa do Povo do Raminho, no concelho de Angra do Heroísmo, foi inaugurado em 1993, encontrando-se a festejar, presentemente, o seu 25.º aniversário.

Todavia, a primeira ata lavrada, aprovada e assinada em nome da Casa do Povo do Raminho data de 3 de março de 1972, quando foi nomeada e tomou posse a Comissão Instaladora, constituída por Eduardo Azevedo Borges, Manuel Caetano Dias e João Antimo Ormonde Gil, que deram corpo a mais uma valência da Segurança Social.

A necessidade de se encontrar um edifício onde pudessem ser instalados os serviços próprios de uma Casa do Povo levou as sucessivas direções a envidar esforços que só se concretizariam, porém, passados 22 anos.

Apesar da inexistência de instalações adequadas às necessidades da freguesia, a verdade é que a promoção e a realização de atividades de cariz sociocultural foram sempre apanágio da Casa do Povo do Raminho, que ao longo dos anos prestou serviços de saúde e assistência social e apostou na ocupação de tempos livres, com especial atenção às áreas do teatro, da música, do artesanato e do desporto.

Essas inúmeras atividades, já de si valorosas, ficaram, obviamente, a ganhar, com a inauguração das novas instalações há 25 anos, sob a direção de Manuel Coelho Ornelas, José Arnaldo de Sousa Cardoso e Aníbal Manuel Correia da Costa.

Passados 25 anos e após um período de animação cultural liderado entusiasticamente pelo funcionário administrativo Carlos António Simas Bretão, a Casa do Povo do Raminho continua a dispensar, aos seus associados e à população em geral, os serviços que lhe competem.

São muitas as iniciativas e eventos culturais, recreativos, desportivos e religiosos que, ao longo dos tempos, têm sido organizados pela Casa do Povo do Raminho. Destacam-se as Semanas da Juventude e as Semanas Culturais, bem como a participação ativa no Carnaval terceirense, com a criação de Danças de Espada. De realçar, ainda, as marchas sanjoaninas e o grupo desportivo de futebol de 11 que, durante muitos anos, representou a freguesia. Finalmente, importa lembrar que a Casa do Povo do Raminho sustenta, também, a valência do Centro de Dia do Grupo de Idosos da freguesia.

Pelos motivos atrás enunciados e pelo seu valioso papel em prol dos seus associados, habitantes da freguesia e população em geral, cremos ser de toda a justeza esta referência.

Sendo assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2018, a aprovação de um Voto de Congratulação à Casa do Povo do Raminho pelo 25.º aniversário da inauguração da sua sede atual, que tem sido continuamente conservada e melhorada.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção da Casa do Povo do Raminho e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018.

Os Deputados, Mónica Rocha, Maria Isabel Quinto, António Toste e André Bradford

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se obviamente a este voto de congratulação no sentido que importa aqui reforçar e valorizar as diferentes valências apresentadas pela Casa do Povo do Raminho, desde a juventude ao centro de dia.

Esta é uma resposta social que os deputados eleitos pela ilha Terceira conhecem. Já tiveram a oportunidade de passar um dia naquela freguesia, visitar a instituição e acompanhar de perto algumas das atividades que esta Casa do Povo desenvolve e obviamente que é com naturalidade que nos associamos a este voto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao centenário do Império da Vila de São Sebastião, ilha Terceira. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Centenário do Império da Vila de São Sebastião – Ilha Terceira

“a casa do divino está pintada de fresco
Como primavera coroada de encanto
Lindo os florões de emoção azul
Suspensos como retratos de família

Mãos de artista atraíram o voo da pomba
com as cores populares da alegria
Parece um arco-íris repousado
Ao largo da esperança

Toda a gente que o império é a casa
Do espírito em estado de massa sovada”

Entre os dias 1 e 8 de abril, o Império do Divino Espírito Santo da Vila de São Sebastião, no concelho de Angra do Heroísmo, celebrou o seu centésimo aniversário.

Esta edificação de carácter religioso de elevado valor arquitetónico e histórico integrava-se inicialmente no adro da igreja, dispendo-se à esquerda da mesma. Entre 1958 e 1965 é transferido para o lado sul da praça e local onde hoje se encontra.

Na sua fachada pode-se observar pinturas elaboradas em motivos do Espírito Santo, sendo o primeiro artista o mestre Chico "Mogango". Seguidamente o Pároco Coelho de Sousa também pintou no frontal inferior cenas do quotidiano do Espírito Santo e atualmente o artista José João Dutra continua a recuperar e acrescentar novos motivos. No interior, possui um retábulo com reminiscências barrocas albergando a imagem de Santa Isabel.

Esta irmandade celebra as festas do Divino Espírito Santo nos domingos de Pentecostes e da Santíssima Trindade, nos 7.º e 8.º domingos depois da Páscoa, respetivamente.

As comemorações do centenário foram assinaladas com uma festa em louvor ao Divino Espírito Santo, na qual foi descerrada uma placa comemorativa do Centenário, inauguração de obras de requalificação e apresentação dos livros sobre o Império da autoria de Dionísio de Sousa, o tradicional cortejo do "bezerro" com a distribuição de brindeiras, cantigas ao desafio e coroação na Matriz da Vila de São Sebastião.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação ao Império da Vila de São Sebastião.

Que do presente voto se dê conhecimento à comissão de mordomos, à Assembleia e Junta de Freguesia da Vila de São Sebastião e Assembleia e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, sala das sessões, 14 de junho de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, César Toste, Paulo Parece e Luís Rendeiro

Disse.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

(*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É com agrado que o Grupo Parlamentar do PS se associa a este voto de congratulação do centenário do Império da Vila de São Sebastião, na ilha Terceira, por tudo o que os impérios representam na cultura e na identidade açoriana, nomeadamente pela devoção que é dedicada ao culto do Divino Espírito Santo, que tanta importância tem na ilha Terceira, bem como nas outras ilhas dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de congratulação desta manhã refere-se aos 125 anos de atividade da Fábrica de Cerveja e Refrigerantes João Melo Abreu. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Voto de Congratulação

pelos 125 anos de atividade da Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu

João de Melo Abreu obteve, em 1892, uma licença para o estabelecimento de uma fábrica de cervejas e de refrigerantes.

Inicialmente a empresa era designada apenas por Melo & C^a, mas hoje em dia está registada como Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu Lda., com sede em Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel.

Apesar do sucesso inicial, a empresa passou por momentos atribulados no início do século XX, quer devido à suspensão da laboração cervejeira, quer ainda pelas dificuldades financeiras sentidas, que obrigaram à venda de quotas à Empresa de Cervejas da Madeira (ECM).

Mais tarde, em 1975, a empresa Melo Abreu foi nacionalizada, até que, em 1991, voltou a ser detida na totalidade pela Empresa de Cervejas da Madeira. Pelo meio, o Governo Regional dos Açores chegou a deter parte do seu capital social.

Em 2010, o empresário João Moniz adquiriu a totalidade do Capital da empresa, tendo iniciado um processo de reestruturação empresarial, para garantir a recuperação e sustentabilidade financeira da empresa.

A Fábrica Melo Abreu produz as marcas de cerveja Especial, Extra-Especial, Munich e Preta Doce, para além dos refrigerantes Kima e Laranja.

A qualidade dos seus produtos tem sido um fator decisivo na sua subsistência, num mercado altamente competitivo, contribuindo para o aumento da produção

regional nos Açores, incrementando as exportações do sector agroalimentar e reduzindo as importações.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho, que seja aprovado um **Voto de Congratulação pelos 125 anos de atividade da FÁBRICA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES JOÃO MELO ABREU.**

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Gerência da Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu Lda., aos seus proprietários e colaboradores, à Câmara Municipal de Ponta Delgada e ao Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 14 de junho de 2018.

Os Deputados, Carlos Silva e André Bradford

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Associamo-nos naturalmente a este voto de congratulação.

Trata-se dos 125 anos de uma empresa que acrescenta valor à Região, produzindo produtos de reconhecida qualidade.

É atualmente detida por um empresário açoriano, como aliás ficou expresso no voto que foi lido pelo Sr. Deputado Carlos Silva, alguém que teve um papel de muito sucesso como empresário (que tinha e que continua a ter) nos Estados Unidos, um mercado difícil, um mercado rigoroso, mas onde ele conseguiu

efetivamente ter uma carreira em que mostrou a sua garra, a sua qualidade e a qualidade do empreendedorismo açoriano.

No meu caso em particular associo-me com muito prazer a este voto uma vez que passei pela história da Melo Abreu durante alguns anos e isso faz-me também sentir um pouco a idade que tenho, porque passei por lá justamente no período em que a empresa celebrou o seu centenário. Enfim, é a vida e é aquilo com que nos temos de conformar.

Trata-se de uma empresa açoriana, cujo capital é açoriano e que produz produtos açorianos de qualidade e, por isso, obviamente merece completamente o nosso reconhecimento.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de protesto. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia pelo PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Voto de Protesto

Abandono e degradação das estradas regionais interiores do Faial

A ilha do Faial tem algo de insólito no sistema viário regional. A bonita estrada do mato entre o Largo Jaime de Melo e a Ribeira do Cabo fez um percurso

contrário ao normal, passou de alcatrão a cascalho. E assim permanece, vergonhosamente, há cerca de 20 anos.

Mas esta não é a única estrada regional em acentuado estado de degradação e abandono no interior da ilha do Faial. A estrada que liga as designadas Casas da Junta, na estrada da Caldeira, à Ribeira Funda, nos Cedros, também se encontra com um piso impraticável.

Estas duas estradas regionais são de extrema importância quer para a agropecuária, quer para o turismo. Ao nível agrícola servem inúmeras explorações e o seu estado de degradação é mais um constrangimento que, a somar ao calamitoso estado de muitos caminhos agrícolas no Faial, muito penaliza o rendimento dos nossos agricultores.

Em termos turísticos a importância destas estradas fica retratada apenas ao referir que elas ligam dois dos principais pontos turísticos do Faial, a Caldeira e o Vulcão dos Capelinhos. Calculemos a imagem com que ficam os turistas quando têm de atravessar alguma daquelas vias, por exemplo, num autocarro.

Escusado será aqui lembrar, porque seria fastidioso, o enorme rol de promessas que, ao longo destes 20 anos, os sucessivos governos socialistas e o PS fizeram em relação à requalificação destas estradas.

Essas promessas fizeram parte de diversos manifestos eleitorais, de planos e orçamentos da Região e até da defunta Carta Regional de Obras Públicas. Neste longo historial de enganos não faltou, pelo menos, um concurso que ficou deserto.

Em 2015, em resposta a um requerimento do PSD, para justificar o cancelamento do investimento relativo à segunda fase da variante à cidade da Horta, o Governo Regional referia que tinha dado prioridade à Estrada Regional que liga o Largo Jaime de Melo à Ribeira do Cabo. Isto foi em 2015 e estamos em 2018 e o Faial está sem nenhuma delas. Ou seja: sem a construção da

segunda fase da variante e sem a reabilitação da estrada entre o Largo Jaime de Melo e a Ribeira do Cabo, que continua abandonada e esquecida.

O estado de abandono e a degradação destas estradas há muito que constroem o desenvolvimento do Faial e é merecedor de um veemente voto de protesto dos representantes do Povo Açoriano.

Por isso, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem o seguinte:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta veementemente contra o estado de abandono e de degradação em que se encontram as estradas regionais do interior da ilha do Faial, nomeadamente as que ligam o Largo Jaime de Melo à Ribeira do Cabo e a que liga a Casa da Junta à Ribeira Funda pelos prejuízos que têm causado à economia e à imagem do Faial.

Mais se delibera dar conhecimento deste voto ao Governo Regional dos Açores.

Horta e Sala das Sessões, 14 de junho de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, Luís Garcia e Carlos Ferreira

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Devo começar por dizer que o Governo Regional, o Partido Socialista, tem feito um vigorado esforço para que sejam mantidas e reparadas diariamente as estradas regionais da Região e neste caso em particular as da ilha do Faial.

Neste momento, também penso que é justo dizê-lo que não há nenhuma estrada regional com problemas de segurança para a circulação das pessoas, das viaturas.

Deputado Marco Costa (PSD): Recursos endógenos: bagacina!

O Orador: No entanto, todos reconhecemos naturalmente as dificuldades com que a Região se deparou quando o anterior Governo da República do PSD e do CDS-PP, ...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que foi esse mesmo, não foi outro, portanto, tenho que dizer que foi esse mesmo ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... aquando da negociação do atual Quadro Comunitário que disse à União Europeia que o investimento em estradas era uma prioridade negativa e que Portugal não precisava de mais dinheiro para estradas, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Parece (PSD): O Governo Regional podia classificar isso como circuito logístico!

O Orador: ... esquecendo literalmente as dificuldades com que se viriam a deparar as câmaras municipais e as regiões autónomas, não só na construção de novas vias, mas na manutenção das vias existentes.

Ainda assim, a Região conseguiu negociar um plafond de 16 milhões de euros destinado à rede viária regional, mas certamente muito aquém daquelas que eram as nossas necessidades. Muito aquém!

16 milhões de euros para seis anos, distribuídos por nove ilhas, é de facto pouco, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Aqueles que os senhores quiseram chamar os circuitos logísticos!

O Orador: ... mas a verdade é que a perspetiva inicial do Governo do PSD era de zero cêntimos.

O PSD lamenta as dificuldades e constrangimentos verificados no processo de construção na 2.^a fase da variante. Nós também. Nós também sem dúvida, mas não podemos aceitar que aqueles que foram negligentes neste processo venham agora responsabilizar aqueles que foram impedidos pelo próprio PSD de neste momento concretizar este investimento.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Essa é que é a verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Face ao cenário apresentado e face ao cenário que existe, o Governo dos Açores deu prioridade naturalmente à manutenção da rede viária regional existente.

Deputados Luís Garcia e Marco Costa (PSD): Qual manutenção?

O Orador: Neste contexto é justo dizer que ainda em 2017 foi concluída a reabilitação da estrada Príncipe Alberto do Mónaco, um investimento superior a 800 mil euros; este ano será ainda iniciada a empreitada de sinalização oriental com pinturas termoplásticas no pavimento para melhorar a segurança e a circulação rodoviária, num investimento de 150 mil euros que se encontra em

fase de adjudicação; estando igualmente prevista a reabilitação do pavimento de diversos troços da Estrada Regional 1.^a no valor de cerca de 200 mil euros.

A estrada interior entre o Largo Jaime Melo e o alto da Ribeira do Cabo, a principal referência deste voto de protesto, está inscrita no Plano e Orçamento deste ano, encontra-se em fase de contratação e é um investimento superior a 2 milhões de euros do Governo Regional e que será concretizado.

Deputado António Almeida (PSD): É só 70% da estrada!

Deputado Marco Costa (PSD): Isso! É o comprimento ou a largura? Já decidiram?

O Orador: O que é facto é quando os senhores sabem que investimentos ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... como o da reabilitação da estrada regional entre o Largo Jaime Melo e a Ribeira do Cabo estão perto do seu início fazem sempre este tipo de política de falar mal para certamente depois ir dizer aos faialenses que foi por vossa causa que a obra começou.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas não, Srs. Deputados!

A obra vai começar porque é um compromisso do Partido Socialista que vamos cumprir ...

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor acredita nisso?

O Orador: ... mesmo perante as dificuldades que o governo do vosso partido colocou aos faialenses e aos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Tiago Branco, por onde é que vamos começar?

Deputado José Ávila (PS): Pelo princípio!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vamos por troços!

O Orador: Vamos por partes. Vamos por troços, exatamente!

Primeira coisa que lhe quero dizer e já não é a primeira vez que acontece por parte da bancada do Partido Socialista é que é preciso ter muito descaramento. É preciso ter muito descaramento para ... os senhores prometem esta estrada, a 2.ª fase da Variante há mais de 20 anos e agora quem é o culpado? Quem é o culpado?

O governo de Passos Coelho.

Oh, senhores, tenham o mínimo de coragem e assumam as vossas responsabilidades. Digam “nós assumimos, nós não fizemos.” Agora não atribuam responsabilidades a terceiros e muito menos (os senhores fazem isso há 20 anos) e é bom recordar, vamos recordar isso, as declarações do Sr. Presidente do Governo aquando da negociação deste famoso Quadro Comunitário que os senhores tanto criticam e então dizia o Sr. Presidente do Governo a 20 de setembro de 2013 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Este!

O Orador: Este Presidente do Governo, Dr. Vasco Cordeiro.

Cito: “É com muita satisfação que o Governo dos Açores pode anunciar a todos os açorianos que conseguiu garantir para o período de 2014-2020 não só a manutenção dos mesmos níveis de financiamento que tinha no anterior Quadro Comunitário de Apoio, como conseguiu inclusive aumentar esse montante face ao anterior período de programação”, afirmou Vasco Cordeiro.

Disse mais o Sr. Presidente do Governo. Pela mesma altura o Governo anunciou igualmente que tinha conseguido um plafond excepcional de 16 milhões de euros de fundos comunitários para investimentos em estradas ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... e, portanto, os senhores não fizeram a Variante, os senhores não fizeram a estrada do mato por vossa opção e porque os senhores não quiseram.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Oh, Sr. Deputado Tiago Branco, por momentos eu pensei que a bancada do Governo era esta, que nós é que tínhamos prometido.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Vai faltar muito para ser Governo!

Deputado Francisco Coelho (PS): É preciso é que o povo não se engane na bancada!

O Orador: Pensei que aqui estavam sentados aqueles que ao longo dos anos prometeram e não cumpriram, mas o senhor enganou-se na bancada. A bancada é aquela que está ali. Os responsáveis pelos incumprimentos, pelas promessas não cumpridas estão ali e tem alguns também na sua bancada. O Sr. Deputado José Contente não está cá, mas ele também é um dos responsáveis.

Portanto, Sr. Deputado, o PS já promete esta requalificação há muito tempo.

O senhor talvez não se lembra, porque o senhor era demasiado jovem quando esse manifesto de 2000 ...

Deputado Francisco César (PS): Demasiado jovem! E o senhor é demasiado velho?

O Orador: Sabe o que é que dizia o manifesto de 2000?

“Reabilitar as estradas interiores da ilha do Faial, nomeadamente a que liga o Largo Jaime de Melo à Ribeira Funda”, 2000.

Era o Passos Coelho que estava lá, não era?

2008, 2004, 2016, 2012 ... Tudo! Estão aqui as vossas promessas e os senhores não cumprem e vêm para aqui atribuir responsabilidades a outros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não têm mesmo vergonha!

O Orador: Sejam sérios politicamente e assumam as vossas responsabilidades e digam que não fizeram isso, que engaram os faialenses, que mentiram aos faialenses, que não fizeram por vossa responsabilidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Oh, Sr. Deputado, eu também queria saber da sua parte com o que é que o senhor não concorda neste voto de protesto.

Estão ou não estão estas estradas degradadas? Estão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há quantos anos?

O Orador: Tem ou não tem sido prometido aos faialenses? Tem.

Tem ou não tem prejudicado a economia do Faial? Tem.

Portanto, é nossa obrigação como deputados desta Casa fiscalizar a ação do Governo e vir aqui protestar, porque o Governo não tem cumprido, porque o Governo não tem servido os interesses do Faial.

Esta é a nossa obrigação, na dignificação deste órgão e dizer ao Governo, neste caso os senhores agiram mal e devia ser também obrigação dos senhores que se

sentam nessa bancada da maioria dizer isso a bem da dignificação do vosso papel e a bem da dignificação deste órgão que nós aqui representamos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E este estado de degradação destas estradas escondidas no interior da ilha do Faial devia envergonhar o Governo dos Açores. Devia envergonhar o Governo dos Açores!

Deputado Paulo Parece (PSD): E os Deputados do Faial!

O Orador: Porque ter uma estrada há cerca de 20 anos que passou do piso de alcatrão a piso de terra que mais se assemelha a uma estrada característica de uma savana africana e ter outra que atravessá-la de autocarro ou de um mero ... O senhor disse que não estava em causa a segurança. O senhor já atravessou a estrada que liga as Casas da Junta à Ribeira Funda?

Pois, vá lá atravessá-la com o seu carrinho muitas vezes que eu quero ver se o seu carrinho não tem que ir à oficina rapidamente.

Portanto, atravessar essa estrada é uma autêntica e o senhor vem para aqui e diz que isto está tudo bem.

O senhor acha bem o estado calamitoso em que se encontram aquelas estradas? Olhe, fale com os agricultores que eles não acharão bem, fale com os nossos agentes turísticos que eles não acharão bem, fale com os nossos taxistas que eles não acharão bem e eu também não acho bem ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e tenho o direito de protestar nesta Casa em representação do povo do Faial e de dizer ao Governo que os senhores têm de cumprir aquilo que prometeram ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e reabilitar as duas estradas do interior da ilha do Faial.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é o período de votos. A Mesa mantém a sua interpretação de que o Governo não pode intervir ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é a Mesa, é o Regimento!

O Orador: Não está no Regimento.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não está no Regimento.

A Mesa mantém a sua interpretação de que o Governo não pode intervir neste período da ordem de trabalhos?

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é a Mesa. A senhora não vai fraquejar agora!

Presidente: Sim. Tem sido uma interpretação da Mesa já por várias vezes manifestada de que o Governo não pode intervir no período dos votos.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Esta circunstância não diz nada sobre a responsabilidade do Governo, mas diz tudo sobre as motivações do PSD neste voto de protesto.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, solicitava em nome da bancada do Grupo Parlamentar do PSD que a Sra. Presidente informasse o Sr. Presidente do Governo que há muito que é assim que o Governo não pode intervir na figura e que era mais o que faltava o Governo escolher as figuras regimentais que os partidos da oposição usam para aqui trazer os assuntos a esta Casa.

O Governo tem que se habituar a respeitar o Parlamento, porque é o Governo que emana do Parlamento e não o contrário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Penso que esta intervenção do Sr. Presidente do Governo poderia levar a que o CDS neste momento não interviesse no período antes da ordem do dia, fazendo crítica à governação política.

Nas petições o Governo também não pode falar e era o mesmo que dizer aos açorianos que não podem protestar contra a governação de quem está no poder,

porque quando a petição é apresentada nesta Casa o Governo também não pode falar.

É verdade, Sr. Presidente do Governo, ...

Presidente: Sra. Deputada, não pode responder à interpelação que foi ...

A Oradora: Isso é completamente verdade.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, o Sr. Presidente do Governo fez uma interpelação à Mesa. Portanto, não pode interpelar o Sr. Presidente do Governo sobre aquilo que foi dito, porque a interpelação foi feita à Mesa. Portanto, tem que se cingir à questão do voto.

A Oradora: Mas eu não estou interpelando coisíssima nenhuma.

Não estou interpelando coisíssima nenhuma!

Estou fazendo um esclarecimento de que nesta Casa os deputados podem fazer críticas ao Governo ...

Presidente: Sra. Deputada ...

A Oradora: ... mesmo em figuras regimentais que o Governo não pode intervir.

Presidente: Sra. Deputada, quem faz esclarecimentos sobre a matéria regimental é a Mesa e eu própria.

A Sra. Deputada não pode utilizar a figura de interpelação à Mesa para prestar qualquer tipo de esclarecimento sobre o Regimento, por isso peço que mantenha a sua intervenção no âmbito do voto de protesto que está aqui em causa.

A Oradora: Agradeço, Sra. Presidente, que não era minha intenção desmerecer a sua figura e, portanto, passo imediatamente à análise do voto.

A verdade é que efetivamente também o CDS aquando das regionais também prometeu aos faialenses que esta obra deveria ser feita e que o CDS se pudesse decidir ela seria feita e é normal que seja transversal a todas as bancadas esta promessa e tenha anos, porque efetivamente é uma das coisas que os faialenses

mais pedem a quem tem poder político para que aconteça no Faial, porque o estado daquela estrada é lamentável: prejudica os agricultores, prejudica os turistas que querem fazer a visita, inclusivamente o CDS no último Plano e Orçamento fez uma proposta de criação da ação 14.2.26 exatamente para a estrada regional que liga o Cabouco à Ribeira Funda tivesse um reforço na reabilitação de estradas regionais de 700 mil euros e o PS chumbou.

Não estou falando do Governo, estou falando da bancada do PS. Então se a bancada do PS quer o melhor para os faialenses e se a bancada do PS sabe que o Governo Regional vai cumprir porque é que chumbou ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Qual era a contrapartida?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... a verba para que essa estrada fosse efetivamente realizada?

Deputado Carlos Silva (PS): Seja responsável, Sra. Deputada!

A Oradora: E o Sr. Deputado do PS vem aqui fazer uma intervenção ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... a dizer que o Governo Regional tudo faz para defender os faialenses. Isto é uma promessa que tem anos. O estado daquela estrada é lamentável, não custa nenhuma fortuna, mas como diria alguém nesta Casa “governar é decidir quais são as prioridades”, ou seja, onde é que o Governo vai alocar as suas verbas e a prioridade não foi no Faial e a prioridade não foi para os faialenses.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Nota-se!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Passamos agora para os votos de pesar.

O primeiro refere-se ao falecimento de Hermelindo dos Santos Machado Ávila. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Ermelindo dos Santos Machado Ávila

Faleceu na passada madrugada do dia 25 de maio com 102 anos de idade o senhor Comendador Ermelindo dos Santos Machado Ávila.

Filho de Francisco Machado Ávila e de Elvira Ermelinda dos Santos Madruga Ávila, nasceu na vila das Lajes a 18 de setembro de 1915, sendo o mais velho de sete irmãos. Casou nas Lajes do Pico com Olga Lopes Neves, onde residia. Do casal nasceram 9 filhos.

Frequentou o Seminário de Angra onde concluiu o curso preparatório e o primeiro ano de Filosofia entre 1927 e 1932, sendo o aluno mais antigo do Seminário Episcopal de Angra.

Iniciou a sua colaboração jornalística na revista *Eco Cedrense* do Faial, estendendo a sua colaboração ao jornal *O Dever* no ano de 1932 pela mão do antigo diretor Pe. Xavier Madruga, onde se iniciou no jornalismo. Entre 1938 e 1954 foi editor deste Semanário.

Entre 1938 e 1954 foi ajudante do Cartório Notarial e dos serviços de Registos e Notariado.

Em 1940 foi nomeado administrador do concelho das Lajes do Pico e Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

Em 1941 foi nomeado Presidente da Câmara Municipal do mesmo concelho de cujas funções foi exonerado por divergências políticas.

Em 1954 ingressou no quadro administrativo da Câmara Municipal das Lajes do Pico e em 1963 foi nomeado chefe de secretaria da Câmara Municipal da Madalena tendo, em 1967, sido transferido, na mesma categoria, para a Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Aposentou-se em 1984 como Assessor Autárquico do Município das Lajes do Pico, tendo recebido a Medalha de Prata do Concelho, pelos bons serviços prestados durante 46 anos.

Foi sócio fundador da Sociedade da Língua Portuguesa, do Núcleo Cultural da Horta, da Sociedade de Escritores Açores/Madeira, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, do Instituto Cultural de Ponta Delgada, da Sociedade Afonso de Chaves, do Instituto Histórico da Ilha Terceira e do Instituto Açoriano da Cultura.

Foi colaborador e mentor de diversas organizações da comunidade local, como a Filarmónica Liberdade Lajense, o Clube Desportivo Lajense, a Associação Voluntária dos Bombeiros das Lajes do Pico e o Museu dos Baleeiros. Católico praticante, é à igreja que dedica e a maior parte da sua participação cívica.

O Comendador Ermelindo Ávila proferiu diversas conferências, quer nos Açores, quer junto das comunidades emigrantes radicadas no Canadá e nos Estados Unidos da América, onde espalhou a sua paixão pela história e pelas gentes da ilha do Pico, sendo sempre respeitado e admirado por todos. Manteve quase até ao fim dos seus dias a colaboração semanal nos jornais locais, sendo os seus escritos reproduzidos em diversos órgãos de imprensa escrita e

radiofónica, tanto em Portugal como na Diáspora, tendo também dispersa várias publicações nas áreas da história, etnografia e cultura locais.

É um nome incontornável da cultura açoriana, com mais de três dezenas de livros publicados e um sem número de artigos divulgados nos mais importantes órgãos da imprensa local e regional.

Tem vasta obra publicada da qual destaco:

John Phillips – Herói em Terras Americanas;

Ilha do Pico – Roteiro Histórico e Paisagístico;

Centenário de São Francisco de Assis – O franciscanismo na ilha do Pico;

Ilha do Pico – Suas Origem e suas Gentes;

Conventos Franciscanos da Ilha do Pico – Notas Históricas;

Temática Baleeira na Literatura Açoriana;

Um Século de Baleação – Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico;

Figuras e Factos – Notas Históricas;

Crónicas da Minha Ilha;

Álbum da Ilha do Pico;

Lajes do Pico – Primeira Povoação da Ilha;

Nossa Senhora de Lurdes;

A Terra e o Mar, Crónicas do meu sentir;

Culto Mariano da Ilha do Pico;

A Matriz da Santíssima Trindade das Lajes do Pico;

O seu último livro – o 31.º - foi lançado um mês antes do seu falecimento:

Crónicas e Contos do Avô Ermelindo, no Auditório do Museu dos Baleeiros das Lajes, que ele tanto acarinhou sugerindo a ideia da construção daquela estrutura cultural nos anos sessenta.

Foi um dos mais proeminentes cidadãos lajenses. Desempenhou na sua centenária vida vários cargos públicos de relevo e uma intensa e notável participação cívica, tendo sido reconhecido e homenageado pela sua dedicação

à causa pública e cívica pelo Estado Português, pela Região Autónoma dos Açores e pela Câmara Municipal das Lajes do Pico:

A 9 de junho de 1995 foi-lhe atribuída a insígnia de Comendador da Ordem de Mérito, pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Em 2001 a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores atribuiu-lhe a Insígnia Autonómica de Reconhecimento.

Nas comemorações dos 500 anos do concelho em 2001, a Câmara Municipal das Lajes do Pico agraciou o Comendador com a entrega da Chave Número Um do concelho.

O Pico e os Açores perderam uma das suas principais referências da cultura açoriana, que nos deixa um legado assinável como Historiógrafo, Escritor e Investigador. Foram estas as facetas da sua vida que o projetaram na Região, no País e na Diáspora e que lhe conferiram o reconhecimento público e institucional.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 14 de junho de 2018, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o presente voto de pesar pelo falecimento do Comendador Ermelindo dos Santos Machado Ávila, exemplar servidor público e notável homem da cultura.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Assembleia e Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Horta, Sala de Sessões 14 de junho de 2018.

Os Deputados, André Bradford, Mário Tomé, Maria Isabel Quinto e Miguel Costa

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se também ao falecimento de Ermelindo dos Santos Machado Ávila. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Ermelindo dos Santos Machado Ávila

Faleceu de madrugada, na sua residência, nas Lajes do Pico, o decano dos jornalistas dos Açores e do país e um dos colaboradores mais antigos de várias publicações da região, Ermelindo dos Santos Machado Ávila.

Ermelindo dos Santos Machado Ávila, nasceu na vila das Lajes, no Pico, a 18 de setembro de 1915. Casou com Olga Lopes Neves, distinta professora e teve nove filhos.

Ermelindo dos Santos Machado Ávila fez o curso de Preparatórios e 1.º ano de Filosofia no Seminário de Angra entre 1927 e 1932. Entre 1938 e 1954, foi ajudante do Cartório Notarial e dos serviços de Registos e do Notariado. Em 1940 foi nomeado Administrador do Concelho das Lajes do Pico e Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal. Em 1941 é nomeado Presidente da Câmara do mesmo concelho de cujas funções foi exonerado por divergências políticas.

Ingressou no quadro administrativo da Câmara Municipal das Lajes do Pico em 1954. Foi chefe de secretaria da Câmara Municipal da Madalena e na Câmara Municipal das Lajes do Pico, onde se aposentou em 1984 como Assessor Autárquico.

Recebeu a medalha de prata do concelho, pelos serviços prestados durante 46 anos e nas comemorações do V Centenário do Concelho das Lajes do Pico, foi-lhe entregue a chave número um do Município.

Ermelindo dos Santos Machado Ávila iniciou a sua atividade jornalística em 1932 no semanário “O Dever”, do qual foi editor entre 1938-1954. Colaborou em diversos jornais como o “O Dever”, “Correio da Horta”, “A União”, “O Telégrafo”, “Correio dos Açores”, na revista “Açorianíssima”, Rádio Clube de Angra, Emissor Regional dos Açores/RDP-Açores, “Jornal do Pico”, “Diário dos Açores”, no portal “A Diáspora” bem como, em algumas rádios locais. Mas a sua colaboração não se quedou pela imprensa dos Açores, foi também correspondente dos jornais “O Século” e “Diário de Notícias” de Lisboa.

Recebeu a medalha de prata do concelho pelos serviços prestados durante 46 anos e nas comemorações do V Centenário de elevação do Concelho das Lajes do Pico foi-lhe entregue a chave número um do Município.

Proferiu palestras sobre a história e cultura picoenses na ilha do Pico e noutras ilhas açorianas e em comunidades emigrantes dos Estados Unidos e Canadá.

Foi agraciado pela presidência da República como Comendador da Ordem de Mérito, e recebeu a Insígnia Autonómica de Reconhecimento, atribuída pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

É sócio fundador da Sociedade da Língua Portuguesa, do Núcleo Cultural da Horta, da Sociedade de Escritores Açores-Madeira, do Clube Desportivo Lajense e da Associação de Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico. Também foi ainda sócio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, do Instituto Cultural de Ponta Delgada, da Sociedade Afonso de Chaves, do

Instituto Histórico da ilha Terceira, do Instituto Açoriano de Cultura, da Sociedade Filarmónica Liberdade Lajense e da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, da qual foi Provedor e a quem coube a construção do Hospital.

Da sua extensa bibliografia publicada, destaco os livros publicados durante e após o ano em que comemorou o seu centenário: Nossa Senhora de Lourdes (2015), A Terra e o Mar e Crónicas do meu sentir (2015), Culto Mariano na Ilha do Pico (2016), A Matriz da Santíssima Trindade das Lajes do Pico (2017) e Crónicas e Contos de Natal do Avô Ermelindo lançado no dia 25 Abril passado no Auditório do Museu dos Baleeiros.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, um voto de pesar pelo falecimento de Ermelindo dos Santos Machado Ávila, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, sala das sessões, 14 de junho de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Jorge Jorge, Mónica Seidi, Paulo Parece e Marco Costa

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então interromper os nossos trabalhos.

Vamos para almoço.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 01 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Começamos com a Agenda e entramos nos pontos oito e nove da nossa Agenda, uma vez que foi deliberado pela Conferência de Líderes que estes dois pontos seriam debatidos em conjunto, nomeadamente o ponto oito **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI – “Conselho Económico e Social dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e o ponto nove **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI – “Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores”**.

Os tempos também foram aprovados pela Conferência de Líderes e são os que habitualmente utilizamos quando há debates em conjunto.

Para a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de referir em primeiro lugar que é hoje, para mim, como deputado, um dia feliz nesta Casa, porque vamos aqui dar um pequeno passo na construção daquilo que deve ser não só uma democracia representativa, mas também uma democracia participativa nos Açores, aliás, no quadro daquilo que vem a moldar cada vez mais as democracias no nosso mundo ocidental.

Foi em 2012 na altura tendo a honra de coordenar o programa eleitoral do PSD que foi levado aos eleitores no final desse ano que pela primeira vez propusemos a criação de um Conselho Económico e Social, aliás, de acordo com o que está preceituado na última revisão do Estatuto Político Administrativo (é este o nome), mas também referindo a importância dele ser liderado por uma figura eleita por dois terços deste Parlamento e com a maioria de representantes da sociedade civil.

Portanto, um órgão fora da tutela do Governo e que representasse efetivamente esta sociedade civil na tal lógica da democracia participativa.

Depois também numa moção que levei ao Congresso do PSD em fevereiro de 2015 e também no programa eleitoral do PSD de 2016 renovou-se essa proposta que levou a que a trabalhássemos depois para dar entrada como iniciativa legislativa neste Parlamento.

Entretanto, em fevereiro de 2017 a plataforma entre a UGT, a Federação Agrícola dos Açores e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, nos vários documentos que preparou, nas várias propostas e contributos que deu aqui nos Açores, um deles tinha a ver exatamente também com a criação de um Conselho Económico e Social nos moldes também semelhantes àquilo que o PSD e eu próprio tínhamos vindo a propor desde 2012.

Tivemos também da parte do Governo Regional dos Açores uma proposta também no mesmo sentido e que tendo entrado a nossa em maio de 2017 neste Parlamento, no início de maio, a do Governo entrou também a meio de junho de 2017 e tendo sido apreciadas na nossa comissão parlamentar e com as audições necessárias que se fez aos vários agentes da sociedade civil que participaram neste processo legislativo.

Aquilo que hoje vos queria aqui falar, se me permitem, e já perceberão porquê, é daquilo que sugiro chamar-se o paradoxo açoriano, o paradoxo político institucional açoriano.

O que é que é esta sugestão que vos faço de falarmos do paradoxo político institucional açoriano?

É que de facto nos Açores, em nove ilhas, espalhadas no meio do oceano, temos que ter um estado feito de poder regional com outra amplitude do que existirá noutros espaços da mesma dimensão demográfica.

Portanto, o estado feito de poder regional está presente de Santa Maria ao Corvo na educação, na saúde, na componente social e, portanto, numa perspetiva social democrata nós entendemos que o estado aqui de facto tem necessariamente de ter outros meios, outra amplitude, outra presença do que noutros espaços geográficos da mesma dimensão demográfica.

Deputado José San-Bento (PS): Parece-me uma contradição!

O Orador: Portanto, esta perspetiva que temos de necessidade e de compreensão, de haver mais peso do estado na nossa Região tem um paradoxo e o paradoxo (por isso sugeri chamar o paradoxo açoriano) tem a ver com o quadro político institucional da Região em que havendo mais estado feito poder regional há menos contrapoderes, há menos *checks and balances* na nossa democracia, na nossa autonomia e para que não existisse este paradoxo político institucional açoriano teríamos naturalmente que ter a atenção que havendo mais poder regional (o estado feito poder regional), teria que haver mais mecanismos também de *checks and balances* de contrapoderes.

Isto não existe nos Açores, existe é exatamente o contrário. Acabamos por ter nos Açores menos contrapoderes do que noutros espaços da mesma dimensão demográfica dos Açores.

O que é que podemos fazer para melhorar ... Porque a questão dos contrapoderes, dos *checks and balances* também têm a ver com a força da democracia e com a força com que os cidadãos se podem articular no processo democrático e que as forças políticas também o podem fazer.

Portanto, o que é que poderemos fazer?

Há algo fundamental para o futuro dos Açores que naturalmente, estruturalmente mudará os Açores. Isso tenho-o dito e repito: na minha opinião, na opinião do PSD/Açores, tem a ver com a educação. É pela educação que nós vamos mudar estruturalmente e resolver muitos dos problemas que temos nos Açores, desde a questão da pobreza que amarra milhares e milhares de compatriotas nossas à desesperança e a sucessivas gerações em que a pobreza se reproduz, mas também a educação, podendo servir de elevador social nessa perspetiva, também tem naturalmente outras componentes na nossa sociedade e quanto mais capacidade tivermos no nosso sistema educativo e melhor formarmos os nossos cidadãos, eles vão tornar-se mais exigentes, democraticamente mais exigentes e sendo democraticamente mais exigentes vão pedir mais a todos nós, ao Governo e às oposições.

Acho que é este o grande desafio de futuro para os Açores, mas até lá chegarmos há muito caminho a percorrer.

Podemos defender que já se andou muito, outros dirão que devíamos ter andado mais. Não é isso que nos traz aqui hoje.

O que nos traz aqui hoje é encontrarmos um contributo para melhorarmos a nossa democracia nos Açores e esse contributo pode e deve ser dado também com aquilo que estamos aqui a fazer.

É natural, tenho vindo a defender, que para o futuro dos Açores também estruturalmente precisaremos de uma melhor economia, com mais iniciativa privada na minha visão ou na nossa visão, precisamos de uma sociedade menos fragilizada com mais poder, com mais expressão, precisamos de uma democracia mais transparente com mais equilíbrio de poderes. Portanto, sem podermos resolver estruturalmente para já o problema da educação, sem podermos mexer na arquitetura do sistema que implicaria uma revisão do nosso sistema político e naturalmente estão em curso trabalhos que a seu tempo trarão

alguns efeitos, mas não se vislumbra no curto prazo alterações estruturais na arquitetura do sistema autonómico.

Não vamos fazer uma revisão do estatuto, uma revisão constitucional, muitos outros tipos de diplomas não vão ser revistos ou quando forem é daqui a algum tempo.

Então o que é que podemos nós, Parlamento regional, em que é que podemos contribuir hoje e aqui para melhorar um pouco o nosso sistema democrático na autonomia?

É de facto melhorando a capacidade de termos uma democracia para além de representativa, uma democracia participativa e é por isso que fico muito feliz, é dos dias (devo dizer-vos nesta Casa), para mim, mais felizes como legislador, como responsável político, porque acho que estamos, como dizia Robert Schuman, “a Europa constrói-se com pequenos passos”, mas também a nossa autonomia e a autonomia que deve caminhar num sentido das democracias mais evoluídas do ocidente também se constrói por pequenos passos. Este é um pequeno passo. É um pequeno passo, mas um passo importante (um passo importante!) no quadro político institucional da nossa autonomia e é um passo que vem de alguma forma tentar contribuir para atenuar o tal paradoxo autonómico que vos falava no início e nesse sentido aquilo que irá hoje aqui ser aprovado penso que conta com o apoio generalizado de todos os partidos, conta naturalmente também com o apoio da sociedade civil organizada que temos nos Açores, como se pode comprovar por aquilo que são os relatórios e as audições que foram feitas, mas hoje aqui eu gostaria de cumprimentar o Governo e valorizar a sua proposta, gostaria de cumprimentar naturalmente todos os grupos políticos que contribuíram na especialidade para este trabalho e que hoje vão contribuir. Acho que a sociedade civil, o Governo e este Parlamento, hoje, todos aqui saímos dignificados.

Hoje, na minha visão, é um dia feliz para a autonomia e para a democracia dos Açores. Não há vencedores, nem vencidos, só há um vencedor: é a autonomia, a democracia, a sociedade açoriana, independentemente da formulação final que vamos ter deste diploma do Conselho Económico e Social para nós o mais importante já está ganho, este pequeno grande passo, que é aprovar um Conselho Económico e Social que terá um presidente eleito pela maioria de dois terços deste Parlamento, também dando peso e força a este Parlamento que cada vez mais se tem de afirmar e naturalmente tendo uma maioria de representantes da sociedade civil na sua composição.

Acho que a partir da instalação deste Conselho Económico e Social a democracia nos Açores ficará mais madura, mais de acordo com os moldes das democracias modernas ocidentais, ficaremos todos enobrecidos e eu ficarei muito feliz.

Deputado António Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo então agora a palavra ao Sr. Secretário Regional para a apresentação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

O Governo dos Açores apresenta a este Parlamento uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Conselho Económico e Social dos Açores, fá-lo em coerência com aquilo que é um dos mais importantes pressupostos e pilares do nosso projeto político: o diálogo e concertação social.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Tem sido essa a nossa preocupação ao longo dos tempos, tem sido essa a nossa forma de atuar ao longo dos tempos, construindo e consolidando também uma autonomia forte.

Uma autonomia afirmativa, uma autonomia com instituições fortes que se dão ao respeito, mas que respeitam aqueles para quem trabalham, uma autonomia que tem como principal pressuposto estar sintonizada com os problemas e com as preocupações das pessoas e tudo isso se reflete naturalmente com o trabalho que todos os dias desenvolvemos.

Uma autonomia que é hoje um caso de sucesso no nosso país, uma autonomia que em mais de 40 anos de democracia é um bom exemplo e uma referência para o nosso país, que tem vindo a ser construída e consolidada pelos órgãos de governo próprio da nossa Região, mas que tem vindo sobretudo a ser construída e consolidada por todas as açorianas e por todos os açorianos, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... com especial relevância para aquelas que são as forças vivas da sociedade açoriana, aqueles que ao longo de muitos anos têm vindo a construir, a consolidar a nossa autonomia e a qualificar a democracia nos Açores.

É por isso que também em nome desse caminho, também em nome daquela que tem sido a nossa preocupação de permanentemente garantir através da nossa ação política e legislativa a voz do povo açoriano, confrontando-nos, escrutinando-nos, tendo cada vez mais e melhores instrumentos de transparência, de escrutínio e de confrontação para aquilo que é feito na atividade política e nos nossos órgãos de governo próprio que apresentamos também esta proposta, dando cumprimento àquilo que é um preceito estatutário, segundo consta no nosso Estatuto Político Administrativo, e dando também forma a algumas das propostas e preocupações que foram apresentadas ao Governo dos Açores por alguns parceiros sociais, no caso a Federação Agrícola dos Açores, a UGT/Açores e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em nome desse processo e desse diálogo, em nome também daquilo que é o cumprimento dos preceitos estatutários apresentamos aqui uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Conselho Económico e Social, que substitui o antigo ainda em vigor Conselho Regional de Concertação Estratégica, que desta forma terá uma representação mais alargada da sociedade açoriana, uma representação mais participativa e alargada das forças vivas dos Açores e que terá também um conjunto de pressupostos que reforçam claramente a independência deste órgão, contribuindo assim ativamente para o equilíbrio do poder e também para uma sociedade mais interventiva e mais envolvida na construção do nosso futuro.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Apresentamos uma proposta que tem e que passa a integrar uma presidência deste conselho por uma personalidade eleita pela Assembleia Legislativa dos Açores por mais de dois terços, será também composto por quatro membros do Governo Regional a serem designados pelo seu Presidente, oito representantes dos trabalhadores, oito representantes das organizações empresariais dos empregadores, três representantes das autarquias locais, dois representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, um representante das associações de defesa do consumidor, um representante das associações de defesa do ambiente, dois representantes do setor cooperativo, um representante das associações da área da igualdade de oportunidades, um representante da Universidade dos Açores, um representante da juventude açoriana a designar pelo Conselho de Juventude dos Açores, os representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social, três personalidades de reconhecido mérito nas áreas de competência do conselho a designar pelo próprio conselho sob proposta do seu Presidente e ainda oito representantes dos trabalhadores.

Relativamente à representação dos trabalhadores também não posso deixar de informar a câmara que reside aqui uma divergência com as propostas que nos foram entregues pelos parceiros sociais que referi que defendiam na sua proposta que a representação dos trabalhadores neste conselho devia ser exclusiva das centrais sindicais.

Na nossa perspetiva essa não é a forma mais correta e entendemos que além da representação das duas centrais sindicais – a CGTP e a UGT – deve ser garantido também que devem estar também representadas as organizações sindicais não filiadas nas centrais e as organizações sindicais das pescas, algo também que nos parece importante salvaguardar aumentando a pluralidade de representação neste conselho.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, aqui estamos a apresentar a nossa proposta. É certo também tal como foi apresentado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas há também outra proposta apresentada pelo PSD com muitos princípios e propostas com as quais também concordamos e comungamos e não temos dúvidas que este é mais um passo, um importante passo, para continuarmos a construir de forma positiva e ativa a nossa autonomia, uma autonomia cada vez melhor preparada para enfrentar o futuro, uma autonomia que cada vez envolve mais a sociedade civil açoriana tendo como base o pressuposto essencial que é aliás fundamental para o sucesso de qualquer projeto político, que é o diálogo, a concertação social em nome de uma sintonia permanente com os problemas das pessoas e com o encontro de soluções para esses problemas, qualificando a nossa democracia, construindo e consolidando a autonomia dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Estatuto Político-Administrativo prevê a constituição do Conselho Económico e Social dos Açores, como órgão colegial independente de carácter consultivo e de acompanhamento dos órgãos de governo em áreas como a economia e as questões laborais, sociais e ambientais.

O diálogo social constitui nas sociedades democráticas um instrumento fundamental na prossecução da justiça social que deve conformar a governação. A participação na causa pública, o diálogo entre interesses divergentes e a concertação na procura de soluções constituem um importante instrumento para uma desejável e permanente paz social, bem como um pilar para o aprofundamento da democracia participativa e representativa.

Como tal, o CDS congratula-se com todas as iniciativas que no fundo venham permitir o aprofundamento da participação democrática, como são claramente exemplo disso as duas iniciativas agora em análise, nomeadamente o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PSD e a Proposta do Governo Regional.

E na verdade estes dois diplomas apresentam grandes similitudes, desde logo porque se baseiam e porque visam também substituir o atual Conselho Regional de Concertação Estratégica e por outro lado, porque algumas das novidades, comparativamente ao disposto no Conselho Regional de Concertação Estratégica, são comuns a ambas as iniciativas, por exemplo o facto de o Presidente do Conselho Económico e Social passar a ser eleito por maioria de 2/3 dos Deputados eleitos neste Parlamento.

Resta-nos, portanto, avaliar as diferenças existentes entre a Proposta do Governo e o Projeto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, atentando aos prós e contras de cada uma das iniciativas.

Analisadas as iniciativas, há a destacar, no entender do CDS, o seguinte:

O Projeto apresentado pelo PSD prevê, no âmbito da sua orgânica, a constituição de comissões especializadas nas áreas da política económica e social, de coesão territorial e de educação e formação, que representam, no âmbito da Região, matérias de fundamental relevância para o desenvolvimento sustentável. Outro aspeto a salientar neste diploma é a inclusão da organização e manutenção de listas para efeitos de designação de árbitros, no âmbito da arbitragem obrigatória, necessária, e sobre serviços mínimos, nas competências do conselho.

Destaca-se ainda a obrigatoriedade de, tal como disposto no Conselho Económico e Social nacional, o Governo apresentar, até ao final do primeiro semestre do ano seguinte, um relatório sobre o seguimento dado aos pareceres aprovados pelo Conselho.

Gostaria, no entanto, de frisar que, na composição deste Conselho, o projeto apresentado pelo PSD apresenta uma grave falha no nosso entender e que em bom rigor a Proposta do Governo não descurou e que se refere à inclusão de um representante da juventude, a designar pelo Conselho de Juventude dos Açores, na composição do órgão. No entender do CDS é da maior importância que a Juventude açoriana possa ter assento, possa ter representação e possa ter voz no Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores.

Ainda assim, qualquer uma das iniciativas apresenta, a nosso ver, algumas insuficiências, nomeadamente ao nível da composição do Conselho Económico e Social. O CDS considera de grande relevância que tenham assento no Conselho os representantes de cada um dos Conselhos de Ilha, reforçando as

posições e o pulsar de cada uma das nossas ilhas relativamente aos desafios emergentes.

Assim sendo, o CDS entende que a iniciativa que aqui for aprovada deve garantir a inclusão de um representante de cada um dos Conselhos de Ilha e de um representante da juventude na composição do Conselho, bem como deve garantir que haja uma obrigatoriedade de apresentação de um relatório do Governo sobre o seguimento dado a todos os pareceres aprovados pelo Conselho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, sossegar o Grupo Parlamentar do PSD e já agora o Governo que o Bloco de Esquerda irá aprovar as propostas e até esperávamos que houvesse algum esforço de concertação entre as duas partes para que houvesse uma proposta única, mas parece-nos que isso não foi possível.

Disse que gostaria de sossegar porquê?

Porque tenho essencialmente algumas observações a fazer.

Primeiro, se calhar, mais à intervenção inicial do Sr. Deputado Duarte Freitas dizendo que partilho do diagnóstico, mas quanto às soluções tenho algumas dúvidas. É natural que tenha algumas dúvidas, porque no nosso ver o grande problema no que diz respeito à participação da nossa sociedade e de termos uma maior intervenção cívica, porque me faz imensa confusão dividir aqui entre a dita classe política e uma dita sociedade civil como se houvesse uma casta especial de políticos e depois uma sociedade civil que não é politizada. Não é isso que nós desejamos, não queremos aqui qualquer tipo de divisão.

Portanto, é uma posição mais pessoal do que propriamente ideológica.

Depois referir que sim, é verdade que este pode ser mais um órgão que incentive a democracia dita participativa, mas também digo que esta não é a única forma de democracia participativa.

Aliás, temos alguns exemplos até bastante interessantes, é verdade que uns mais utilizados do que outros de formas de democracia participativa. Refiro-me aqui ao nosso Estatuto Político Administrativo que prevê não só a figura de petição que aliás não é inédita neste Estatuto, portanto, é uma figura já mais antiga, digamos assim, e que tem algum sucesso na nossa sociedade que muitas vezes é utilizada como uma forma de participação cidadã.

Também temos as iniciativas legislativas cidadãs, essas sim mais recentes. Infelizmente não são tão utilizadas porque se calhar os requisitos para lá chegar, para lá aceder e para utilizar esta figura sejam mais restritos, mais difíceis de cumprir, mas temos algumas formas já de democracia participativa que têm sido umas mais utilizadas do que outras.

Também é verdade que o Governo Regional já implementou (e acho que foi este o primeiro ano que implementou) o Orçamento Participativo Regional, uma ideia aliás lançada pelo Bloco de Esquerda há quase dez anos e que na altura recorde que tínhamos um atual Presidente de Câmara do Partido Socialista, na altura certamente ainda mais novo do que atualmente é, e que na altura dizia que era uma ideia completamente anárquica. Por isso posso muito bem saudar o Partido Socialista e o Governo por ter implementado uma ideia anárquica que certamente não é uma ideia anárquica, está longe de ser anárquica, mas mais uma ideia para incentivar a participação cidadã.

Ora, e porque é que a participação cidadã está tão abafada que às vezes custa a ver?

Eu acredito que há massa crítica nos Açores e à vontade de participar, mas o problema se calhar está numa sociedade que infelizmente continua a caracterizar-se essencialmente pela sua pobreza e aliás os dados que foram

revelados ainda a semana passada sobre a pobreza acabam por ditar que este é um problema longe de estar resolvido, mas quando falamos de pobreza estamos a falar também de desigualdade social e quando falamos de desigualdade social estamos a falar de desigualdade na distribuição da riqueza gerada e é isso que também continua a persistir na sociedade açoriana e é isso também que faz com que não haja mais iniciativa cidadã, mais massa crítica, ou se calhar massa crítica mais disponível para participar, porque quando temos uma desigualdade na distribuição dos rendimentos é muito importante que para combater essa desigualdade e consequentemente combater a pobreza tenhamos também bons serviços públicos e aí é importante a ação da Região, é importante a ação do Estado. Portanto, consideramos que nesse sentido o Estado não está a abafar ninguém e não está abafar certamente também a iniciativa privada.

Agora, condenamos é quando se utilizam recursos públicos para de alguma forma insuflar a iniciativa privada para viver de rendimentos garantidos à custa de uma concorrência desleal com o próprio setor público. Portanto, isso é que não pode acontecer.

Ora, além de termos bons serviços públicos nós também precisamos de ter o quê?

Mais rendimento, rendimento disponível a partir do trabalho e não é isso que acontece. Nos Açores continuamos a ser uma sociedade que apesar de tudo consegue ter nesta geração pessoas mais qualificadas do que na geração anterior (ainda bem que assim é e tomara que a próxima geração ainda seja mais qualificada), mas apesar de assistirmos a este crescimento na qualificação dos açorianos e açorianas, infelizmente por outro lado estas pessoas continuam a ter ou baixos salários ou até mesmo estão condenadas ao desemprego e senão mesmo a ser beneficiários de programas ocupacionais como tem acontecido. Portanto, até os programas ocupacionais não são exclusivo de desempregados

com baixas qualificações. É também uma característica cada vez mais comum de pessoas, de açorianos e de açorianas, também qualificados.

Agora feita esta discordância, este ponto de discordância relativamente às soluções para esta falta, digamos assim, de iniciativa cidadã, porque é esta configuração que permite explicar não só as causas, mas também as soluções para sair deste fosso, soma-se aqui o quê?

Soma-se também um caciquismo que se vive na nossa sociedade ...

Deputado André Bradford (PS): Isso baseia-se em quê, essa afirmação?

O Orador: ... proveniente de um poder instalado que alimenta-se somente da necessidade de manter o seu próprio poder e nada mais do que isso.

Ora, quando isso acontece é normal que não haja grande participação cidadã.

Riqueza associada a caciquismo proveniente ou que tendo origem num poder político instalado, cujo único objetivo é perpetuar o seu próprio poder. Quando vivemos assim é normal, até certo ponto, que as pessoas não queiram participar ou que tenham algumas reservas em participar.

Compreendo por parte do Sr. Deputado Duarte Freitas, assim como do próprio Governo Regional, principalmente do Sr. Deputado Duarte Freitas, queira vender esta sua iniciativa como uma espécie de solução para todos os males quanto à iniciativa cidadã.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto é um pequeno passo!

O Orador: Não deixa de ser importante. É verdade! Mas é um passo, mas não é a solução para tudo.

Ora, eu gostaria agora de fazer algumas observações, a primeira delas (e observações que têm a ver concretamente com os próprios diplomas, com as próprias propostas) e começo pela proposta do Governo Regional.

É estranho (ou talvez não) que no primeiro artigo, portanto, da natureza deste órgão consultivo se discrimine as várias matérias pelas quais este Conselho

Económico e Social se irá debruçar, portanto, matérias de carácter económico, laboral, social e ambiental.

Mas logo a seguir no artigo 2.º, nas competências, desaparece qualquer preocupação ou qualquer competência na área laboral. É estranho! Não há qualquer referência. Aliás, já há um parecer, salvo erro da ACRA, que deteta essa inconformidade, digamos assim, mas não é de estranhar, porque tal como eu disse esta proposta não resolve tudo. É um contributo, é verdade, mas não resolve tudo e não resolve uma coisa que o Partido Socialista e o Governo Regional têm teimado em não resolver que é a negociação coletiva com a administração pública que infelizmente tanto o Partido Socialista, como o Governo Regional teimam (à exceção da classe docente) em não obedecer apesar de estar consagrada na lei.

Portanto, até se compreende o porquê desta incongruência entre o artigo 1.º e o artigo 2.º e por isso mesmo nós, Bloco de Esquerda, apresentámos uma proposta de alteração para que se aditasse no artigo 2.º essa mesma competência.

Depois outra observação se calhar mesmo, mesmo muito interessante por parte da proposta do Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a sua proposta, Sr. Deputado?

O Orador: Este é o mesmo grupo parlamentar que na anterior legislatura, assim como também no final da legislatura entre 2008 e 2012 reprovou uma proposta do Bloco de Esquerda para adaptar à Região o Código do Trabalho, certo?

Agora apresenta na sua proposta a possibilidade de nós aqui na Região, através deste diploma apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, regulamentar matéria do Código do Trabalho. Portanto, é uma proposta que nós saudamos e acolhemos. Ainda bem que o Grupo Parlamentar do PSD e o PSD finalmente

assume que é possível na Região, utilizando as nossas prerrogativas autonómicas, também legislar em matéria de trabalho e do Código do Trabalho. Feita esta apreciação, fora a apreciação que também deverá ser feita em matéria de especialidade no debate seguinte.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Órgão constitucional de consulta e concertação social tendo por principais objetivos a promoção da participação dos agentes económicos e sociais nos processos de tomada de decisão nos órgãos de soberania no âmbito de matéria socioeconómicas, sendo por excelência o espaço de diálogo entre o Governo, os parceiros sociais e os restantes representantes da sociedade civil organizada.

O Conselho Económico e Social não pode, nem muito menos qualquer dos seus pareceres, deve substituir-se ou tornar-se absolutamente vinculativo para os órgãos a quem compete decidir, nomeadamente o Governo e o Parlamento, no nosso caso o Governo Regional e a Assembleia Legislativa Regional.

Analisando aquilo que é a história recente temos visto com demasiada e preocupante frequência serem atribuídas aos conselhos económicos e sociais e nomeadamente à concertação social decisões que não lhes competem, mas sim que são de estrita competência dos órgãos de soberania, apenas e tão somente porque neste órgão, cuja representativa é e será sempre discutível, os representantes da maioria dos portugueses, ou seja, dos trabalhadores, através das suas organizações mais representativas estão em minoria e como tal a sua voz pode com muito mais facilidade ser abafada e não ser tida em conta.

Esta é a prática que nos últimos anos temos observado, nomeadamente em tudo aquilo que seja preocupação de direitos dos trabalhadores e melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na prática este órgão e aqueles que o antecedem têm servido na maioria dos casos para legitimar as políticas de exploração dos trabalhadores. Esta prática politicamente inaceitável e socialmente condenável tem conduzindo-nos a que de modo muito claro fiquem desde logo estabelecidas as competências deste tipo de órgão, no caso em apreciação o Conselho Económico e Social dos Açores.

As propostas em apreciação para a criação do Conselho Económico e Social dos Açores, cuja criação está de resto prevista no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, são quer da parte do Governo, quer do Grupo Parlamentar do PSD bastante semelhantes.

Em qualquer delas, seja no plenário do concelho, seja designadamente na Comissão Permanente de Concertação Social, os representantes do patronato e do Governo estarão sempre em franca maioria perante os representantes dos trabalhadores. Tal desequilíbrio de forças leva obviamente a questionar o carácter vinculativo que muitos pretendem dar os acordos obtidos neste órgão, mesmo quando contrária à vontade e às posições expressas pelos representantes da maioria, da esmagadora maioria dos trabalhadores.

A impossibilidade, ou pelo menos a omissão da possibilidade de recurso a apoios técnicos especializados e a expensas ao Conselho Económico e Social dos Açores por parte dos seus membros torna-se na prática mais uma forma de colocar em desvantagem aqueles que menos meios económicos detenham para eles recorrerem, ou seja, uma vez mais os trabalhadores.

É, pois, um imperativo que no mínimo tal possibilidade de apoio técnico seja garantido para que no mínimo a democracia seja garantida ao funcionamento deste órgão.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No mundo do trabalho, como aliás em muitas outras áreas, a nossa Região tem especificidades próprias que a caracterizam. No mundo do trabalho uma dessas especificidades passa pela existência de um apreciável número de sindicatos não filiados nas centrais sindicais que importa continuarem a estarem presentes no Conselho Económico e Social dos Açores, tal como de resto já estavam no Conselho Regional de Concertação Estratégica.

Especificidades também próprias da Região é sem dúvida o peso que o setor das pescas tem na economia e na sociedade. Se não restam de que o representante das entidades patronais deste setor deve integrar o Conselho Económico e Social dos Açores, também não deve restar quaisquer dúvidas quanto à participação de um representante dos trabalhadores deste importantíssimo setor, algo que na proposta do PSD é pura e simplesmente ignorado.

Questão trazida pela primeira vez à discussão no Projeto do PSD é a da competência do Conselho Económico e Social dos Açores indicar um seu representante no gabinete da representação dos Açores em Bruxelas.

Independentemente da apreciação que possamos fazer sobre a existência e o trabalho do gabinete da representação dos Açores em Bruxelas parece-nos óbvio que tal pretensão, para além de pretender alargar as competências do Conselho Económico e Social dos Açores através de um representante com carta branca, presumimos que para se pronunciar sobre todas as matérias que entendesse por conveniente além de desvirtuar os objetivos do órgão em si nada contribuiria nem traria de mais valor à nossa Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Malgrado, as reticências que o projeto em apreciação de criação de um Conselho Económico e Social dos Açores nos possam suscitar e que acabámos de enunciar, não existem de facto razões de fundo que conduzam a que na generalidade nos opúnhamos aos mesmos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Sra. Secretários Regionais:

É com agrado que o Partido Socialista vê presente nesta Assembleia as duas propostas sobre a criação do Conselho Económico Social dos Açores.

Estas iniciativas advêm como já foi dito até pelos proponentes de contatos feitos com uma plataforma tripartida constituída pela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, a Federação Agrícola e a UGT Açores daí saindo, julgo, e pelo que foi dito as duas propostas aqui presentes.

Mas também não poderia deixar de referir que para além desses contributos que forma dados por esses parceiros sociais já há alguns anos a essa parte desde que o nosso Estatuto regional permite outros parceiros sociais vêm também defendendo a criação desse órgão regional, nomeadamente a CGTP Açores que ao longo dos anos também tem vindo defender quer junto dos grupos parlamentares, quer junto do Governo Regional, quer junto dos partidos políticos a substituição do Conselho Regional de Concertação Estratégica pelo Conselho Económico Social à semelhança do que acontece ao nível nacional. Também não poderia deixar de fazer aqui esta justiça a quem também tem defendido reiteradamente a implementação ou a criação deste órgão.

No entanto, é com regozijo que o Partido Socialista vê presente estas duas propostas, é com regozijo que vê a similitude entre as duas propostas o que para nós é bastante importante. É importante que haja aqui uma aproximação de

ideias ou mesmo até de ideais neste aspeto, uma vez que as competências do Conselho Económico Social que está previsto vão muito além das competências do Conselho Regional de Concertação Estratégica, indo mais ao encontro e até no sentido de concretização das aspirações dos parceiros sociais e aí penso que esta intenção está espelhada nas duas propostas. Portanto, parece-me que as duas se aproximam nesta vontade que vem dos parceiros sociais na sua generalidade e até diria esse regozijo e esse agrado que o Partido Socialista vê nas duas propostas e na apresentação das duas propostas e na semelhança que existe entre as duas será refletido também daqui a alguns momentos na votação que existirá nesta câmara e falo na votação por parte do Partido Socialista evidentemente que não poderia estar aqui também a falar das outras forças políticas, mas por parte do Partido Socialista, este regozijo ver-se-á refletido na nossa votação na generalidade nas duas propostas.

No entanto, também não posso deixar de referir até como já foi aqui referido por outras intervenções o facto de haver pequenas, grandes diferenças entre as duas propostas. Se na sua essência elas são semelhantes, a verdade é que depois nas especificidades elas têm algumas diferenças que para o Partido Socialista não são de somenos importância, são de bastante importância.

Uma delas é exatamente aquilo que também já foi referido pelo Sr. Secretário quando apresentou a proposta do Governo Regional, que é o facto da representação dos trabalhadores ser, em nosso entender, mais representativa do que são as especificidades regionais no que ao mundo laboral diz respeito, uma vez que na Região a representação dos trabalhadores tem especificidades que não existe no continente português, daí que também da nossa parte é com agrado que vemos que esta representação está refletida na proposta do Governo Regional, outra é exatamente uma que também já foi aqui referenciada que é a representação da juventude no próprio Conselho.

Gostaria ainda de fazer aqui uma referência a uma questão que foi levantada julgo que pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo ou pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (e eu agora peço desculpa, tomei nota, mas não tomei nota do nome, mas julgo que até os dois, se não disseram os dois, pensaram os dois certamente) ...

(Risos da câmara)

... que é o facto de ...

Nós vamos conhecendo os pensamentos uns dos outros, até por aquilo que ao longo dos anos vamos defendendo.

(Aparte inaudível do Deputado Bruno Belo)

A Oradora: Oh, Sr. Deputado Bruno Belo, porque é que não se inscreve para vir a debate?

Deputado António Almeida (PSD): Ele vai inscrever-se!

A Oradora: É que o Sr. Deputado não se inscreve e depois no dia seguinte faz notas de imprensa.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso está fora da discussão!

A Oradora: O Sr. Deputado tem medo do confronto aqui e depois não se inscreve para depois vir no outro dia fazer notas de imprensa.

Sr. Deputado, mas o senhor sabe o que eu defendi sempre e continuo a defender em primeira linha durante a minha vida sindical e a minha vida como deputada nesta Casa, mas também sabe quais são as minhas convicções no que diz respeito à defesa dos trabalhadores.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não sei! Não sei!

A Oradora: Não, o senhor sabe, porque o senhor disse-o. O senhor não sabe, mas escreveu.

Agora, Sr. Deputado, eu não sei o que é que o senhor defendia em primeira linha, nem sei quais são as suas convicções, nem as presentes, nem as do passado.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso não tem nada a ver com o diploma!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Mas dizia eu que houve aqui uma preocupação levantada não sei se pelo Sr. Deputado João Corvelo, se pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, que foi exatamente no que diz respeito aos reflexos da criação deste Conselho em matéria de concertação social, nomeadamente em concertação no que diz respeito aos reflexos nos rendimentos do trabalho.

Eu acho que aqui Srs. Deputados isto vai ficar assegurado certamente pela Comissão Permanente de Concertação Social e aqui lembro-me que foi o Sr. Deputado João Corvelo que fez esta referência, ao facto dos trabalhadores não estarem tão representados como está o Governo Regional, mas isso também não é verdade, porque o Governo Regional na proposta do Governo Regional em Comissão Permanente do Conselho Económico e Social a representação é exatamente igual, portanto, estão as entidades patronais, as entidades representativas dos trabalhadores e o Governo Regional, cada uma representada com quatro elementos. É aí sim que deve haver a concertação, a verdadeira concertação relativa aos rendimentos do trabalho e espero mesmo, até porque é uma matéria que também me é muito cara, que funcione, espero que as representações dos trabalhadores a façam funcionar e que realmente se venha a refletir também no rendimento do trabalho dos trabalhadores açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve intervenção para complementar aquilo que já foi dito e na generalidade no mesmo sentido e que é o seguinte: efetivamente estamos perante duas propostas que, feita uma análise fatural, têm ao nível dos seus princípios, ao nível das reformas que implementam e que são qualitativamente muito importantes não têm grandes dúvidas em fazer esse balanço para além das suas quatro, cinco ou seis diferenças que terão e que também terão a sua importância e serão discutidas a seu tempo, têm sobretudo mais em comum do que de divergente.

Eu acho que o que verdadeiramente é importante politicamente nós dizermos e assumirmos é que, tal conforme já aconteceu aqui desde logo pelo Sr. Deputado Duarte Freitas e também pelo Sr. Secretário Regional, o que me parece relevante aqui afirmar e constatar é que perante as similitudes, têm naturalmente os partidos, têm naturalmente os grupos parlamentares, sobretudo numa casa que por natureza é plural e conflitual duas atitudes e claramente os partidos, começando pelos proponentes e pelo partido da maioria que apoia o Governo, têm claramente manifestado uma opção: é que nós, quer o PSD, quer a maioria, quer o próprio Governo estamos satisfeitos com essas similitudes. Achamos que nesta matéria face à sua importância ambos os intervenientes e ambos os proponentes seguiram o caminho certo de auscultação, de coordenação, de produção do seu trabalho e que os resultados a que chegaram

na sequência desse trabalho procedimental e democrático, sendo semelhante, isso pelos vistos agrada aos dois proponentes e isso é assumido. Essa assunção clara é, penso eu, muito significativa, porque significa que ambos os proponentes em questões fundamentais e em questões importantes como naturalmente é esta são capazes, para além da espuma dos dias, de por os interesses e as questões importantes da Região em primeiro lugar e de estabelecer consensos.

Deixa-nos uma renovada esperança de que esta Casa continuará nesta matéria, como noutras, à altura da sua história, das suas responsabilidades e a cumprir dignamente o seu papel de servir os açorianos.

Portanto, não há aqui felizmente, nesta discussão, a ponta de um ciúme, a ponta de uma tentação proprietária e felizmente nesta discussão ainda bem que assim não é.

Pondo as coisas no seu devido lugar eu queria descansar o Sr. Deputado João Corvelo, porque algumas das preocupações que ele demonstrou também é bom que sejam clarificadas, ou seja, Sr. Deputado, tenho a certeza (e nós, Partido Socialista) que esta Casa em geral valorizando muito o complemento que é à democracia representativa a concertação social, não deixa de priorizar a democracia representativa. Aliás, até muito recentemente o Sr. Presidente da República fez uma intervenção nesse sentido que alguns quiseram interpretar incorretamente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Também queria dizer ao Sr. Deputado e ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que na parte social e da interpretação do diploma, independentemente de por uma interpretação sistemática se poder chegar à mesma conclusão, para que não haja dúvidas, o Partido Socialista não deixará que elas existam nesta matéria e aprovará a proposta do BE no sentido de no

artigo 2.º ficar exatamente consagrado a expressão “laboral” para que não haja dúvidas.

Termino dizendo que também é bom, também não nos diminui, também não nos causa com certeza nenhum prejuízo que nós sejamos como estamos a ser hoje aqui e sempre que as circunstâncias e a importância da matéria o impunham, capazes de ter o prazer de fazer consensos, ter o prazer de concordar e termos a capacidade de renovadamente aprovarmos de forma muito alargada diplomas que são estruturantes e que são também, concordo, passos pequenos ou médios, mas passos no bom sentido, no sentido do aprofundamento da nossa democracia e da nossa participação cívica, o mesmo é dizer da nossa autonomia.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos agora sim passar à votação destes dois Decretos Legislativos Regionais, deste Projeto e desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Coloco à votação na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Na generalidade, o Projeto de DLR apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora à votação, na generalidade, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Na generalidade, a Proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovados os dois diplomas na generalidade, diz-nos o n.º 5, do artigo n.º 136, que deve a Assembleia deliberar sobre aquele que servirá de base para o debate e votação na especialidade.

Por maioria de razão vou colocar à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional à deliberação do plenário.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O plenário da Assembleia Regional deliberou que segue para debate na especialidade a Proposta de DLR n.º 7/XI, Conselho Económico e Social proposto pelo Governo Regional.

Presidente: Muito bem.

Está então a debate e posterior votação na especialidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Farei a apresentação, tal como tinha referido na minha primeira intervenção, daquelas que são as nossas principais propostas de alteração à proposta do Governo Regional.

Portanto, uma dessas propostas, logo a inicial, de conferir no artigo 2.º também competência em matéria laboral pela intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho parece-me que será acolhida, pelo menos pela maioria parlamentar do Partido Socialista, portanto, essa foi também uma proposta de alteração que foi apresentada por mim, na minha primeira intervenção.

Quanto a outras propostas de alteração, estas versam essencialmente a representatividade neste órgão. Portanto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou propostas para que as associações na área de igualdade do género também estivessem representadas, assim como as associações de pessoas portadoras de deficiência e associações de reformados.

Consideramos que o termo mais apropriado seria associações na área de igualdade de género já que o termo utilizado na proposta em análise, na área da igualdade de oportunidades para mulheres e homens, a igualdade de oportunidades incide principalmente sobre o acesso. Ora, não duvidamos que neste momento tanto homens como mulheres tenham acesso, por exemplo, ao emprego, mas a igualdade de género vai para além disso, da igualdade de oportunidades de acesso. Também vai, por exemplo, em matéria laboral, homens e mulheres também terem salário igual para trabalho igual. Vai mais além disso, principalmente quando na Região (e não só na Região, mas também por cá) é reconhecido por todos nós que infelizmente existe ainda uma desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Além do mais, igualdade de oportunidades para mulheres e homens pode ser uma expressão considerada infeliz, porque não há uma igualdade de oportunidades para mulheres e uma igualdade de oportunidades para homens.

Consideramos que a nossa proposta que pode ser entendida como uma simples precisão de redação será porventura a mais adequada.

Quanto à associação de reformados, nós temos consciência de que não existem neste momento associações de reformados nos Açores, pelo menos não temos conhecimento disso, mas também estamos a legislar para o futuro e quando o fazemos também procuramos servir de estímulo, de incentivo para que a participação cidadã se envolva ainda mais e que quem sabe, no futuro, venha também a constituir associações de reformados.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, como já foi aqui referido pela nossa bancada e também pelos outros partidos é com grande satisfação que assistimos a uma concretização que é de um anseio da sociedade civil e que se prende precisamente com a criação do órgão colegial independente, cujo presidente é eleito por maioria de dois terços nesta Casa, portanto, o Grupo Parlamentar do PSD concorda na generalidade com a proposta apresentada pelo Governo, mas naturalmente o Grupo Parlamentar do PSD também apresentou uma iniciativa.

Como já foi aqui referido, há algumas pequenas ou grandes diferenças depende do ponto de vista, nomeadamente é do entendimento do Grupo Parlamentar do PSD que nalguns pontos, nalguns artigos, a nossa proposta é mais minuciosa e mais pormenorizada a nível procedimental, em determinados órgãos atribui mais competências do que aquelas que o Governo propõe, nomeadamente no que diz respeito à composição a algumas alterações, como foi aqui referido, que se prende com a representação dos trabalhadores. A nossa proposta foi ao encontro da plataforma, nomeadamente da UGT, da Federação Agrícola, da Câmara de Comércio e Indústria em que tivessem assento as centrais sindicais.

Também propusemos que deveria ter, à semelhança do panorama nacional, um quadro próprio, que o Conselho tivesse uma autonomia administrativa, para isso, nesse sentido, a nossa orientação de voto vai em alguns pontos, nomeadamente em concreto em algumas alíneas ou alguns artigos, iremos optar pela abstenção, não por discordar na sua plenitude, mas como também apresentámos uma proposta, temos alguma visão ligeiramente diferente, entendemos que seria coerente e optámos pela abstenção.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para apenas apresentar estas propostas, elas são bem intuitivas, o CDS de uma forma construtiva quis também dar um contributo para este diploma.

Tinha dito na minha intervenção inicial que o CDS considerava muito importante que estivesse na constituição e na composição deste Conselho um representante da juventude e um representante de cada um dos Conselhos de Ilha, como a proposta que veio à especialidade foi a proposta do Governo já contem a inclusão do representante da juventude, portanto, nós propomos a inclusão do representante dos Conselhos de Ilha e propomos também a obrigatoriedade, tal como havia dito anteriormente, de um relatório sobre o seguimento dado aos pareceres emitidos dados por este Conselho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então dar início às votações.

Está à votação o artigo 1.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada, coloco então agora à votação o artigo 2.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão então agora à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao n.º 1, do artigo 3.º.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, era para solicitar uma votação por alínea, se for possível.

Presidente: Muito bem.

Vamos então fazer a votação alínea a alínea.

Deputado André Bradford (PS): Podemos votar da a) à j).

Presidente: Eu até ia propor só votarmos as propostas de alteração do Bloco das alíneas em causa para ser mais fácil, porque depois na votação do artigo já votamos com as alterações.

Deputado André Bradford (PS): Sim senhora. Concordo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada.

Para repetir a votação do artigo 2.º?

Muito bem.

Então vou colocar à votação o artigo 2.º com a alteração que aprovámos do Bloco de Esquerda. É uma repetição da votação que fizemos anteriormente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Muito bem.

Vamos então agora fazer as votações das propostas de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 3.º, nomeadamente no que respeita a cada uma das alíneas que propõe alterar.

A primeira é a alteração à alínea j), do n.º 1, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração à alínea k).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração à alínea l).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-P, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos então agora colocar à votação o artigo 3.º com as propostas ...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, nós queríamos que votássemos em separado a alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º.

Presidente: A alínea c) deste artigo também?

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Do artigo 3.º.

Presidente: Muito bem.

Eu só queria fazer um esclarecimento à câmara que não coloquei à votação a renumeração do Bloco de Esquerda, porque depois em sede de redação final em função das aprovações serão feitas as devidas correspondências.

Para votarmos então o artigo 3.º, para além das alterações que foram aprovadas, vou colocar à votação em separado a alínea c), do n.º 1, a pedido do PSD.

Portanto, está agora em primeiro lugar à votação a alínea c), do n.º 1, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A alínea c), do n.º 1, do artigo 3.º foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Naturalmente que eu não poderia colocar ainda à votação o artigo 3.º com as alterações aprovadas, porque falta votar a do CDS.

Portanto, coloco então agora à votação o aditamento apresentado pelo CDS ao n.º 1, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: E agora sim votaremos o artigo 3.º com as alterações que foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Proponho à câmara que possamos votar em conjunto os artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º.

Então votaremos o 4.º e o 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para a votação da proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 8.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, ...

Presidente: É para repetir a votação.

Vamos então repetir a votação do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 2 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 9.º, nomeadamente uma alínea f).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 9.º.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, para votar o n.º 1 separado!

Presidente: O n.º 1?

Está então agora à votação o n.º 1, do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 1, do artigo 9.º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco então agora à votação os restantes números deste artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Uma vez que apenas o PSD deu indicação de que poderia abster-se nalguns dos artigos deste diploma eu perguntava, uma vez que já não temos mais propostas de alteração, que artigos são esses. Já estão todos.

Então eu pergunto à câmara se posso colocar os restantes artigos do diploma à votação conjunta.

A Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra para uma interpelação então.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Queríamos que votasse em separado o artigo 16.º!

Presidente: Muito bem.

Sendo assim, vamos colocar à votação conjunta os artigos 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco então agora à votação os restantes artigos do diploma, nomeadamente do 17.º ao 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, PSD e do CDS-PP)

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto 10 da nossa Agenda: **Petição n.º 25/XI – “A favor da adaptação dos acessos à piscina e praias vigiadas de São Lourenço**

a **peças com mobilidade reduzida ou condicionada**”, apresentada por Marco José Coelho, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento. Cada grupo e representação parlamentar dispõe de cerca de 10 minutos para intervir uma única vez.

Para a apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo, relator da Comissão de Política Geral.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO PÚBLICA “A FAVOR DA ADAPTAÇÃO DOS ACESSOS À PISCINA E PRAIAS VIGIADAS DE SÃO LOURENÇO A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA OU CONDICIONADA”.

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 01 de junho, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, para apreciação e relato sobre a Petição Pública n.º 25/XI – “A favor da adaptação dos acessos à piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada”.

A Petição, reunindo 587 assinaturas cumpria as formalidades regimentais exigidas, exceto a morada do 1.º Peticionário. O Presidente da Comissão de Política Geral, após ter informado os partidos que compõem a Comissão, solicitou ao 1.º Peticionário, nos termos do n.º 4 do art.º 190.º do Regimento, que suprimisse a referida formalidade.

Cumpridas, assim, todas as formalidades, a Petição 25/XI – “A favor da adaptação dos acessos à piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas

com mobilidade reduzida ou condicionada” deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 12 de janeiro de 2018.

Em reunião da Comissão de Política Geral, realizada em 12 de março de 2018, foi aprovada, por unanimidade, a sua admissibilidade.

Na reunião de 12 de março foi deliberado, por unanimidade, ouvir presencialmente o 1.º subscritor da Petição, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto e o Membro do Governo com competência em razão da matéria. Foi ainda decidido solicitar pareceres escritos à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, Associação Círculo de Amigos de São Lourenço e Laboratório Regional de Engenharia Civil.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento e do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na alínea ii) do artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012 de 20 de novembro, a matéria objeto da iniciativa é da competência da Comissão de Política Geral.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise surge como forma de requerimento à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitando a “adaptação dos acessos à piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada”.

Os peticionários fundamentam a sua pretensão nos seguintes factos:

- a) A Constituição Portuguesa consagra a obrigação em promover o bem-estar e a qualidade de vida de todas as pessoas em Portugal (alínea do artigo 9.º e 13.º);
- A eliminação de barreiras e a adoção de medidas que visem a plena participação de pessoa com deficiências e incapacidades consta da Lei de Bases de Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das pessoas com deficiências para promover uma sociedade para todos (Lei n.º 38/2004);
 - A promoção da acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição Portuguesa, como o direito à Qualidade de Vida, à Liberdade de Expressão e Associação, à Informação, à Dignidade Social e à Capacidade civil, bem como à Igualdade de Oportunidades no acesso à Educação, à Saúde, à Habitação, ao Lazer e Tempo Livres ao Trabalho; o Promover a acessibilidade dos edifícios e dos espaços públicos com fins de funcionalidade, é garantia de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos. Garantindo autonomia, derrubam-se preconceitos e favorecem-se práticas inclusivas para todos, mas principalmente para as pessoas com deficiência, incapacidades e dificuldades na mobilidade;
 - A promoção turística da ilha de Santa Maria, em especial da Baía de São Lourenço, uma das sete finalistas na categoria de aldeia em área protegida, do concurso Maravilhas de Portugal, merece ser feita sem esta falha nos acessos a

peessoas com mobilidade reduzida OU condicionada.

Audição do 1.º subscritor da Petição – “A favor da adaptação dos acessos à piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada.

O 1.º subscritor da petição, Senhor Daniel Goncalves fez-se representar pelo subscritor Senhor Marco José Coelho.

Convidado pelo Presidente da Comissão, fez uma exposição do objeto da petição, destacando que a petição surge com o objetivo de sensibilização e de tentar resolver um problema de acesso à piscina e praia de São Lourenço por pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada, problema este que persiste desde a construção obras na baía de São Lourenço.

Acrescentou que esta situação já tinha sido objeto de discussão na CAPAT em 2013. Disse também que a não construção de um acesso destinado a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada foi uma falha da obra de reabilitação da Baía de São Lourenço. No entanto, já teriam sido pensadas varias soluções, designadamente a instalação de um elevador, a qual, no entendimento de alguns, se afigurava difícil devido à sua manutenção, bem como a construção de uma rampa, solução que também não seria a mais adequada. Apresentou como solução a instalação de uma plataforma elevatória, a qual permitiria a sua colocação na época alta e a sua retirada na época baixa, permitindo assim a sua manutenção.

Finalizou, referindo que todos juntos podem encontrar uma solução capaz de tornar a baía de São Lourenço um lugar acessível a todos.

O Deputado João Vasco Costa interveio para referir que a inexistência de um acesso à praia de São Lourenço constitui uma lacuna que urge ser resolvida e

questionou se, na perspetiva dos peticionários, a solução da instalação de uma plataforma elevatória é a melhor solução ou se poderá existir outra solução.

O Senhor Marco Coelho respondeu, mostrando uma fotografia de uma praia com condições semelhantes em Albufeira, onde foi utilizada uma solução diferente. Contudo, referiu que, atendendo aos custos, à manutenção e à exposição às condições de mar, designadamente salmoura, entende ser a plataforma a solução mais viável.

O Deputado Paulo Parece interveio reconhecendo que existe uma lacuna grave nas acessibilidades à praia de São Lourenço. Enalteceu também o facto dos peticionários reivindicarem uma solução que seja capaz de dar a resposta mais adequada, atendendo à sua aplicação prática, e avaliada do ponto de vista dos seus custos de manutenção. Acrescentou que, uma vez reconhecido o erro, que se adote a solução capaz de dar a resposta mais adequada a todos aqueles que frequentam a praia de São Lourenço.

O Senhor Marco Coelho interveio para acrescentar que, na sequência do relatório da CAPAT em 2013, o Secretário Regional de então tinha referido a necessidade de se construir uma rampa de 150 metros, o que seria de todo impossível. Referiu ainda que o equipamento a instalar deverá estar preparado para transportar cadeiras de rodas convencionais, cadeiras de rodas elétricas e carrinhos de bebé. Realçou ainda o facto da praia de São Lourenço ser muito frequentada por pessoas que estão no centro de atividades ocupacionais.

O Deputado Alonso Miguel interveio, referindo que todos devemos tentar quebrar as barreiras que existem ao nível das acessibilidades, permitindo o acesso a todos, e questionou se houve alguma tentativa por parte do Governo em resolver o problema, ou se apenas tomou conhecimento e nada mais.

O Senhor Marco Coelho respondeu que quando teve conhecimento das declarações do Secretário Regional em 2013 pensou que haveria abertura e vontade para solucionar o problema. Contudo, desde essa data não existiu

rigorosamente mais nenhuma manifestação de interesse em resolver o problema por parte do Governo.

A Deputada Bárbara Chaves interveio, referindo que o projeto inicial da obra na baía de São Lourenço previa a instalação de um elevador. Contudo, devido à especificidade e complexidade do equipamento e à sua instalação, nenhuma empresa se sentiu capaz de fornecer e instalar o equipamento projetado. Acrescentou que não concorda com a análise feita pelo Senhor Marco Coelho, quando refere que até agora o Governo nada fez. Afirmou que o Governo sempre teve esta preocupação, reconhecendo que será necessário avaliar uma solução capaz de dar a resposta mais adequada.

O Senhor Marco Coelho respondeu dizendo que, na verdade, desde 2012, quando terminou a obra, até hoje nada foi feito. Disse ainda que a solução não passa apenas pela vontade de resolver, tem que haver ação efetiva. Considera mesmo que muitas pessoas se sentem enganados por numa obra de 6 milhões de euros não estar a ser utilizada na sua totalidade e que já houve tempo suficiente para resolver essa situação.

O Deputado João Vasco Costa interveio, considerando que não considera essa situação um erro, mas sim uma lacuna que deve ser resolvida o mais rápido possível. Referiu que todos os membros da comissão estão sensibilizados para o problema, acrescentando que os Açores são constituídos por nove ilhas, todas elas com muitas zonas balneares, considerando que nem todos os sítios podem possuir todas as valências ao nível das acessibilidades. Considerou ainda que não seria racional e humanamente possível todas as praias terem condições para o acesso a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada. Finalizou, afirmando que não tem dúvidas que o Governo estará aberto a resolver essa situação o mais breve possível.

O Peticionário respondeu que em Santa Maria o único sítio em que existe acesso a pessoas de mobilidade reduzida ou condicionada é a zona dos Anjos e

acrescentou que um investimento feito com o dinheiro de todos não pode deixar ninguém de fora.

O Deputado Paulo Parece interveio, considerando que é imperioso que o problema seja resolvido rapidamente e que o PSD está ao lado dos Peticionários.

O Deputado João Paulo Corvelo interveio referindo que é urgente que o problema seja resolvido e declarou que o PCP está ao lado dos peticionários.

No âmbito do debate relativo a esta audição, considerou-se que seria importante as Senhoras e Senhores Deputados visitarem o local, para terem uma melhor perceção do que é apresentado na Petição. Embora não estivesse prevista essa visita na agenda da reunião da Comissão, foi decidido por unanimidade que a mesma deveria ocorrer ainda nesse dia, após todos os pontos da agenda inicial. Tendo sido realizada. Revelou-se uma decisão acertada, permitindo que todos os Senhores Deputados tenham constatado no local a questão colocada pelos Peticionários.

Audição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto

O Presidente da Câmara fez uma apreciação genérica sobre o objeto da Petição, realçando que concorda integralmente com os anseios dos Peticionários e reconhece a necessidade de ser dada uma resposta séria e eficiente a esse problema. Acrescentou que não se compreende que um investimento de 6 milhões de euros deixe de fora as pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada.

Referiu ainda que a Câmara Municipal já diligenciou por diversas vezes junto do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, a fim de o sensibilizar para que se procure uma solução para o problema.

O deputado Alonso Miguel questionou se a Câmara Municipal recebeu alguma queixa sobre a matéria.

O Presidente da Câmara Respondeu que queixa formal nunca recebeu. Contudo, as pessoas referem assiduamente essa dificuldade.

Audição do Senhor Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia

O Senhor Secretário Regional começou por apresentar um historial sobre a matéria em análise, em que referiu que projeto da empreitada de requalificação da baía de São Lourenço previa a construção de um elevador exterior que permitiria o acesso a todos os cidadãos, independentemente das suas limitações, à zona balnear de São Lourenço. Contudo, prevendo-se os elevados custos de manutenção dessa estrutura, devido á excessiva exposição a ambiente agressivo, designadamente a exposição ao mar, essa solução foi descartada, pelo que considerou o Dono de Obra que não estavam reunidas as garantias do bom funcionamento e durabilidade do equipamento em questão no local.

Acrescentou que no decorrer do ano de 2014 foi elaborado um estudo pela então Secretaria Regional dos Recursos Naturais, que considerava a construção de uma rampa de acesso. Contudo, o Anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006 estabelecia as seguintes condicionantes:

- b) As rampas devem ter a menor inclinação possível e satisfazer uma das seguintes situações ou valores interpolados dos indicados:
- c) Ter uma inclinação não superior a 6 %, vencer um desnível não superior a 0,6 m e ter uma projeção horizontal não superior a 10 m;
- d) Ter uma inclinação não superior a 8 %, vencer um desnível não superior a 0,4 m e ter uma projeção horizontal não superior a 5 m.

Tendo em conta a citada legislação, constata-se que a cota superior, a 10,05 m, ao nível do caminho, e a cota do solário, junto ao espelho de água, a 2,20 m, perfaz um desnível total a vencer de 7,85 m, que para uma rampa com patamares de descanso de 2m a cada 10 m de projeção horizontal, implicaria a extensão total de 156,83 m.

Concluiu-se, então, que a extensão necessária para a construção de uma rampa para utentes com mobilidade condicionada, respeitando a legislação em vigor, é fisicamente impossível no espaço em causa, mesmo que se suprimisse todo o edifício construído.

Considerando as limitações do local, em alternativa, adquiriu-se em 2014 uma cadeira escaladora que permite conduzir em segurança uma cadeira de rodas á zona balnear.

Esta solução apresentava algumas limitações, já que apenas podia ser utilizada por pessoas que dispusessem da sua cadeira de rodas. Os outros utentes com mobilidade reduzida, tais como utilizadores de bengala, andarilho e canadianas não podiam usufruir do equipamento. Para colmatar esta lacuna, a Direção Regional do Ambiente e do Mar conseguiu em 2014 a cedência, por parte da SATA, de uma cadeira de rodas para acoplar à cadeira escaladora. Assim, o equipamento esteve e continua a estar acessível a todas as pessoas. Por outro lado, o equipamento raramente é utilizado, pois apresenta-se pouco funcional de acordo com informação recolhida no local e revela que demora 10 minutos a percorrer o acesso

Como a solução implementada não reúne as devidas condições que os utilizadores pretendem em termos de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada, encontra-se a Secretaria Regional do Mar Ciência Tecnologia, através da Direção Regional do Ambiente e Mar a estudar novas soluções que cumpram o desígnio principal, por um lado, mas que sejam

adequadas ao local de forma a garantir uma manutenção e durabilidade aceitável.

Uma das soluções passa pela construção de uma caixa de elevador junto à muralha da praia. Para o efeito, já foram efetuadas consultas ao mercado para apurar quais os equipamentos de elevação adequados, assim como a verificação de soluções existentes em outras zonas balneares em que subsiste a mesma situação da Baía de São Lourenço.

Da consulta efetuada junto de um fornecedor com experiência comprovada, OTIS, resultou a apresentação de características que servirão para orientar uma eventual consulta formal ao mercado. De acordo com a informação disponibilizada, o valor da instalação de um elevador para o local é de 30.000€ a 35.000€ (s/IVA), incluindo a execução de caixa no que respeita à componente de construção civil.

Numa análise preliminar, as vantagens desta solução são a sua funcionalidade e segurança. Por outro lado, apresenta-se como uma solução agressiva do ponto de vista estético, atendendo ao local da instalação, e eventuais custos elevados de manutenção. Importa referir que a caixa para um elevador de exterior não pode ser muito estanque nem muito aberta, atendendo às condições agressivas a que fica exposta.

Outra solução a considerar para o local é o fornecimento e montagem de uma plataforma elevatória, com ou sem cabine. Do ponto de vista do fornecimento, poderá ser mais económica do que a primeira solução, mas que do ponto de vista funcional e de operação será mais prejudicial.

Em resumo do exposto anteriormente, registam-se os principais pontos:

- 1- A solução inicial foi abandonada pelo Dono de Obra, a Secretaria Regional do Ambiente e Mar, por evidências de elevados custos de manutenção do equipamento proposto;

- 2- Desde 2013 que foram efetuadas comunicações por parte de utilizadores da zona balnear junto da entidade com competência no local;
- 3- Desde a época balnear de 2014 que existe uma solução de acesso a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada em São Lourenço, uma cadeira escaladora, que não reúne satisfação total pois revela-se pouco funcional e demora 10 minutos a fazer o percurso;
- 4- Encontra-se a Secretaria Regional Mar Ciência Tecnologia, à data, a efetuar estudos de soluções técnicas para o local, de modo a cumprir os objetivos principais, tais como, acessibilidade e garantia de funcionamento e manutenção razoáveis;
- 5- As alternativas/soluções estudadas serão apresentadas aos utilizadores locais para discussão e análise, para posterior decisão final. No decorrer do próximo trimestre a consulta será efetuada.

Após a conclusão da fase de estudos e análise, prevê-se o início da execução no final deste ano, sendo mais certo apontar o ano de 2019.

A Deputada Catarina Cabeceiras referiu que o importante é que se encontre uma solução adequada e questionou o porquê de só agora estar a ser estudada uma solução uma vez que o problema existe desde 2012 e já em 2014 terem sido inviabilizadas as soluções propostas.

O Secretário Regional respondeu que neste momento existe uma solução instalada, mas que tem a consciência que a solução existente não é a melhor e que conta começar a obra em 2019.

A Deputada Bárbara Chaves interveio, reconhecendo que existe um problema com a acessibilidade à praia de São Lourenço e que deve ser corrigido. Recordou que esteve previsto a instalação de uma estrutura capaz de dar resposta, mas no entanto, nenhuma empresa se mostrou interessada em executar o projeto devido a sua dificuldade de manutenção.

CAPÍTULO III CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 25XI- “A favor da adaptação dos acessos à piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada”, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1 – Existem limitações na acessibilidade à praia de São Lourenço, que dificulta o acesso às pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada;
- 2– Desde 2013 que foram efetuadas comunicações por parte de utilizadores da zona balnear junto da entidade com competência no local;
- 3- O projeto de reabilitação da baía de São Lourenço previa a instalação de uma estrutura capaz de dar resposta, mas nenhuma empresa se mostrou interessada em executar o projeto, devido à sua especificidade e à sua dificuldade de manutenção;
- 4 – A solução inicial foi abandonada pelo Dono de Obra, a Secretaria Regional do Ambiente e Mar, por evidência de elevados custos de manutenção do equipamento proposto;
- 5 – Desde a época balnear de 2014 que existe uma solução de acesso a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada em São Lourenço, uma cadeira escaladora, que não reúne satisfação total pois revela-se pouco funcional que demora 10 minutos a fazer o percurso;
- 6 - A Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia está a efetuar estudos de soluções técnicas para o local, de modo a cumprir os objetivos principais, tais como, acessibilidade e garantia de funcionamento e manutenção razoáveis;
- 7- Segundo o Governo, as alternativas e soluções estudadas serão apresentadas aos utilizadores locais para discussão e análise, para posterior decisão final;
- 8 – No decorrer do próximo trimestre a consulta será efetuada;

- 9 - Após a conclusão da fase de estudos e análise, prevê-se o início da execução no final deste ano, sendo mais certo apontar o ano de 2019;
- 10- Os Peticionários reivindicam a instalação de um equipamento capaz de permitir o acesso às pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada, com uma utilização prática assegurada, cientes das dificuldades associadas à sua manutenção.

CAPÍTULO V

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados revelaram-se sensíveis às pretensões dos Peticionários, reconhecendo que existe um sentimento generalizado relativamente às condições de difícil acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada. Os Deputados também concordaram que, uma vez concluída a fase de consultas e estudos sobre a solução a adotar, o Governo deve instalar o equipamento necessário, capaz de permitir o acesso à praia de São Lourenço a todos quantos a pretendam frequentar.

Ponta Delgada, 01 de junho de 2018

O Relator, Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, António Soares Marinho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O Bloco de Esquerda saúda os 591 peticionários e peticionárias que subscreveram a presente solicitação enviada a este Parlamento reivindicando a

construção de um sistema de acesso alternativo que confira conforto, segurança e eu acrescentaria dignidade a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada no acesso à piscina e praias vigiadas de São Lourenço na ilha de Santa Maria.

Saudamos e sobretudo agradecemos-lhe o facto de terem trazido a esta Casa e a todos e todas nós a denúncia de uma desigualdade de oportunidades profundamente injusta, altamente penalizadora e também ilegal. Ilegal à luz de diferentes normas, desde logo o artigo 9.º da Constituição Portuguesa onde na sua alínea d) diz o seguinte: “Uma das tarefas fundamentais do Estado é promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais.”

Mais claro ainda é o artigo 13.º da nossa Constituição que define o princípio da igualdade dizendo no seu ponto um “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.”

Como se não bastasse, a Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto, que define as bases gerais do regime jurídico de prevenção, habitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência, no seu artigo 3.º, alínea a), reza o seguinte: “Constituem objetivos desta lei referida a realização de uma política global, integrada, transversal, de prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência através da promoção da igualdade de oportunidades no sentido de que a pessoa com deficiência disponha de condições que permitam a plena participação na sociedade.”

O mesmo artigo na sua alínea d) reza o seguinte: “Ao Estado, portanto, compete [e a esta lei em particular] assegurar a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência.”

A mesma lei no seu artigo 6.º, “princípio da não discriminação”, no seu ponto um, reza: “A pessoa não pode ser discriminada direta ou indiretamente por ação ou omissão com base na deficiência.”

A mesma lei no seu artigo 32.º, “direito à habitação e urbanismo”, alínea b), reza o seguinte: “Compete ao Estado adotar medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência, nomeadamente aos espaços interiores e exteriores, mediante a eliminação de barreiras arquitetónicas na construção, na ampliação e na renovação [obviamente] de qualquer estrutura.”

E ainda no seu artigo 38.º, “direito à prática do desporto e de tempos livres”, a mesma lei diz: “Compete ao Estado adotar medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência à prática do desporto e à fruição dos tempos livres mediante, nomeadamente a criação de estruturas adequadas e formas de apoio social.”

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, não resta a mínima dúvida de que os peticionários e peticionárias têm razão na sua reivindicação de igualdade de tratamento e, portanto, de oportunidades também nos momentos dedicados ao lazer e para isso é preciso garantir-lhes a eliminação de barreiras e a adaptação de medidas que visem a plena participação de todas (sublinho, todas) as pessoas e têm toda a razão em reivindicar aquilo que estão a reivindicar, não só porque a lei diz claramente que têm esse direito, mas porque é da mais elementar humanidade e espírito de igualdade garanti-lo e compete obviamente, neste caso, ao Governo Regional, nomeadamente à Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, assegurar o cumprimento da legislação em vigor, em qualquer matéria, mas por demais evidente nesta matéria.

Não precisamos nós, Bloco de Esquerda, de recordar este facto ao Governo Regional, porque o Governo Regional sabe-o bem e porque o sabe tratou de assegurar que em 2012, enquanto dono de obra da empreitada de requalificação

da Baía de São Lourenço, o projeto desta obra previsse a construção de um elevador exterior que permitisse o acesso de todos os cidadãos e cidadãs, independentemente das suas limitações à zona balnear de São Lourenço.

Então, Sras. e Srs. Deputados, importa perguntar: se o previu, porque é que não o construiu?

Rima e é verdade!

Segundo as declarações prestadas pelo Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, em sede de comissão, não construiu porque e cito “se previam elevados custos de manutenção dessa estrutura” e, portanto, a solução foi descartada.

Faz mal o Governo Regional em a ter descartado e faz mal por todas as razões que já elencámos e também por uma outra, aduzida aliás pelo Sr. Marco Coelho em representação dos peticionários e peticionárias e é esta a razão que ele aduziu: um investimento de 6 milhões de euros, pago com o dinheiro de todos e de todas nós não pode deixar ninguém de fora.

Magnífica afirmação deste peticionário!

Apesar disto, depois de 2012, ano da obra, passou 2013 e 2014 e 2015 e 2016 e 2017 e estamos em 2018 e desconfio bem que nada de extraordinário aconteceria este ano relativamente a esta matéria, não fora o facto de em janeiro deste ano ter chegado a esta Assembleia a Petição que temos em mãos, reivindicando o direito elementar de todas (sublinho, todas) as pessoas poderem aceder e usufruir da piscina e das praias vigiadas de São Lourenço na ilha de Santa Maria.

Dir-me-ão: “Ah, mas desde 2014 que existe lá uma estrutura.”

Mas aquilo, Sras. e Srs. Deputados, que lá foram ao local, aquilo não é bem uma estrutura, aquilo é um remedeio, que é uma coisa diferente e tanto é um remedeio que o Governo Regional e bem (na nossa opinião) está à procura de uma solução e de uma solução, Sras. e Srs. Deputados, que para uma obra de

seis milhões de euros, quando eu fiquei a saber pela leitura do relatório que uma possível alternativa custa entre 30 a 35 mil euros (30 a 35 mil euros!) sem IVA (é verdade!), mas custa esta importância absolutamente insignificante a pergunta é: porquê e como é que esta obra ainda não está feita?

Portanto, a nossa função, e neste caso a função do Bloco de Esquerda como grupo desta Casa, é exortar o Governo Regional de facto a cumprir esta obra e a fazê-la tão breve quanto possível, porque já se perdeu muito tempo e já se retirou a muitas pessoas, sejam elas da ilha de Santa Maria, sejam elas de qualquer outra ilha dos Açores, sejam elas de qualquer outra parte do mundo que tenham limitações e que por isso não têm condições dignas de fruir e de usufruir de uma zona tão bela do nosso arquipélago.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero aqui além do mais saudar o exercício de cidadania ativa que os 587 peticionários na pessoa do Sr. Marco José Coelho como primeiro subscritor da Petição “a favor da adaptação de acesso à piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada”.

Desde a obra de requalificação da baía de São Lourenço que a população balnear da ilha de Santa Maria tem sido confrontada com a falta de acesso para pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada à piscina e praias vigiadas em São Lourenço.

O projeto de empreitada de requalificação da baía de São Lourenço integra à partida uma solução que não excluía nenhum cidadão de acesso à piscina e à praia.

Desde 2012, quando terminou a obra, tal desígnio nunca foi atingido tendo também a solução encetado pelo Governo Regional de instalação de uma cadeira escaladora sido pouco funcional e acolhido escassa satisfação das pessoas.

Vem então o peticionário muito justamente defender a construção de um sistema de acesso alternativo à piscina e à praia de São Lourenço preconizado o uso de solução que seja mais viável quer para o conforto das pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada, quer para o enquadramento paisagístico da baía de São Lourenço.

A promoção de acessibilidades a locais públicos de lazer constitui uma condição essencial para o pleno exercício de direito de cidadania consagrados na Constituição da República, nomeadamente a obrigação em promover o bem-estar e a qualidade de vida de todas as pessoas.

Sendo a praia de São Lourenço muito frequentada por utentes do centro de atividades ocupacionais é então imperioso que o equipamento a instalar seja preparado para transportar cadeiras de rodas convencionais e cadeiras de rodas elétricas.

Para a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português é absolutamente urgente que sem mais demoras seja encontrada uma solução que torne a praia de São Lourenço uma zona balnear acessível a todos quantos a pretendem frequentar, assim devendo eliminar as atuais barreiras ao nível das acessibilidades que impossibilitam que aquela praia seja frequentada por pessoas de mobilidade reduzida ou condicionada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, gostaria em primeiro lugar de saudar os 587 subscritores desta Petição, felicitando-os naturalmente pelo exercício deste direito, que nós consideramos ser sempre uma forma exemplar de cidadania e de participação cívica.

Em relação à pretensão, nós não poderíamos estar mais de acordo com os peticionários.

Para o CDS é lamentável que, numa obra orçada em 6 milhões de euros e sobretudo numa obra tão recente, não se tenha conseguido assegurar uma solução efetiva para garantir a eliminação de barreiras e de obstáculos e para garantir a acessibilidade e mobilidade para todos os cidadãos. Parece-nos da maior importância que nós tenhamos o mesmo nível de rigor com as obras públicas que exigimos às obras privadas.

Mas este problema não surgiu ontem, já existe desde 2012 e já em 2013 surgiu uma petição que abordava exatamente este tema.

Na altura o então Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Nuno Neto Viveiros), admitia a lacuna, admitia a existência do problema e afirmou que o Governo se comprometia a resolver este problema e a encontrar soluções, alternativas.

Parece-nos ser muito menos eficiente, para além de mais dispendioso para o erário público, encontrar soluções depois da conclusão das obras. Apesar disso, estando a obra concluída, de facto há que encontrar aqui uma alternativa.

O Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia afirmou há alguns dias publicamente, e afirmou também em sede de comissão, que estão a ser estudadas novas soluções para permitir o acesso à zona balnear de São Lourenço, nomeadamente a instalação de uma caixa para um elevador ou uma plataforma elevatória sem cabine junto à muralha da praia, e que também já consultaram um fornecedor com experiência comprovada nesta matéria, no caso a OTIS.

Ora, nós ficamos com algumas dúvidas e algo perplexos, pois qualquer uma destas soluções já existia em 2012 quando a obra ficou concluída, já existia em 2013 quando o problema foi levantado pela primeira vez e que se saiba a OTIS também não foi propriamente fundada no início deste ano, existe desde 1853 e está em Portugal desde 1959.

Ou seja, não há aqui razão nenhuma para que estas soluções não tenham sido implementadas anteriormente tirando alguma falta de vontade política eventualmente.

Portanto, a pergunta é porque é que só agora é que haviam de aplicar estas alternativas se haviam também compromissos anteriores?

Sras. e Srs. Deputados:

A verdade é que passados cinco anos nós continuamos em fase de estudos, de análise, de prospeção e só para 2019 é que se prevê de facto o início da resolução para este problema.

Por isso mesmo, nós reiteramos a nossa solidariedade para com os peticionários, lamentamos a falta de eficiência do Governo nesta matéria e deixamos a garantia de que o CDS estará vigilante e atento à resolução deste problema.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero, em nome do Partido Social Democrata, saudar na pessoa do primeiro peticionário, os 587 subscritores da petição: “A favor da

adaptação dos acessos à piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada”.

A razão da existência desta petição prende-se por uma única e simples razão:

A inexistência de acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada às piscina e praias de São Lourenço.

Recuando no tempo.

Trata-se de uma obra realizada em 2012 com um custo superior a 6 milhões de euros que previa um equipamento que permitisse o acesso a utentes com mobilidade reduzida, nomeadamente um elevador integrado no seu conjunto.

Por razões, alegadamente de ordem técnica, não foi instalado o referido equipamento, privando a quem dele necessita e impedindo a fruição daquele espaço totalmente reabilitado.

Revemo-nos integralmente na pretensão dos peticionários que, como bem alegam:

Promover a acessibilidade dos edifícios e dos espaços públicos com ganhos de funcionalidade, é garantia de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.

Garantindo autonomia, derrubam-se preconceitos e favorecem-se práticas inclusivas para todos, mas principalmente para as pessoas com deficiência, incapacidades e dificuldades na mobilidade.

Foram estas, também, as razões que levaram à apresentação de uma petição subscrita por apenas um subscritor, apreciada na CAPAT em 2013.

Tratou-se de uma iniciativa de alguém e de um familiar muito próximo que sentem na primeira pessoa, os constrangimentos da inacessibilidade, quer à piscina, quer às praias de São Lourenço e que personifica a desilusão e o descontentamento dos marienses.

No início de 2014, o Secretário Regional dos Recursos Naturais comprometia-se a encontrar uma solução para o caso concreto, garantindo desta forma uma mais vasta acessibilidade.

Passados 5 anos da execução da obra, sem que o problema tenha sido debelado, ainda que tenha sido experimentada uma suposta alternativa, com a aquisição de uma cadeira escaladora, que até hoje se revelou ineficaz, surge a presente petição subscrita por um número expressivo de cidadãos que revela bem a necessidade de uma vez por todas se encontrar uma solução.

Após a audição dos peticionários e demais intervenientes neste já longo processo e pela constatação no próprio local, é unânime a opinião na urgência de se encontrar uma solução definitiva e eficaz.

Consideramos mesmo que para tão delicado assunto, o Governo Regional foi negligente e insensível.

É falso afirmar-se: “que o Governo sempre teve esta preocupação.”

Ou ainda que: “não seria racional e humanamente possível a todas as praias terem condições para o acesso a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada”.

No caso presente, constitui uma dupla negligência:

A primeira, por se terem passado quase 6 anos sem que o Governo se tivesse empenhado verdadeiramente em encontrar uma solução que satisfizesse a pretensão dos marienses e sobretudo de quem se vê prejudicado nos seus direitos.

A segunda, por considerar a disponibilização e utilização de uma cadeira escaladora, uma alternativa eficaz para uma solução técnica que estava contemplada na execução de tão avultada obra, iludindo mais uma vez os marienses, e que agora, o mesmo Governo, reconhece “apresentar algumas limitações”, muitas, consideramos nós, já que apenas podia ser utilizada por pessoas que dispusessem da sua cadeira de rodas”, enquanto “outros utentes com mobilidade reduzida, tais como utilizadores de bengala, andarilho e canadianas, não podiam usufruir do equipamento”.

É certo que nem todas as zonas balneares existentes nos Açores têm ou podem possuir todas as valências a nível de acessibilidades.

No caso presente trata-se, apenas e só, de cumprir com a componente de acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluída no projeto inicial, e bem, e que foi o Governo dos Açores que a executou, mas que nunca se empenhou verdadeiramente na busca de uma alternativa eficaz!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num ato de plena cidadania, vem um conjunto alargado de cidadãos reclamar um justo direito correspondendo a uma expectativa criada por este Governo e para os quais, inclusivamente, sugeriram possíveis soluções.

E cabe ao poder político e em especial a quem governa esta região, criar estas condições.

É mesmo uma obrigação, mas que negligentemente, tem sido adiada.

Pelo Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, ficamos a saber que, finalmente, decorrem estudos de soluções técnicas para o local de modo a poder-se cumprir os objetivos principais de acessibilidade e garantia de funcionamento e manutenção razoáveis, apontando a sua execução para o ano de 2019.

A crer na boa fé das suas afirmações, que não queremos colocar em causa, vamos acreditar que, finalmente, todos os cidadãos terão ao seu dispor as condições de acessibilidade àquele local de fruição balnear como se exige numa sociedade cada vez mais inclusiva.

Termino a minha intervenção com uma pergunta que a todos nós deve, neste caso, incomodar: E se fosse consigo?!

Disse.

Deputados António Pedroso e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista saúda os subscritores desta iniciativa que num ato de cidadania participativa decidiram apresentá-la nesta Casa.

A salvaguarda dos direitos de pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada é um desiderato normal num estado democrático e civilizado.

Reconhecer isto implica igualmente a necessidade de compaginar tal desiderato com a finitude dos recursos económicos da nossa sociedade e temos a obrigação de racionalizar esses recursos em termos técnicos por forma a garantir em concreto a solução mais equilibrada e eficaz.

Aquando da empreitada de requalificação da baía de São Lourenço o projeto previa a construção de um elevador que permitisse o acesso a todos os cidadãos e aqui permitam-me que não deixe de dar esta nota que é de alguma forma constrangedora atenta quer a motivação dos peticionários que é mais que louvável, como aqui já ficou dito, a demagogia sem quartel utilizada por toda a oposição relativamente aos factos distorcendo-os e não os clarificando e isso é puramente inaceitável que num tema destes usem da demagogia como o fizeram.

Deputada Zuraida Soares (BE): 30 mil euros é muito pouco! É demagogia!

O Orador: Portanto, naquela altura a solução era uma: ou se fazia a obra sem elevador nenhum ou não se fazia a obra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é bem assim!

O Orador: Portanto, é muito simples.

Todas as empresas a quem foi aberto o concurso, em virtude daquilo se situar na costa nordeste da ilha, exposta ao mar e a intempéries de inverno, não esteve em condições de garantir a manutenção daquele equipamento que estava previsto dentro dos prazos de garantia.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, não poderiam de maneira nenhuma aceitar isso e o Governo, dono da obra, teve uma de duas hipóteses: ou paramos a obra e não se faz o investimento, ou então adaptamos isso e vamos resolvê-lo.

E aquilo que os senhores não disseram e mal foi que foi feita a obra e foi procurada uma alternativa para aquilo.

Foram mandados elaborar estudos para perceber, inclusivamente até pela Junta de Freguesia de Santa Bárbara foi pedido para averiguar se era viável ou não uma rampa de acesso ao porto.

Obviamente que em termos técnicos e com a limitação da legislação em vigor essa rampa não era praticável, porque a extensão seria enorme e, portanto, essa solução ficou afastada.

Ora bem, no ano 2014 foi elaborado então esse estudo da Secretaria Regional dos Recursos Naturais a fim de averiguar da possibilidade de colmatar essa lacuna com recurso à construção da rampa.

Ora, não foi possível a rampa e concluiu-se então que seria necessário procurar outras soluções.

Considerando as limitações do local, a tutela adquiriu em 2014 (e não estamos a falar em seis anos como os senhores dizem) um equipamento que foi uma cadeira com rodados que permite o acesso ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Não resultou!

O Orador: Já lhe vou explicar, já que não quis dizer sabendo que isso existe, sabendo que existe uma cadeira com rodados, que depois através da intervenção da Sata que ofereceu uma cadeira de rodas que permite a todas as pessoas sem cadeira de rodas o acesso ao local, portanto, o acesso existe, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): A gente conhece a cadeira!

O Orador: ... a solução existe ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Leva 10 minutos a descer!

O Orador: ... e foi exatamente por o Governo entender e atender às manifestações das populações que não concordam com isto, sensível e exatamente como disse e muito bem a Sra. Deputada Zuraida Soares, o conforto, a segurança e a dignidade não estar totalmente assegurada ...

Deputado Paulo Parece (PSD): É pôr um elevador!

O Orador: ... foi exatamente por isso que o Governo está aberto, embora exista esse acesso, a possibilidade de acesso, a melhorar essas condições de segurança, de dignidade e de conforto.

Portanto, não é verdade quando os senhores dizem que nada foi feito e que houve negligência.

Não! O assunto está a ser tratado, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Agora está a ser tratado! Eu disse isso!

O Orador: ... esteve a ser tratado e a solução procurou ser dada.

Tal equipamento esteve e continua a estar acessível a todas as pessoas que dele necessitem e diga-se em abono da verdade que tal equipamento raramente é utilizado por ser pouco funcional, já que leva cerca de 10 minutos para percorrer esse acesso.

Deputado Paulo Parece (PSD): Pudera, com 10 minutos a descer aquela rampa!

O Orador: Em função deste constrangimento a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, como muito bem aqui foi referido, iniciou através da Direção Regional dos Assuntos do Mar um estudo para novas soluções que cumpram quer o objetivo principal de acesso a todas as pessoas com mobilidade reduzida e simultaneamente racionalmente viável em termos técnicos, garantindo assim a manutenção e a durabilidade do equipamento.

Não me vou demorar, nem atender aqui nas soluções que são possíveis, porque não sou técnico da área. Acredito que esse estudo será certamente bem feito e é de realçar que a posição do Governo Regional quer na busca de uma solução

para este constrangimento, quer no compromisso de que as alternativas estudadas serão apresentadas aos utilizadores locais para discussão e análise antes da decisão final, um elemento importante que os senhores também não referiram, porque esse exercício do contraditório ouvindo as pessoas que lá vão é importante e está a ser respeitado e, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): A ver vamos!

O Orador: ... portanto, após a conclusão da fase de estudos e análise prevê-se o início da execução durante o ano de 2019 o que é sem dúvida matéria de regozijo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Concluindo, percebendo e concordando com a existência de um acesso a todos, mesmo de pessoas com mobilidade condicionada à baía que é ex-libris de Santa Maria, como é o caso de São Lourenço, é importante reconhecer por uma questão de reposição da verdade material que desde a época balnear de 2014 existe uma solução de acesso a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada em São Lourenço, uma cadeira escaladora que não reúne satisfação total, pois é pouco funcional (é verdade), demora 10 minutos a fazer o percurso, mas existe. Daí se entender a preocupação do Governo em busca de uma solução mais cómoda, mais eficaz e mais racional.

Termino, Sra. Presidente, dizendo muito simplesmente que não havia necessidade de tanta demagogia num assunto sério ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Isto foi uma petição, Sr. Deputado!

O Orador: ... e querido para os marienses e para os açorianos em geral.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sr. Deputado, foram duas petições! Os peticionários estão todos mal!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos este ponto da nossa Agenda. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos então agora no ponto 12: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 105/XI – “Recomenda ao Governo Regional a contratação de aeronaves em regime ACMI para integrar a operação da SATA AIR Açores no Verão IATA 2018”.**

Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O grande crescimento do Turismo torna urgente que a Região tenha uma operação de transporte aéreo inter-ilhas capaz de dar uma resposta atempada e com uma oferta de lugares adequada aos operadores turísticos, a quem nos visita individualmente e aos Açorianos.

Sabe-se que a atual operação da SATA Air Açores está planeada para este verão, à semelhança do verão de 2017, no limite da sua oferta, condicionada pelo número limitado de aeronaves e claramente incapaz de satisfazer a procura. É urgente arranjar soluções.

São inúmeros os doentes, especialmente das ilhas sem hospital, que necessitam de se deslocar a consultas de especialidade ou a urgências e que não conseguem lugar disponível em tempo útil, ou mesmo conseguindo viagem de ida, têm de ficar períodos mais longos à espera para regressar à sua ilha.

Os jornais da Região já alertam para esta situação constrangedora e passo a citar: “Fonte da Secretaria Regional da Saúde diz que a tutela está atenta aos problemas colocados à deslocação de doentes das ilhas sem hospital, tendo já

efetuado esforços para evitar estadias mais longas do que o necessário.” Fim de citação do jornal *Diário Insular* de ontem.

Eu próprio já assisti à saída de São Jorge de um caso bastante constrangedor. Uma senhora que era evacuada numa maca ...

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, isto é a apresentação da urgência?

O Orador: ... e que o acompanhante não teve possibilidades de a acompanhar por falta de lugares apesar de todo o esforço que as funcionárias da Sata fizeram para tentar conseguir um lugar para o acompanhante ...

Deputado Francisco César (PS): Isto é a apresentação da urgência!

O Orador: ... daquela senhora doente que saía evacuada de urgência.

É confrangedor ver quando os nossos familiares passam por uma situação difícil, em que têm de ser evacuados, e nós não os podemos acompanhar, essa situação certamente que já passou por muitos de nós aqui dentro e passa por muitos açorianos infelizmente e é uma situação que está ocorrendo frequentemente nas nossas ilhas.

Além da falta de lugar para passageiros, também falta capacidade para a carga e os empresários das ilhas sem gateway têm cada vez mais dificuldade em exportar os seus produtos, nomeadamente o pescado, e também nas importações, especialmente de produtos perecíveis.

A SATA Air Açores é uma empresa pública cujo capital social é detido na totalidade pela Região e constitui um instrumento essencial e insubstituível para garantir a mobilidade dos Açorianos e para promover a nossa economia.

Como disse o Sr. Presidente do Governo esta semana, aqui, nesta câmara, “cada cêntimo e cada euro gasto na mobilidade e para o bem dos açorianos é bem gasto.”

Face à grande sazonalidade, não seria sensato recomendar, no imediato, a compra de mais aviões para a operação inter-ilhas. É, por isso, que se deve considerar o aluguer em regime de ACMI ...

Presidente: Sr. Deputado António Pedroso, é apenas para justificar a urgência e não para entrar dentro do Projeto de Resolução.

O Orador: Exatamente.

Estou mesmo terminando.

Portanto, estava dizendo que é por isso que se deve considerar o aluguer em regime de ACMI à semelhança do que a Azores Airlines fez recentemente com o aluguer de dois novos equipamentos.

Assim, o Partido Social Democrata recomenda ao Governo que dê as instruções necessárias à Sata ...

Presidente: Sr. Deputado, peço imensa desculpa, acabei de lhe dizer que só está a justificar. A parte da recomendação é a seguir.

O Orador: Sim senhora.

Já está justificado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito bem.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, agora sim, Sr. Deputado António Pedroso, para ler na íntegra o Projeto de Resolução.

Tem a palavra.

Deputado António Pedroso (PSD): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

A SATA Air Açores, empresa pública cujo capital social é detido na totalidade pela Região, constitui um instrumento essencial e insubstituível para garantir a mobilidade dos Açorianos e para promover a nossa economia.

O aumento de turismo que se tem verificado na Região nos últimos dois anos, com crescimentos globais acima dos dois dígitos, é resultado do novo modelo de transporte aéreo implementado entre aos Açores e o continente.

Perante a afluência considerável de turistas em algumas ilhas, com especial incidência em São Miguel e Terceira, os Açores necessitam de uma operação dos voos inter-ilhas capaz de fazer uma distribuição eficaz e equitativa dos turistas pelas diversas ilhas, sem, no entanto, deixar de servir cabalmente os Açorianos.

A Sra. Secretária dos Transportes anunciou esta semana um reforço para o mês de julho e agosto de cerca de 2.678 lugares nos voos da Sata Air Açores.

Este número poderá parecer um número razoável se fosse para cada ilha dos Açores, mas não.

Estes 2.678 lugares são para distribuir por todas as ilhas.

Façamos as contas: 2.678 lugares dividido por 60 dias e por nove ilhas dá uma média de quatro lugares por dia para cada ilha. Eu repito: quatro lugares por dia para cada ilha!

Deputado Francisco César (PS): Então? Isso é bom!

O Orador: Se for feita uma distribuição equitativamente, porque se não o for corremos o risco de haver ilhas que nem um lugar a mais terão.

Quatro lugares nem dão para a evacuação de uma maca que precisa de seis lugares.

Considerando que, por exemplo, na ilha de São Jorge só em aumento de camas no alojamento local de 2017 para 2018 ultrapassa uma centena, qual é o impacto que terão quatro turistas diários a mais num aumento de cem camas?

Deputado Francisco César (PS): Há bocadinho era por voo, agora é por cama!

O Orador: O que vão fazer os empresários com as restantes 96 camas?

Por um lado, o Governo incentiva os privados a investirem em empreendimentos turísticos, os privados têm cumprido, os açorianos têm correspondido ao apelo do Governo em investir no turismo, investimento esse que se nota no aumento de camas que se tem verificado essencialmente depois de no ano passado ter havido um aumento considerável para todas as ilhas.

Agora temos alojamentos, foi feita a promoção, quando os turistas querem vir para as ilhas sem gateway, como é o caso de São Jorge, não têm lugares nos voos e não nos devemos esquecer que a maioria das unidades turísticas das ilhas mais pequenas no período de junho a setembro têm cerca de 70 a 80% da sua procura. Sem lugares disponíveis está a perder-se muito dinheiro!

Mas além disto a Sata deverá essencialmente servir bem os açorianos e são inúmeros os doentes, especialmente das ilhas sem hospital, que necessitam de se deslocar a consultas de especialidade ou a urgências e que não conseguem lugar disponível em tempo útil, ou mesmo conseguindo viagem de ida, têm de ficar períodos mais longos à espera para regressar à sua ilha.

Como já vos disse ali da bancada e repito, assisti recentemente a um caso constrangedor de uma doente que teve de ser evacuada e que o acompanhante não conseguiu acompanhar a doente.

Deputado Francisco César (PS): O senhor já disse isso! Pensou que ia ser chumbada a urgência!

O Orador: São casos frequentes que acontecem por todas as ilhas sem hospital e que são inadmissíveis. Tem de haver uma solução. Está na hora de encontrar a solução adequada para esta situação que não é pontual, é uma realidade que se

está consolidando felizmente na Região, que é o aumento do turismo que está a acontecer, mas apesar do número de dormidas ter aumentado a nível global na Região no primeiro trimestre, verifica-se que em algumas ilhas esse indicador baixou, em especial por não haver lugares disponíveis para os turistas que quisessem visitar as ilhas sem *gateways*. Uma das razões poderá ter sido o facto da Páscoa ter ocorrido no primeiro trimestre, o que motivou maior mobilidade de professores e estudantes como é habitual nas férias da Páscoa e não ter sido oferecido o número de lugares correspondente à procura.

O grande crescimento do Turismo torna urgente que a Região tenha uma operação de transporte aéreo inter-ilhas capaz de dar uma resposta atempada e com uma oferta de lugares adequada aos operadores turísticos e a quem nos visita individualmente e aos Açorianos.

Com o novo modelo de transportes passaram a existir vários fatores que alteraram o funcionamento da Sata Air Açores em consequência da liberalização do mercado e das novas regras.

Uma das regras que alterou foi qualquer gateway dar acesso a qualquer ilha. A Sata não estava minimamente preparada para corresponder a esta realidade e por isso com a limitação de voos obriga-se muitas vezes a que os passageiros utilizem muitos mais voos do que os necessários para chegar ao destino final.

Esta situação surge associada ao incremento das compras de passagens online fruto por vezes do despercebimento ou desconhecimento por parte dos passageiros e assim há passageiros que às vezes utilizam quatro e cinco voos para chegar a uma gateway, quando na realidade necessitavam de utilizar apenas um ou dois.

Deputado Francisco César (PS): Se tivesse lugar. Vai encher o que está vazio!

O Orador: Esses passageiros ocupam voos de forma desnecessária, bloqueiam lugares de forma desnecessária e os voos têm taxas de ocupações superiores, mas com receitas inferiores, tudo porque a gestão de lugares e voos não tem

sido feita de forma adequada à semelhança da gestão de lugares, a gestão da carga também é insuficiente, por exemplo, na exportação de pescado que temos tido imensas queixas.

Mais! Para um Governo que vive à sombra das estatísticas é evidente que a falta de ligações aéreas aumenta estatísticas de dormidas nas ilhas com gateways. Paga o pobre açoriano das ilhas menores para dormir nas ilhas maiores, porque não tem ligações compatíveis e aumentam-se assim as estatísticas das dormidas e o Governo fica feliz e contente.

Os açorianos são forçados a dormir sem necessidade nas ilhas com gateway, porque não têm ligações em tempo útil para a sua ilha.

Com esta medida há uma discriminação entre açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Há? E para os micalenses?

O Orador: Sabe-se que a atual operação da SATA Air Açores está planeada para este verão, à semelhança do verão de 2017, no limite da oferta, condicionada pelo número limitado de aeronaves e claramente incapaz de satisfazer a procura. É urgente arranjar soluções e face à grande sazonalidade, como já referi, não seria necessário recomendar, no imediato, a compra de mais aviões para a operação inter-ilhas. É, por isso, que se deve considerar o aluguer em regime de ACMI (Avião, Tripulação, Manutenção e Seguro), à semelhança do que a Azores Airlines fez recentemente com o aluguer de dois novos equipamentos nestes moldes.

Deputado André Bradford (PS): Ligeiramente por ingerência!

O Orador: A grande pergunta que toda a gente faz é quanto custa?

Quanto vai custar esta medida ao orçamento da Região?

E a resposta é: não deverá custar nada ao orçamento da Sata, rigorosamente nada se for feita uma boa gestão.

Aliás, a Azores Airlines alugou dois aviões nesses moldes e não se viu ninguém a questionar os custos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quanto é que custa à Azores Airlines?

O Orador: O custo do aluguer é, à partida, inferior ao valor da venda de lugares da tarifa mais baixa da Sata.

Os voos não deverão à partida dar prejuízo, mas isso é uma suposição, porque qualquer negócio proveitoso quando chega às mãos do Governo socialista passa a dar prejuízo. É o efeito de Midas ao contrário.

A necessidade de aluguer de mais equipamentos não se justificaria de imediato se os aviões da Sata Air Açores que estão ocupados com as rotas da Madeira e Canárias estivessem a servir os açorianos em ligações inter-ilhas nos Açores, mas estão servidas em missões do Governo em outras rotas, rotas essas que certamente darão prejuízo consecutivamente como as contas da Sata Air Açores o têm provado ano após ano.

Não foi feita uma única rota para o estrangeiro que resultasse em lucro à empresa.

Quantos turistas canarinos, quantos turistas madeirenses chegam à Região por estas rotas?

Poucos, muito poucos.

Deputado Francisco César (PS): Não é turismo! São rotas de serviço público!

O Orador: Em vez do Governo se preocupar em anunciar novas rotas, todas elas deficitárias, ...

Deputado Francisco César (PS): Deficitárias?

O Orador: ... deveria antes rentabilizar internamente os voos, servir melhor todas as ilhas e os açorianos em primeiro lugar.

O Sr. Presidente do Governo Vasco Cordeiro disse aqui esta semana que as acessibilidades aéreas são para servir os açorianos e a economia dos Açores.

Um belo *sound byte!* Bem o poderia emoldurar e colar na parede.

Mas quais açorianos?

Somente alguns.

Qual economia?

A de algumas ilhas.

O Sr. Presidente do Governo disse também nesta câmara que cada cêntimo e cada euro gasto na mobilidade e para o bem dos açorianos é bem gasto.

Está na hora de passar das palavras à prática.

Deputado Carlos Silva (PS): Está aí um caminho perigoso, muito perigoso!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que dê instruções à Sata Air Açores para a contratação do número de aviões necessários, em regime de ACMI, para garantir no verão de 2018 uma operação inter-ilhas estável e capaz de dar resposta adequada às necessidades dos Açorianos e à procura do Turismo, bem como, fazer uma distribuição eficaz e equitativa dos turistas por todas as ilhas da Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo: A proposta do PSD no sentido de recomendar à Sata o aluguer de aviões para transporte aéreo inter-ilhas não é de forma alguma razoável e não é razoável por várias razões que passarei a enunciar.

A primeira é que a capacidade instalada da Sata Air Açores não está de forma alguma esgotada.

Nos meses de junho a setembro de 2018 a empresa apresenta uma oferta perfeitamente ajustada à procura.

Como sabem a Sata Air Açores atua no âmbito de obrigações de serviço público.

Em 2017, de junho a setembro, os meses de maior procura durante o verão, o índice médio de ocupação global nas rotas da OSP foi de 76%. Se formos ver o índice de ocupação no verão todo foi de 72%.

Em 2018, neste mesmo período, a Sata disponibiliza mais 3.575 lugares reportando aos números de 2017, conforme tive oportunidade já de dizer nesta Casa na passada terça-feira, se restringirmo-nos aos meses de julho e agosto esse aumento é de 2.681 lugares.

E não, Sr. Deputado, não é feita uma distribuição matemática de lugares pelas nove ilhas. O que é feito é um ajustamento conforme se for inventariando a procura verificada em cada uma dessas rotas.

Se fôssemos dividir matematicamente isso sim era uma gestão desadequada do incremento que é possível fazer nos lugares oferecidos na Sata Air Açores.

Mesmo considerando um cenário tremendamente otimista de crescimento acentuado da procura para as nossas nove ilhas não é expetável de forma alguma que os índices médios de ocupação sejam superiores a 85%, isto ficando sempre abaixo dos índices de referência da indústria e que são comumente aceites para este período do ano.

Ou seja, também por isso a Sata Air Açores apresenta disponibilidade de frota e de tripulações para efetuar aumentos pontuais da oferta em determinadas faixas horárias e em determinadas rotas para fazer face a picos de procura como é habitual fazer todos os anos e com particular cuidado tem vindo a ser acentuada essa monitorização e esse ajustamento de ano para ano, sendo que este ano redobradas as atenções face ao aumento da procura, mas ainda assim, volto a

referir, num cenário tremendamente otimista não é exetável que essa procura aumente em 85%.

A utilização de uma aeronave ACMI, conforme o PSD sustenta, para a época alta seria no plano económico e financeiro não neutro, conforme disse, mas absolutamente ruinoso, porque precisamente conforme referi a capacidade não está esgotada, o que representaria um aumento de custos sem qualquer contrapartida do lado da receita.

Para sua informação o custo de uma operação ACMI no período de junho a setembro de uma aeronave desta natureza representa um custo de 3.3 milhões por aeronave que não reteriam qualquer contrapartida na receita precisamente pela capacidade das existentes não estar esgotada, o que põe obviamente em causa a sustentabilidade da operação e da própria empresa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Porque é que as pessoas se queixam então?

A Oradora: Portanto, quando o PSD na sua proposta diz que não será para lucro à Sata possivelmente, mas possivelmente também não dará prejuízo. Não! Dará prejuízo, sim senhor! E dará prejuízo no mínimo de 3.3 por cada aeronave que se entender alugar, sendo que, volto a insistir, a capacidade da Sata Air Açores não está esgotada, a capacidade da Air Açores e da empresa existe para fazer ajustamentos pontuais, não só no âmbito daquilo que são as obrigações de serviço público, ou seja, ajustamentos para fazer face a listas de espera, a festividades, a eventos desportivos e a outras ocasiões, mas também para outras situações em que a procura aumenta e que face a uma monitorização cuidada, uma gestão cuidada e um diálogo frequente entre os vários departamentos da empresa é possível, sim senhor, fazer-se.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reconhece a bondade da proposta aqui apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Reconhecemos também que existem problemas quanto à mobilidade dos açorianos, problemas esses que têm limitado a mobilidade dos açorianos agravados pelas limitações que todos nós vivemos, principalmente este ano na limitação também aos transportes marítimos de passageiros, principalmente no Grupo Central, portanto, não é pelo propósito da proposta do Grupo Parlamentar do PSD que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar contra esta proposta. Reconhecemos a bondade dos propósitos, mas a medida apontada é exclusivamente técnica e entendemos que esta proposta podia ter sido formulada de outra forma para que fosse possível em vez de estarmos aqui a tomar opções técnicas para as quais nós não temos competências, tivéssemos que fazer opções políticas.

Ora, entendemos que estas opções técnicas competem exclusivamente ao conselho de administração da Sata e até mesmo aos seus quadros técnicos. Portanto, não fará sentido esta Assembleia estar a dar instruções, ainda por cima instruções de caráter quase exclusivamente técnico à Sata.

Nós não somos ...

Até o Sr. Deputado pode ter conhecimentos técnicos na área, mas que eu saiba o Sr. Deputado não desempenha, nem nunca desempenhou funções no Grupo Sata. Até pode ter desempenhado, mas isso não quer dizer que esteja no conselho de administração do Grupo Sata.

Aliás, por analogia, que eu tenha conhecimento, na Assembleia da República nunca ninguém propôs soluções técnicas para a TAP, mesmo quando a TAP era

exclusivamente pública. Isso nunca aconteceu. Nunca vi, por exemplo, na Assembleia da República ser discutida a possibilidade da TAP adquirir dois, três, quatro aviões, ou adquirir ACMI's. Isso nunca aconteceu.

Que se critiquem, pois, soluções técnicas que acabaram por ser ruinosas quanto à política da empresa, isso é outra coisa. Pode e deve ser feita!

Aliás, se calhar aqui o problema está e como disse a Sra. Secretária, poderá estar numa revisão das obrigações de serviço público, poderá ser isso, mas também se calhar não é essa a solução, mas pode passar por aí. Nós entendemos, aliás, no debate de urgência que realizámos no início desta semana até aponte as obrigações de serviço público como um garante para facilitar a mobilidade de todos nós, inclusive entre as rotas liberalizadas, entre a Terceira e o continente, entre São Miguel e o continente, mas não é por haver obrigações de serviço público que se garanta também só por si uma melhor mobilidade aos açorianos, é preciso também entender como é que essas obrigações de serviço público são fixadas e como é que elas poderão facilitar essa mesma mobilidade. Por isso, gostaríamos imenso que o Grupo Parlamentar do PSD tivesse tido se calhar outra opção que não formular uma proposta que no nosso entender e que penso que não é só da nossa parte, mas se calhar de outros grupos parlamentares, é uma proposta que tem um carácter exclusivamente técnico, ou pelo menos no seu objeto resolutivo indica para uma solução puramente técnica e não uma proposta que nos permita tomar uma opção política.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que o CDS obviamente, e não é de hoje, que partilha e concorda com as preocupações do preâmbulo desta iniciativa, mas claramente discorda da

solução e numa atitude responsável obviamente que não podemos concordar com uma solução que possa agravar o endividamento da Sata, se passamos os dias a pedir à Sata uma gestão responsável e depois sem fazer contas agravar o endividamento da Sata.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas numa atitude de igual responsabilidade também não pode ficar impávido e sereno quando percebe que pode ser real a possibilidade de efetivamente a nossa economia, nomeadamente na área do turismo, ser claramente prejudicada durante este verão IATA por um mau serviço da Sata aos açorianos e ao setor.

Portanto, neste sentido impõe-se alguns esclarecimentos por parte da tutela, nomeadamente eu pergunto à Sra. Secretária ...

Deputado Francisco César (PS): Mas o diploma é dali!

A Oradora: ... se tem uma previsão realista...

O diploma é do PSD, mas o CDS para votar contra a solução apresentada pelo PSD tem de ter a garantia de que a solução do Governo é uma solução que serve os açorianos, Sr. Deputado, tenha paciência e o CDS tem toda a legitimidade para colocar estas questões, ...

Deputado José San-Bento (PS): Tem sim senhora!

A Oradora: ... porque em abril passado o Governo já tinha feito os cálculos e bem realistas na opinião do Governo sobre a taxa de ocupação dos voos para a Horta e com base nesse cálculo das taxas de ocupação decidiu reduzir o número de voos para o Faial, então pergunto-lhe usando exatamente do mesmo instrumento se tem os cálculos feitos para a previsão das taxas de ocupação dos voos para a Região no verão IATA, muito em particular no mês de julho e de agosto, e se é capaz de garantir aos açorianos que neste momento numa situação de *full operation*, ou seja, com os quatro Q-400 a funcionar, com os dois Q-200 a funcionar, se existir uma situação de imprevisibilidade e a imprevisibilidade

que o CDS refere não é um aumento pontual da procura, é se existir uma avaria, se existir alguma situação de imprevisibilidade, se isso vai ou não resultar em cancelamentos e se esses cancelamentos vão ou não resultar numa penalização dos alojamentos locais e de quem está a contar com esses passageiros para poder fazer o seu negócio?

Porque penso que isso é o que está na base da preocupação desta iniciativa do PSD e apesar de não concordarmos com a solução precisamos de garantias de que efetivamente a Sata, neste verão IATA, tem a capacidade para dar resposta e pergunto-lhe, que é uma das soluções que eu acho que o CDS sempre defendeu que tem que se aumentar a rentabilidade das aeronaves, ou seja, neste momento, qual é o número médio de horas de voos por aeronave por dia e qual é a capacidade de crescimento em número de horas de voo por dia e por aeronave?

Já agora fiquei com algumas dúvidas, porque na iniciativa do PSD, que é uma das nossas críticas, é muito ambígua, diz façam-se ACMIs.

A Sra. Secretária responde que para este tipo de aeronaves, para este tipo de ACMIs, que custaria 3,3 milhões.

Já agora gostaria de saber quais são os tipos de aeronaves ...

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*): Q-400!

A Oradora: ... em relação aos quais a Sra. Secretária deu resposta, porque na iniciativa do PSD não se consegue perceber quais são os tipos de ACMIs, mas a Sra. Secretária ainda há de falar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Corvelo pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado João Corvelo (*PCP*): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

É para o intervalo regimental a que temos direito.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira vou-lhe tentar responder às perguntas que colocou não necessariamente pela ordem em que as colocou.

A aeronave considerada para o valor que eu referi de 3.3 milhões foi um Q-400. Em relação ao número de horas por avião, eu peço-lhe imensa desculpa, é uma questão demasiado técnica. Obviamente que na Sata há de haver alguém que é capaz de responder a essa questão. Eu não consigo neste momento, mas posso, se assim o entender, fazer-lhe chegar essa informação, solicitando-a de imediato à Sata.

Por último e se calhar a que merece mais considerações, a pergunta sobre a capacidade da Sata para responder a situações de irregularidades operacionais, nomeadamente por avaria ou mau tempo.

A Sata tem, de facto, capacidade para acomodar passageiros no âmbito do contexto das obrigações de serviço público decorrentes de situações de irregularidades operacionais, aliás, como o tem feito.

Presumo que a Sra. Deputada não está a fazer essa pergunta para dizer que devíamos ter ACMIs para suprir irregularidades, porque isso também seria um negócio ruinoso, mas o que lhe posso dizer é que sim, a Sata tem capacidade

para fazer face a irregularidades operacionais, a Sata tem-no feito e, portanto, pode haver pontualmente uma situação que poderá não correr da melhor forma desejada, mas sim tem essa capacidade. Tem frota, tem as obrigações fixadas no contrato de obrigações de serviço público, portanto, tem essa capacidade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como desde sempre temos denunciado o atual modelo de mobilidade aérea dos Açores. É um sistema idealizado não para assegurar o direito à mobilidade dos açorianos residentes nas nossas ilhas, mas um sistema que à custa de elevadas verbas transferidas para os cofres de algumas empresas do setor de aviação e tendo como contrapartida a condução do fluxo turístico para os Açores sem qualquer tipo de seleção refira-se, está a acarretar toda uma série de questões e de problemas que cada mais se tornam evidentes.

O atual modelo de subsidiar as empresas privadas *low cost* à custa da Sata Air Açores é um modelo desenhado não para melhorar a mobilidade dos açorianos e muito menos para benefício da empresa aérea regional, bem pelo contrário.

É preciso salientar que este modelo de mobilidade aérea do PSD reiteradamente considerado como maravilhoso está muito longe de ser (e é o próprio PSD que tanto o idolatra) que vem nesta proposta reconhecer explicitamente.

É necessário que se diga, de forma muito clara, que se é verdade que este modelo de mobilidade tem trazido consideráveis fluxos turísticos para a Região, outros modelos existem diferentes deste que poderiam e podem ser implementados e cujos resultados em termos turísticos serão certamente

idênticos com menor investimento e sem sacrifício nem da mobilidade dos açorianos, nem à empresa regional Sata Air Açores.

As alternativas existem, assim haja vontade política de as encontrar e de as levar à prática.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento, e à semelhança dos anos anteriores, os açorianos residentes debatem-se com o já cíclico problema de falta de lugares nos voos inter-ilhas, mesmo quando necessidades, nomeadamente de saúde, os obrigam a ter de se deslocar para fora das ilhas de residência, ou são a indisponibilidade de lugares, ou são as estadias forçadas por períodos mais longos e aqueles estritamente necessários fora do seu local de residência e do seu local de trabalho com todas as consequências que tais ausências acarretam.

Tudo isto porque a frota da Sata Air Açores não está dimensionada, nem estruturada para conseguir dar resposta às obrigações que o Governo dela exige, apesar de todo o esforço, dedicação e empenho de tripulações e de todo o pessoal das operações de terra da transportadora aérea regional, a falta de meios impossibilita a resposta adequada e necessária à mobilidade dos açorianos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma realidade que a frota da Sata Air Açores não está dimensionada para conseguir dar resposta àquilo que dela é exigido neste verão IATA. A constatação desta realidade deve levar-nos, em primeiro lugar, a refletir sobre aquilo que pretendemos da Sata Air Açores, que seja e continue a ser no futuro e isso naturalmente leva-nos sem dúvida a questionar o atual modelo de mobilidade aéreo dos Açores. Não será naturalmente obrigando a Sata Air Açores a ciclicamente encher os bolsos de algumas empresas do setor através de aluguer de aeronaves que os problemas quer da subdimensão da Sata Air Açores e da mobilidade dos açorianos serão resolvidos.

Há que encontrar outras soluções e essas soluções para além das que já aqui salientamos terão de passar pelo redimensionamento da Sata Air Açores em termos de aeronaves e pessoal de modo a satisfazer as necessidades exigidas quanto às suas operações.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos novamente na presente época colocados perante a política de facto consumado. Da experiência dos anos anteriores para este ano nada mais sobrou de reflexão e acerto de políticas em relação a este modelo de mobilidade e às respostas que eram necessárias ser encontradas que novamente colocam os açorianos perante a inevitabilidade.

Perante este facto consumado, de uma vez mais estarmos perante o mesmo problema, parece não restar outra solução e o que é facto é que os açorianos necessitam que seja encontrada uma solução para este problema que não a de recorrentemente o aluguer de aeronaves em regime de ACMI, pois a falta de aeronaves da Sata soma-se também à falta de tripulação e de técnicos de manutenção que satisfaçam as necessidades.

Independentemente de tal solução poder sanar por enquanto o problema e resolver provisoriamente a questão e mesmo que não se atente aos custos elevados de tal operação, há que dizer de forma clara que esta não é, nem poderá ser a solução para este problema.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho que dizer que fico muito feliz do fundo do meu coração que está tudo muito bem com a Sata na visão da Sra. Secretária e que não vai haver atropelos

este verão. Realmente espero que isso aconteça para o bem da nossa Região, de todos os açorianos.

Agora, fiquei surpreso da Sra. Secretária me trazer um valor aqui de um aluguer de três meses (percebi que são três meses) aquele valor dos 3.3 milhões. Quatro meses!

Em nenhum local da nossa proposta de resolução mencionamos que o aluguer em ACMI é para toda a época alta.

Deputado Carlos Silva (PS): É para três dias ou para uma semana!

O Orador: Aliás, quando sugerimos que o aluguer seja em regime de ACMI é porque esse regime permite que o aluguer seja feito ao dia, à hora, à semana, consoante as necessidades que a companhia necessite, porque para alugueres de maior duração, de meses, há outros tipos de aluguer.

Eu gostaria de saber se a Sra. Secretária tem valores que me possa disponibilizar, qual seria o aluguer, o custo por lugar e hora de voo?

Gostaria também de perguntar se foram equacionadas ... ou quantas empresas de aluguer foram consultadas para este resultado dos 3.3 milhões que a Sra. Secretária apresentou e se a administração da Sata foi confrontada com esta opção ...

Deputado Paulo Parece (PSD): É a Hi Fly ou a Atlantic!

O Orador: ... e se a administração da Sata está de acordo que tem tripulações e equipamentos mais que suficientes para garantir a operação deste verão?

Gostaria de perguntar também, por exemplo, há aqui uma situação que eu verifiquei, entre várias ilhas, há vários dias, várias datas em que já há algum tempo estão completamente lotadas.

Por exemplo, fui aqui ver à ilha das Flores no mês de julho temos dia 7, dia 8, dia 18, dia 23, dia 25, dia 26 em que não há um único lugar disponível para sair das Flores.

Depois em agosto dia 3, dia 6, dia 10, dia 13, dia 17, dia 23, dia 25 não há um único lugar disponível para os florentinos, os turistas saírem da ilha das Flores para qualquer destino.

Se a Sata já equacionou voos extraordinários para estas datas, se tem equipamentos para o fazer, se está à espera que os clientes cancelem as suas reservas e acabem por desistir?

Gostaria de saber também se a Sra. Secretária equacionou ou quantificou qual o prejuízo que os empresários terão nestas ilhas pelo facto de terem vários dias em que não se consegue nem entrar, nem sair?

É porque isso traz prejuízos, isso tem de ser quantificado e se também já quantificaram certamente terão quantificado os custos que os doentes têm quando saem da sua ilha e têm que ficar quatro, cinco dias, uma semana à espera de voltar com os acompanhantes, deixando os seus negócios, deixando a sua vida familiar, todo esse prejuízo que é causado por uma ausência forçada por não haver lugares de regresso às suas ilhas de origem.

Portanto, para já seriam só estas as questões.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre este projeto de resolução permita-me Sr. Deputado com tenho uma amizade e reconheço o seu trabalho especialmente no setor do turismo, é um bom empresário do setor do turismo, devo registar aquilo que disse e registo com muito agrado o facto de ter naquela tribuna ter dito que o turismo cresce e muito em todas as ilhas. É um bom registo deste PSD, é bom aqui registarmos essa atitude, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é em todas!

O Orador: ... reconhecendo aqueles que são os dados de hoje em dia relativamente ao setor do turismo, até porque a sua ilha é a que mais cresceu de 2012 a 2016 e, portanto, está aqui a prova de que a distribuição eficaz e equitativa de turistas que os senhores referem aqui no vosso projeto de resolução está realmente a acontecer.

Permitam-me (porque ficámos um pouco confusos) que levante aqui duas ou três contradições que acho que são por demais evidentes nesta proposta do PSD e na abordagem que o PSD faz sobre esta matéria.

A primeira: o senhor acabou de referir que não sabe quanto é custa, não sabe se é para toda a época alta, mas sabe que são dois aviões.

Eu gostava de saber como é que os senhores fizeram essa conta para chegar aos dois aviões.

A segunda questão ou então a segunda observação em termos de contradições: os senhores nesta Casa e todas as suas comunicações foram sempre no sentido que ACMIs são um péssimo negócio, é muito mau negócio fazer ACMIs quer na Sata Internacional, neste caso, na Azores Airlines neste caso, agora na Sata Air Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é uma deturpação completa!

O Orador: Mas ainda há mais uma contradição.

Os Srs. Deputados, com certeza que a bancada também vai evoluindo e devo confessar que temos alguma saudade de um deputado dessa bancada que era o interlocutor sobre esta matéria, mas devo confessar que o senhor certamente se recorda, porque também fez parte ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quando ele estava cá os senhores não gostavam dele!

Deputado Bruno Belo (PSD): Há sempre um momento em que os socialistas gostam de um Deputado do PSD!

O Orador: ... da anterior legislatura. Os senhores vinham a esta Casa dizer que “enganámo-nos na aquisição da frota da Sata Air Açores, que deviam ter apostado mais em Q-200 e menos em Q-400”. Hoje os Q-400 já não levam toda a gente.

Mas ainda pior! Os senhores diziam assim, o PSD dizia exatamente com estas palavras: “Os aviões Q-400, opção do Governo Regional, andam meios vazios, uma vergonha!”

Hoje os senhores vêm aqui a esta Casa dizer que os aviões andam quase cheios. Uma vergonha para os senhores outra vez!

Portanto, há aqui um conjunto de contradições.

Mas ainda como se isto não bastasse podemos ir mais frente e o senhor diz o seguinte: “Acredita que este aluguer não terá custos acrescidos para a Sata.”

Deve ter contas e por isso a contradição pela primeira observação que eu fiz, mas pior ou melhor o senhor ainda diz o seguinte que esta medida apresentada “mesmo que não dê lucro também temos de ter em atenção ao prejuízo que os empresários da Região estão a ter.”

Oh senhores, os senhores têm vindo a esta Casa recorrentemente atacar o Governo Regional por causa da gestão da Sata que o Governo fez exatamente isto: no período de crise esteve ao lado dos empresários e utilizou a Sata como uma ferramenta essencial para manter esse setor vivo e os senhores vêm agora a esta Casa dizer que é preciso fazer isso.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Oh! Que raio de contradição é esta, Srs. Deputados!

Mas como se isto ainda não bastasse os senhores nesta Casa recorrentemente acusaram esta bancada do Governo e do PS, naturalmente, de constantes ingerências na Sata. Os senhores vêm aqui recomendar que deem instruções à Sata Air Açores para contratar mais dois aviões.

Deputado Luís Garcia (PSD): Uma boa ingerência!

O Orador: Mais uma contradição ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais uma ingerência!

O Orador: ... deste partido. Agora já se percebe. Agora já há boas e más ingerências. Agora já há boas e más ingerências!

Mas, Sr. Deputado, eu confesso que ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores sabem quais são!

Deputado Paulo Parece (PSD): É como as ingerências na saúde! Não é só na Sata!

O Orador: Já está começando a ficar incomodado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Mas julgo que nesta matéria devemos tratá-la de forma séria e, portanto, julgo que devemos sempre que necessário e sempre que possível rentabilizar a atual frota da Sata. É isso que eu julgo que a maioria dos partidos já aqui manifestou e bem, até porque dá a entender que há aqui algum problema em termos de estratégia de gestão de frotas e recorde-me, por exemplo, noutra setor, no transporte marítimo o PSD defendia em 2016 a aquisição de mais dois navios para o transporte aqui no triângulo, encostando literalmente o Mestre Simão e o Gilberto Mariano, agora neste caso são mais dois aviões.

Portanto, eu termino dizendo, única e exclusivamente, que a realidade é que aumentaram 12% a disponibilidade em termos de Sata Air Açores e a realidade é que os números de passageiros desembarcados crescem em todas as ilhas e devo confessar que a culpa é da Sata.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Sr. Deputado António Pedroso, com todo o respeito que me é devido pelo Sr. Deputado, que é muito, o Sr. Deputado questiona os valores que eu apresentei e o tempo sobre o qual eu fiz a minha apresentação de valores para tentar mostrar que a proposta por vós apresentada não era viável.

Peço desculpa, mas quem não fez o trabalho de casa foi o Sr. Deputado, ...

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): A Sra. Secretária está mesmo a querer uma caricatura! Está mesmo a pedi-las!

A Oradora: ... porque não pode apresentar uma proposta em abstrato, eu tentar concretizá-la para lhe demonstrar de uma forma muito lata que aquilo que está a propor não é viável e o senhor depois atacar aquilo que eu estou a dizer. Demonstrasse o senhor esses valores, apresentasse o senhor esses valores, dissesse o senhor que eram um, dois, três, quatro meses, três meses ... eu fiz uma suposição com base na latitude que me permitiu o seu requerimento e a minha suposição é legítima e a minha suposição foi trabalhada, a sua proposta não foi.

Os números que eu apresentei foram dados pela Sata e já agora aproveitava para concretizar para que depois possa chegar ao mesmo cálculo que eu chego.

O preço por *block hour* de uma aeronave do tipo do Q-400 e conforme eu já tinha dito à Sra. Deputada Graça Silveira, o modelo utilizado foi o Q-400, é de 2.500€ para um mínimo de 200 *block hours* por mês, pelo que ... a minha estimativa foi feita para quatro meses, mas pode-se fazer para outro, naturalmente, e não escondi que o 3.3, valor a que cheguei, era com base em quatro meses.

O valor por lugar são 52€ por *block hour*, lugar de passageiro, ok?

E estou disponível para partilhar consigo estes valores, estes valores são-me dados pela empresa e, portanto, passando à sua segunda questão se a Sata sabe o que eu estou para aqui a dizer, sabe, sabe muito bem, concorda. Aliás, estou a dizer o que a Sata me disse.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ah, a senhora falou com a SATA!

Deputada Mónica Rocha (PS): Claro!

A Oradora: Gostava por último de lhe dizer em relação ao transporte de doentes.

Obviamente e eu estive em São Jorge, estive no Conselho de Ilha de São Jorge, e mesmo que não estivesse, tem chegado ao conhecimento deste Governo diversas situações referentes ao transporte de doentes que não têm corrido da melhor forma. Os procedimentos da Sata já os enunciei por diversas vezes. Posso-lhe assegurar aqui que a orientação transmitida por este Membro do Governo e também em coordenação com a Secretaria Regional da Saúde é que as medidas implementadas para transporte de doentes são para ser seguidas à risca.

Num transporte de doente se for preciso ficar atrás passageiros que estão confirmados terão que ficar. As regras são para ser cumpridas, são estas as orientações que a tutela transmite à empresa ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O acompanhante é que fica atrás!

A Oradora: ... na medida em que somos sensíveis às diversas situações que nos têm sido transmitidas.

Também creio que algumas das situações pontuais, é certo, não chegam por vezes ao nosso conhecimento e deveriam chegar de outra forma, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema é quando o acompanhante fica atrás!

A Oradora: ... mas o que lhe posso assegurar nesse sentido e para que não se repitam essas situações que têm chegado ao conhecimento da tutela são as

orientações muito específicas e muito diretas que foram transmitidas para que se cumpra aquilo que está no regulamento de transporte de doentes, quer aéreo, quer marítimo, quer terrestre.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Agradeço as suas explicações.

Eu também gostaria de lhe perguntar, já que estamos a falar em custos de ACMIs, quanto é que custaram os ACMIs da Azores Airlines para podermos estabelecer uma comparação?

Quanto ao valor da hora que a Sra. Secretária acabou de indicar é um valor equivalente ao valor que nós tínhamos, que são os 52€ por hora e por lugar.

Ora, considerando que a maioria dos nossos voos não ultrapassa a meia hora ficaria na ordem dos 26€ por lugar e por voo.

Deputado Carlos Silva (PS): Oh senhor, o avião não fica 24 horas no ar!

Deputado Paulo Parece (PSD): Oh senhores, não tentem ridicularizar, isto é um assunto sério!

O Orador: Considerando que a tarifa da Sata de residente, a mais barata que temos neste momento, é cerca de 32€, é lógico que a receita dará para o custo se for requisitado pontualmente um voo ACMI.

Já o expliquei aqui, já o disse várias vezes, que o regime ACMI permite alugueres de curta duração e a gestão da Sata é evidente que não é o PSD que a está a fazer e não temos acesso ao plano de reservas para saber em que dias é que há lugares, em que dias é que há *overbookings*, em que dias é que as listas

de espera ultrapassam o limite em que é obrigatório fazer voos extraordinários e que muitas vezes nem o fazem.

Quanto ao Sr. Deputado Miguel Costa, eu não tenho ideia de em lado nenhum o PSD ter afirmado que eram dois aviões. Em lado nenhum dissemos o número de aviões, porque não era possível indicar quantos aviões eram e quantos voos são necessários, quando não temos acesso aos números e não temos acesso à disponibilidade do plano de voos e das reservas da Sata.

Deputado André Bradford (PS): Se o senhor fez a iniciativa é porque acha que são precisos!

O Orador: A recomendação é que sejam alugados os aviões necessários e para os períodos que seja necessário, porque se forem alugar aviões só por alugar é evidente que é para ter prejuízo, é evidente que não iria correr bem na gestão da Sata.

Mais! Quanto a ingerências tenho a lembrar o seguinte. Os voos criados para o Brasil, para Cabo Verde foram ordens do Governo ...

Deputado Francisco César (PS): Para Cabo Verde? Foram ordem de quem?

O Orador: ... não foram da cabeça propriamente dos funcionários da Sata e recentemente, no ano passado, abriu-se o aeroporto do Faial para vir um avião de propósito buscar os Srs. Deputados da República aqui.

Portanto, se isso não foi ingerência não sei o que é que foi. A nível de ingerência não creio que uma recomendação nossa, só pelo facto de ser do PSD, que é uma recomendação, não estamos a impor nada, e é uma recomendação construtiva para resolver uma situação que é notória e que os açorianos ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... se ressentem por todas as ilhas possa ser considerada uma ingerência, mas os senhores também têm toda a liberdade e disponibilidade de aplicarem a recomendação ou não a aplicarem, porque os senhores é que são

Governo, os senhores é que estão gerindo e, portanto, ficará da vossa responsabilidade no caso de correr bem, ou mal a operação deste verão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para referir que efetivamente o CDS já por várias vezes nesta Casa referiu e ainda muito recentemente e nas palavras do Deputado Artur Lima que considera que a frota da Sata Air Açores neste momento pode ser melhor rentabilizada em termos do número de horas de voo.

Devo dizer que apesar do CDS ir votar contra a iniciativa do PSD, porque não considera que seja esta a solução, também da forma como a Sra. Secretária nos respondeu não nos deixa mais descansados, porque a Sra. Secretária sabe ao rigor quanto é que custa um ACMI de um Q-400 que a Sata não pretende fazer, mas depois diz que não sabe quantas horas cada aeronave voa por dia, mas que garante que tem a capacidade de aumentar o número de voos por dia.

Portanto, não sabendo ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Como o Sr. Deputado Carlos Silva disse, voa 24 horas!

A Oradora: Sim, a Sra. Secretária disse que era uma resposta muito técnica. À questão do CDS de quantas horas, neste momento, de voo por aeronave por dia estava a acontecer com a frota da Sata, a Sra. Secretária disse que era uma pergunta muito técnica e que não podia responder, mas garantiu que podia aumentar pontualmente, se necessário fosse, o número de horas de voos por dia,

por aeronave, foi isto que se passou e isto não deixa de ser preocupante, porque aqui, uma vez mais nos exigem um exercício de fé.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu penso que todos nós concordamos, é uma verdade de La Palisse, que vivemos num sistema parlamentar em que é normal que o Governo preste esclarecimentos à câmara sobre matérias que lhe dizem respeito sobre propostas suas, sobre dúvidas dos partidos. Também é normal que os partidos quando são proponentes, quando têm iniciativas legislativas, quando fazem resoluções respondam a perguntas da parte da oposição, exatamente da oposição ou posição à vossa proposta.

Portanto, algo que me parece desde já um pouco confuso que é esta ideia de que nós fazemos a proposta e o Governo que a explique. Já não é a primeira, já não é a segunda vez, julgo que nem seja a terceira em que o Sr. Deputado e outros seus colegas cá chegam com uma proposta que não sabem bem explicar, mas que o Governo é que a tem de explicar.

Pois bem, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga que o sistema parlamentar apesar de permitir as suas perguntas e muito bem, ele exige que os senhores saibam justificar a vossa proposta e aquilo que me parece é que os senhores manifestamente aqui não sabem fazer.

Portanto, há aqui algumas questões que eu gostava de lhe perguntar.

A primeira: esta proposta que requiere ACMIs de aviões, julgo que semelhantes àqueles que a Sata tem, na sua opinião (é uma proposta técnica), é ou não é uma ingerência na Sata?

É ou não é uma ingerência na empresa?

Sendo uma ingerência, eu gostava que o Sr. Deputado a classificasse: é uma boa ingerência ou é uma má ingerência?

Deputado Paulo Parece (PSD): A gente não vamos cair nessa!

O Orador: Porque aquilo que me parece é que os senhores até agora sempre classificaram as ingerências na empresa como más e, portanto, eu gostava de saber se pelo facto de serem suas, de serem vossas as ingerências, partindo do pressuposto que as são, elas são, por serem vossas, boas.

Segunda pergunta: os senhores têm algum estudo ...

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor acha que a SATA fornece esses dados? O Governo leva três meses a responder a simples requerimentos!

O Orador: ... que justifique não exigir à Sata que no caso de existirem listas de espera, voos cheios, os senhores têm algum estudo, fizeram algum exame técnico, que justifique o facto de não pedirem à Sata para aumentar a frequência de voos?

Os senhores sabem se são necessárias mais tripulações, menos tripulações?

Se a capacidade instalada é possível ou não de ser aumentada?

Essa é uma pergunta que faço: os senhores têm algum estudo sobre esta matéria?

Isto não vale dizer: “Não, os senhores é que têm de ter.”

É porque nós temos e já tomamos a nossa opção, agora os senhores é que têm de justificar porque é que não tomaram esta opção.

Sr. Deputado, está a anotar?

Terceira questão.

Deputado Paulo Parece (PSD): A gente também não vamos responder a si!

O Orador: Não, não quero é que o Sr. Deputado se perca nas questões que lhe faço, porque tem uma proposta e é natural que se possa esquecer. Às vezes acontece.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mais importante do que responder a isso é a sua fundamentação técnica!

O Orador: Terceira questão: porque é que a opção que é feita é de ACMIs, ou seja, porque é que é um fretamento de aviões com tripulações?

Podiam ser com tripulações da Sata, porque o sistema de *leasing* que a empresa tem, nomeadamente na Azores Airlines, há casos em que o avião não é da empresa, o avião é alugado em regime de *leasing* e as tripulações são da empresa.

Os senhores têm alguma ideia de quantas tripulações é que poderiam ser necessárias?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos quase a falar das tripulações do 330!

O Orador: Ou então porque é que escolheram regime de ACMIs?

E porquê?

Durante quanto tempo?

Em que rotas é que os senhores acham que isso deve ser feito?

Porque o senhor veio aqui com uma proposta tão concreta em termos da forma como ela deve ser materializada, mas eu ouvi aqui algumas expressões suas que me fazem ter alguma dúvida porque é que veio apresentar esta proposta.

A primeira foi “nós queremos aluguer de aeronaves com tripulações, mas nós não sabemos quantas.”

Deputado Paulo Parece (PSD): A Sata não tem dinheiro para comprar!

O Orador: Parece um bocado estranho quando se é tão técnico na opção que se tem para o aluguer de aeronaves e também diz que a Sra. Secretária pode ou não aplicar uma resolução, pode ou não aplicar o aluguer de aeronaves.

Eu não percebo o que é que isto quer dizer: ou é para alugar ou não é para alugar. Não é dar opção de depois de aprovada uma resolução a Sra. Secretária decidir se vai ou não vai fazer ACMIs.

Deputado Paulo Parece (PSD): Ela tem que pedir autorização primeiro!

O Orador: É porque se é assim, porque é que o senhor está a propor fazer ACMIs?

O senhor sabe o que é que me parece?

Na verdade, é que o senhor achou mais ou menos assim: sentou-se com o seu líder parlamentar e partidário e pensou “isto é capaz de existirem alguns voos que vão ficar cheios durante o período do mês de agosto ou no mês de julho, parece que vão ficar cheios. Temos que sinalizar isso no Parlamento, que é para parecer que o PSD está atento.”

Deputado Paulo Parece (PSD): Não parece! Está atento!

O Orador: Provavelmente o seu líder disse-lhe assim: “Epá, então que fazer uma proposta.”

“Como?”

“Epá, vamos dizer à Sata que aumente o número de voos.”

Deputado Paulo Parece (PSD): Os senhores estão percebendo a história? O Sr. Deputado Francisco César está a explicar a sua história! Normalmente é assim que ele fala com a sua bancada!

O Orador: “Epá, isto é uma coisa que não tem grande ciência.”

E ele disse: “Epá, o que eles precisavam era de fazer aluguer de aeronaves com aviões.”

“É isso! É isso que devemos fazer! É que eles vão chumbar de certeza, porque a proposta parece absurda, mas depois se alguma coisa correr mal nós podemos dizer que o PSD avisou, podiam ter feito ACMIs e não havia qualquer tipo de problema.”

Sras. e Srs. Deputados, não acho que esta seja a melhor forma de vir aqui ao Parlamento com propostas. Vamos a ver: se há matérias que são preventivas, se o senhor quer fazer uma espécie de vacina eleitoral para o seu partido, ao menos faça isso com amplitude possível para que quem nos está a ouvir não perceba que os senhores estão a fazer um número.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: É porque é aquilo que estão a fazer, porque a proposta é tão descabida, é tão sem sentido, é tão técnica numas coisas e abstrata noutras que nós ficamos ... Repare: eu não vejo muitos partidos com vontade de as aprovar, porque ela é estranha.

Deputado Luís Garcia (PSD): Para a próxima ligamos ao senhor e perguntamos se podemos apresentar!

O Orador: Ela é tecnicamente inválida.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Inócua!

O Orador: Para além de contradizer tudo aquilo que os senhores têm dito sobre as ingerências, é que se mandar uma empresa fazer aluguer de aviões não é uma ingerência numa empresa, então o que é que é uma ingerência?

Portanto, com que é que o senhor pode contar da nossa parte?

Responsabilidade. Res-pon-sa-bi-li-da-de!

A Sata tem a obrigação de, mediante as ocupações das rotas, arranjar soluções para a mobilidades dos açorianos. É essa a opinião do Partido Socialista, tanto julgo saber é essa a indicação que o Governo deu à empresa e é, portanto, da responsabilidade da empresa utilizar os seus meios, quer sejam através da utilização dos aviões e das suas tripulações, quer sejam de ACMIs, imaginem se forem necessários, mas essa é uma responsabilidade da empresa. Não é do PSD e desculpe lá do Sr. Deputado de São Jorge.

Quer dizer, os senhores decidem fazer ACMIs, porque fica bem na proposta.

Olhe, desculpe, da nossa parte não contam connosco para isso.

Responsabilidade, é para isso que cá estamos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Só muito brevemente para responder à Sra. Deputada Graça Silveira que a ocupação de um avião da Sata Air Açores no mês de agosto é de cerca de 7.5 horas por dia em voo, não considera embarque, nem desembarque. Portanto, parece-me que há margem para ser ocupado.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Não vale a pena fugir do essencial. É evidente que nós partilhamos (e essa proposta enquadra-se nessa questão) uma preocupação transversal da sociedade açoriana, ...

Deputado Francisco César (*PS*): Nós também!

O Orador: ... dos doentes, das empresas de turismo, nós partilhamos uma preocupação essencial que é o histórico da Sata no último ano em que a economia sofreu prejuízos e aquilo que está planeado para 2018 representa pouco mais do que estava planeado para 2017 e nós também não nos esquecemos do histórico que tem sido a gestão da Sata.

Deputado André Rodrigues (*PS*): Quanto é que custa?

O Orador: Ainda há poucos dias a própria Comissão de Economia não conseguiu reunir com ninguém do Conselho de Administração da Sata e, portanto, nós não estamos a falar do funcionamento normal de uma empresa

que está estável, que tem a sua situação financeira equilibrada e que funciona com normalidade.

Deputado Francisco César (PS): O que são ACMIS?

O Orador: Não é o caso infelizmente para os açorianos e o Governo tem consciência disso, todos nós temos consciência disso e ninguém foge disso.

A questão da nossa partilha dessas preocupações levou-nos a esta apresentação de proposta e nós todos reconhecemos que em certa medida quando um grupo parlamentar da oposição recomenda uma solução dessas é evidente que há aqui alguma ingerência, ou pode estar pressuposta alguma. Temos que ver o contexto em que isto é feito e a importância para a Região em que isto acontece. A questão daquilo que é a perspectiva dos próximos três meses a Sra. Secretária há de estar preocupada, qualquer pessoa responsável que conhece a Sata e conhece o mercado está preocupada. Vou dizer-lhe mais: ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): E as perguntas?

O Orador: ... nós estamos a rir demais de uma situação séria aqui em respostas àquilo que foi a apresentação do Deputado António Pedroso para aquilo que é a situação da Região e de muita gente que está a sofrer aqui e daquilo que são os riscos de muitos empresários. Eu não era capaz de me rir de uma situação dessas se fosse ao contrário, Sr. Deputado Francisco César.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não tinha vontade nenhuma de me rir, até porque nem conheço os resultados da Sata de 2017.

Deputado Francisco César (PS): O que é que uma coisa tem a ver com a outra?

O Orador: Mas vou chegar lá!

Preocupa-me também, Sr. Deputado Francisco César, vou-lhe dizer o que é que me preocupa ... Preocupa-me, por exemplo, aquilo que é a capacidade de um

serviço de manutenção de uma empresa quando esse serviço só tem capacidade de comprar peças a pronto pagamento e toda a gente sabe disso. O que significa que em qualquer eventualidade de avaria a capacidade de resposta e de repor um avião no ar é diferente e é limitada.

Portanto, essas questões ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Em que é que o senhor se baseia para dizer isso?

O Orador: ... estão presentes no dia a dia da Sata e posso perguntar, Sra. Secretária, o último Q-400 começou a voar no dia 3 ou 4 de junho e ficou disponível na manutenção no limite daquilo que estava a programação da Sata e a questão é essa e pergunto diretamente à Sra. Secretária: se um avião (e oxalá que não aconteça) tem uma avaria que leve 15 dias ou três semanas em terra a Sata terá ou não terá necessidade de recorrer a uma alternativa?

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa é a questão essencial e, portanto, nós quando colocamos ... e o Deputado António Pedroso não disse em circunstância alguma que era manter um avião ACMI imobilizado três meses ou quatro meses, mas para que essa possibilidade fosse considerada, tal como a Sata Internacional também considerou essa possibilidade, daí ter proposto e ter contratado dois ACMIs.

Portanto, a situação é essa. Nós temos uma capacidade de resposta a eventualidades negativas, limitada e condicionada pela situação da Sata, por um lado; e por outro lado, temos um mercado que precisa muito da Sata durante os próximos três meses e é nesse balanço que nós entendemos ou nós não temos a garantia de que a Sata dará a resposta.

Se a Sra. Secretária tem a garantia e está confiante que essa resposta é possível e vai correr bem nós confiamos; se o Partido Socialista também tem a garantia e

confia que essa solução é boa e ninguém correrá riscos nós ficamos confiantes, mas ficamos a aguardar a situação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, a sua bancada não respondeu a uma única das minhas perguntas e não eram retóricas. Eram perguntas concretas, nomeadamente ...

Houve uma que esboçou uma passagem, passou ao de leve, que foi a questão das ingerências.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor até tinha razão para dizer isso se o Governo respondesse às perguntas da oposição!

O Orador: Eu percebi que as suas ingerências eram boas e que as nossas más, mas os açorianos saberão julgar certamente a posição do Partido Social Democrata.

Não me explicou absolutamente nada sobre a opção ACMIs. O senhor apenas fez aqui uma pequena metáfora, uma pequena metáfora que me pareceu um pouco incompreensível, que é como aquele sujeito que tem um carro ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor hoje está cheio de histórias!

O Orador: ... e que o carro pode ir para a manutenção, pode ter uma avaria e ir para a manutenção durante 15 dias e, portanto, precisa de ter um carro de substituição. Conclusão do senhor: ele tem de ter dois carros. Tem de ter um carro para andar normalmente e um para quinze dias de avaria, para a

substituição. Não é assim que funciona, Sr. Deputado. Não é assim que funciona!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não, não tem! Mas se tiver um seguro de substituição está tudo resolvido!

O Orador: Aquilo que tem de acontecer é a empresa mediante ...

Eu não queria interromper o diálogo do Sr. Deputado Rendeiro com o seu colega de Santa Maria, mas está a perturbar um pouco a intervenção.

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor nunca perturba!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Longe de nós perturbar!

O Orador: Está, mas não há problema.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que não é assim que funciona. A Sata é que tem de providenciar a forma de resolver os problemas eventuais que existam, ou seja, dentro dos seus meios, se necessário com ACMIs, se necessário com fretamento de outro tipo, mas tem de ser a empresa a decidir o que é melhor para si.

Então os senhores andam a criticar os resultados da empresa, porque recorrer de uma forma desnecessária a ACMIs noutras situações e vem agora propor que a Sata o faça?

Oh, Sr. Deputado, o problema é que a vossa proposta é um tiro constante à vossa coerência.

Ingerências só as vossas é que são boas; ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por acaso não!

O Orador: ... questões técnicas os senhores contradizem exatamente aquilo que criticam na empresa. Aquilo que nós queremos é que os senhores quando apresentem uma proposta a consigam sustentar e os senhores não querem responder a perguntas do Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): É essa a alternativa!

O Orador: Os senhores apenas querem sinalizar esta situação com uma proposta um pouco absurda para poder dizer que se houver problemas ou alguma coisa corra mal nós avisámos, já tínhamos dito.

Deputado João Vasco Costa (PS): É exatamente isso!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, tenha uma postura mais responsável como outros partidos aqui têm que é quais são as soluções eventuais que o Governo pode ter para resolver problemas do Pico?

Essa é que é a questão que se coloca. É isso.

Deputado André Bradford (PS): E o Faial também!

Deputado Luís Garcia (PSD): Esse seu aparte revela a sua má consciência! Eu registei!

O Orador: Agora, a proposta, permita-me que lhe diga com delicadeza, parece-me absurda, sem fundamento técnico. Os senhores podiam tê-la alterado de forma a que ficasse mais ao critério da empresa.

Agora, não! Os senhores já sabem. É aluguer de aeronave com aviões e isto permita-me que lhe diga não faz qualquer tipo de sentido com os dados que o senhor não tem, é que o senhor não tem dados. É que o senhor tivesse os dados todos podia dizer, a não ser que me diga que os tem, não é!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós não temos os resultados de 2017!

O Orador: É que o senhor não tem qualquer tipo de dados e está a tomar uma opção e a fazer uma proposta sem qualquer tipo de informação e perdoe que lhe diga isso parece-me bastante irresponsável.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que o Sr. Deputado tenta passar a um partido da oposição quando faz uma proposta em termos de preparação técnica (se calhar faria o mesmo se estivesse no seu lugar), agora não está à espera que em matérias tão específicas ...

Deputado Francisco César (PS): Então não faça a proposta!

O Orador: Já chego lá!

... quisesse que a oposição chegasse aqui com um dossier com a consulta ao mercado, com as necessidades todas e apresentasse aqui uma proposta prontinha para a administração poder executar. Não é isso que está em causa aqui. O que está em causa (e eu repito!) é uma situação de potencial risco na nossa Região, grave e há por outro lado a oferta daquilo que é a companhia que presta um serviço público que não nos oferece a confiança por aquilo que tem sido o histórico, pelas limitações e pelo próprio crescimento do mercado e admito que há aqui um período de crescimento que a companhia levará algum tempo a adaptar.

Portanto, essa questão é essencial.

Agora, Sr. Deputado, não fique à espera disso.

Deputado José San-Bento (PS): “Não apresenta confiança!”

O Orador: A nossa intenção foi bem clara. A alternativa ao ACMI. O ACMI é um instrumento rápido de resolver situações imprevistas e é exatamente este instrumento que a Sata utilizou o ano passado várias vezes, a Sata Internacional usou várias vezes esse regime, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas é a empresa que tem que decidir!

O Orador: ... e este ano já anunciou a Sata Internacional e tem duas aeronaves.

Aliás, nós perguntámos, o Deputado António Pedroso perguntou à Sra. Secretária qual é o custo dos ACMIs contratados pela Sata Internacional e que estão a voar.

Portanto, tudo isso tem a ver com a situação e com a gravidade da situação.

Nós já percebemos que o Partido Socialista e o Governo confiam naquilo que será a resposta da Sata e isso nós vamos aguardar e não estamos aqui com a preocupação de sinalizar nada.

Deputado José San-Bento (PS): Já percebemos é que não sabem justificar as vossas propostas!

O Orador: Nós fizemos aqui a proposta, levantámos a questão.

O Governo acha que não sentido, confia naquilo que é a capacidade de resposta da Sata, mas eu deixei uma pergunta à Sra. Secretária que é, se na eventualidade de ter uma aeronave parada 15 dias ou três semanas, qual é a alternativa que a Sata tem?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, o senhor é um administrador experiente, com um currículo vasto e dos mais ricos na nossa Região. Face aos números que eu lhe apresentei e aos dados de ocupação das aeronaves na Sata Air Açores, o senhor acha ou não acha que há espaço para crescimento?

Julgo que assim responderei à sua pergunta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quanto ao resto, se estivesse estado atento eu já tinha respondido à Sra. Deputada Graça Silveira.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão da decisão. Os dados que têm são dados médios daquilo que é a ocupação média da Sata. O problema é exatamente esse. Nós temos ilhas, temos rotas, temos decisões de pessoas que se têm de deslocar ...

A opção de deslocação de um açoriano é imprevista. Portanto, bastam que alguns dias (como deu o exemplo o Deputado António Pedroso) seguidos aviões estejam ocupados a realidade individual de cada uma das pessoas é completamente diferente.

Portanto, a nossa Região e não havendo alternativa ao transporte aéreo mesmo na época de verão, mesmo com a Atlanticoline, não havendo alternativa em muitos momentos, em muitas ilhas, a taxa de ocupação tem de ser olhada noutra perspetiva ...

Deputado Francisco César (PS): Qual é a perspetiva?

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente! Estamos aqui é para perceber a perspetiva!

O Orador: ... e era bom que o Governo percebesse isso. Ou seja, aquilo que é um serviço público essencial, se calhar os objetivos, taxas de ocupação 90%, se calhar são incompatíveis com aquilo que são os direitos das pessoas e aquilo que é o dia a dia das pessoas.

Portanto, aquilo que são as reclamações ...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Aquilo que são os receios de uma parte transversal da sociedade, na minha opinião, a Sra. Secretária e o Governo deviam ter em consideração noutra perspetiva e com outro cuidado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Presunção sua, Sr. Deputado, quando pensa que este Governo não tem atenção às situações que o senhor relatou.

É errado pensar assim, não me conhece o suficiente então para pensar que não é assim.

Digo-lhe um exemplo da hipótese de crescimento da Sata Air Açores reportando-me aos meses de maio e abril, que são os únicos meses que já temos dados efetivos.

Por exemplo, na rota Ponta Delgada/Horta/Ponta Delgada. A Sata programou oferecer 13.630 lugares. Acabou por oferecer 15.084.

Deputado Luís Garcia (PSD): E não foi suficiente!

A Oradora: A procura que pensava ter era de 11.897. Teve uma procura de 12.504. Ou seja, isto demonstra (e podia-lhe enumerar uma série de outras rotas

em relação aos meses de abril e de maio) a capacidade de ajustamento da empresa.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 13 votos a favor do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata apresentou este Projeto de Resolução no intuito de contribuir de forma positiva para o melhor desempenho dos transportes aéreos inter-ilhas perante o pré-aviso de caos que se avizinha.

Lamentamos profundamente a falta de sensibilidade, de humanidade e de responsabilidade que a impediu votando contra que esta recomendação se concretizasse de imediato.

É lamentável que os açorianos das ilhas sem hospital se vejam isolados nos momentos mais difíceis das suas vidas quando a doença surge e são impossibilitados de sair das suas ilhas para obterem cuidados mínimos de saúde, porque o Governo está mais preocupado em manter rotas deficitárias para destinos turísticos que além de darem prejuízos à companhia não beneficiam todas as ilhas equitativamente.

As frases bonitas que o Sr. Presidente do Governo proferiu nesta câmara não passaram de sons demagógicos, pois na realidade continuam a haver açorianos de primeira e açorianos de segunda no que se refere a transportes aéreos. Há ilhas que são deixadas para trás.

A gestão da Sata Air Açores feita sob as ordens do Governo socialista está longe de servir todos os açorianos, sendo feita de forma a satisfazer os caprichos de quem governa. São da inteira responsabilidade do Governo todas essas situações e como ficou claro que nada é necessário ser feito, certamente que o agravamento das mesmas irá prejudicar claramente a maioria dos açorianos e a economia da Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra a atual proposta do PSD pelo facto desta proposta não vir resolver eventuais problemas que existam na ocupação de voos durante a época alta.

Esta proposta não está justificada, esta proposta não está fundamentada, muito menos tem um objetivo específico para a resolução dos problemas que a

empresa possa vir a ter no caso da procura descer. Ela muito menos está quantificada em relação aos seus custos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema é que a gente sabe o que é que vem aí!

O Orador: Nós reconhecemos isso quando vimos a proposta e por mais incrível que pareça o PSD também disso de tal forma que o Sr. Deputado até já tinha a declaração de voto escrita para ser lida neste plenário.

Aquilo que se percebe é que o PSD com essa proposta tentou voar, mas acabou por voar muito baixinho.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 14 da Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 106/XI – “Recomenda ao Governo Regional que intervenha para impedir o despejo dos moradores do Bairro de Santa Rita, no concelho da Praia da Vitória”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho justificar a urgência de apreciação deste Projeto de Resolução, a urgência de ser apreciado em comissão e não de dispensar esta iniciativa de ser avaliada na comissão. Isto porquê?

Porque estamos perante um grave problema social que ainda está no seu início e não podemos simplesmente assistir ao ocorrer de despejos no Bairro de Santa Rita sem nada fazer.

Estão em causa 99 famílias, estimam-se que à volta de 600 pessoas, sendo que já 14 famílias foram despejadas. Sabemos também que é um problema que não é de agora, é um problema que já dura há décadas e que já envolveu muitas partes para tentarem resolvê-lo, desde já claro os moradores, os proprietários e a autarquia da Praia da Vitória.

Por isso, interessa ouvir em comissão estas partes envolvidas ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e consideramos que esta iniciativa tem tudo a ganhar se for levada à comissão. Agora também é certo que não deverá simplesmente marinar na comissão durante meses e meses a fio ...

Deputado José San-Bento (PS): Marinar?!

Deputado Manuel Pereira (PS): Marinar na Comissão de Política Geral?

O Orador: ... e por isso mesmo é que resolvemos recomendar a sua urgência.

Ora, na nossa perspetiva e consoante está plasmado no objeto resolutivo do nosso Projeto de resolução compete ao Governo Regional providenciar uma solução mediante aquelas que são três condições, ou melhor, três objetivos que deverão ser alcançados.

Penso que está justificada a urgência.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado baixará então agora à comissão especializada e competente na matéria para seguir a sua tramitação processual.

Avançamos nos nossos trabalhos e entramos agora no ponto 15 da Agenda.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, depois desta pequena Conferência de Líderes nós vamos interromper os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas para terminarmos a Agenda.

Eram 19 horas.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
José António Vieira da Silva **Contente**

Partido Social Democrata (PSD)

César Leandro Costa **Toste**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Luís **Maurício** Mendonça Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Impede o financiamento público aos espetáculos tauromáquicos- n.º 915/XIII/3.^a (PEV) - n.º 177/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 06 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 01.

2 – Proposta de Lei

Assunto: Primeira alteração à Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, que regula a audição dos Órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas - n.º 135/XIII/3.^a (ALRAM) - n.º 178/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 06 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 19.

3 – Projeto de Proposta de Lei

Assunto: Autoriza o Governo a estabelecer o regime sancionatório aplicável ao exercício da atividade da pesca comercial marítima - MM - (Reg. DL 210/2018) – n.º 85/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 06 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 22.

4 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a contratação de aeronaves em regime ACMI para integrar a operação da SATA AIR Açores no verão IATA 2018 – n.º 105/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 06 - 11

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que intervenha para impedir o despejo dos moradores do Bairro de Santa Rita, no Concelho da Praia da Vitória – n.º 106/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 – 06 - 12

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na defesa intransigente dos interesses e direitos da Região Autónoma dos Açores no âmbito da Proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027 – n.º 107/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2018 – 06 - 13

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto “Contra a Posição Centralista e Anti-autonomista dos Deputados do PSD à Assembleia da República

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da AR

Data de Entrada: 2018 – 06 – 12;

Assunto: Recurso para o Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, quanto à Comissão competente para apreciação da Anteposta de Lei n.º 4/XI – “Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional, entregue à Mesa pelo Governo Regional

Proveniência: Zuraída Soares e Paulo Mendes, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2018 – 06 – 12;

Assunto: Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio de um Voto de Congratulação apresentado pelo GPPS e aprovado por unanimidade por ocasião do 75.º Aniversário do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Proveniência: João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Data de Entrada: 2018 – 06 – 13.

A Redatora, Ana Machado